

Capítulo IV

A Imprensa Periódica na I República Portuguesa (1910-1926): novos contributos para a sua história

*The Periodical Press in the First Portuguese
Republic (1910-1926): new contributions
to its history*

Álvaro Costa de Matos

Câmara Municipal de Lisboa
— Direcção Municipal de Cultura,
ICNOVA — Instituto de Comunicação da NOVA
e HTC — CFE — Nova FCSH
alvarocmatos@hotmail.com
ORCID: 0000-0002-5721-0549
Ciência ID: 1D13-AF4B-BC42

Nuno Bessa Moreira

Universidade Lusófona do Porto
CITCEM
Centro de Investigação Joaquim Veríssimo Serrão
knunoclio@gmail.com
ORCID: 0000-0001-5689-0282

Resumo: neste capítulo será abordada a História da Imprensa Periódica na I República Portuguesa (1910-1926), de modo a fornecer uma síntese das principais dimensões deste período histórico, conjugando uma panorâmica com alguns elementos de teor monográfico que com ela se relacionem, complementando-a. Por outro lado, procura-se caracterizar a imprensa escrita no decurso do lapso cronológico referido. Para o efeito, este estudo divide-se nas seguintes partes, para além da introdução e da conclusão. Num primeiro momento aborda-se o contexto histórico da I República. Em seguida são descritos e analisados, nas suas linhas essenciais, os principais jornais noticiosos ou de informação geral (centrando-se a abordagem quase exclusivamente no jornal *A Capital: diário republicano da noite*) e os jornais políticos mais relevantes publicados durante a I República. Num quarto andamento enfatiza-se os *lock-outs* patronais e as greves do operariado da imprensa, sem esquecer, num derradeiro momento, a censura e as leis de imprensa. Ambos os pontos são estruturados a partir de estudos de caso, para que não se fique por uma caracterização genérica dos assuntos tratados. Do ponto de vista metodológico, concretiza-se uma análise qualitativa de conteúdos, mas também das relações com o poder político e a opinião pública ou de aspectos retórico-discursivos e epistemológicos.

Palavras-chave: I República; história da imprensa; história dos jornais; *lock-outs* e greves; censura.

Abstract: in this chapter, the History of the Periodical Press in the First Portuguese Republic (1910-1926) will be approached, in order to provide a synthesis of the main dimensions of this historical period, combining an overview with some elements of monographic content that are related to it, complementing it. On the other hand, it seeks to characterize the written press during the aforementioned chronological period. To this end, this study is divided into the following parts, in addition to the introduction and conclusion. At first, the historical context of the First Republic is approached. Next, the main news or general information newspapers are described and analyzed in their essential lines (focusing the approach almost exclusively on the newspaper *A Capital: diário republicano da noite*) and the most relevant political newspapers published during the First Republic. In a fourth movement, employers 'lock-outs and press workers' strikes are emphasized, without forgetting, at a last moment, censorship and press laws. Both points will be strengthened with case studies, so that it is not limited to a generic characterization of the subjects covered. From the methodological point of view, a qualitative analysis of contents is carried out, but also of relations with political power and public opinion or of rhetorical-discursive and epistemological aspects.

Keywords: First Republic; press history; newspaper history; lockouts and strikes; censorship.

4.1. A I República (1910-1926): contexto histórico¹

4.1.1. Base demográfica e população entre 1910 e 1926

O que poderá significar a pesquisa e escrita de um capítulo sobre a Imprensa da I República? Doze anos volvidos sobre a efeméride comemorativa do centenário desse período da História de Portugal importa destacar a complexidade e dificuldade desta temática e assinalar a importância dos estudos que então se publicaram e tentaram patentear esforços

¹ Este ponto reproduz, com alguns cortes, uma pequena parte da dissertação doutoral de Nuno Bessa Moreira (Moreira, 2012).

assinaláveis no sentido de evitar panegíricos ou, no extremo oposto, a demonização, enfrentando ambiguidades inerentes à dificuldade da tarefa e ao próprio momento da efeméride (Rosas; Rollo, 2009; Amaral, 2011). No dizer de Alexandre Homem Cristo:

Talvez por isso, a celebração do Centenário da República (1910-2010) tenha ficado marcada por uma constante ambiguidade. Afinal, o que se festejou em 2010? Terá sido o projecto reformista do Partido Republicano Português, que ambicionou um Portugal que depois não pôde e não quis implementar? Terá sido simplesmente a queda da Monarquia? Ou terá sido a República enquanto regime político? A pergunta não é, afinal, simples de responder. Mas é, contudo, importante que o façamos, pois, da resposta, virá não só uma compreensão do nosso passado, como também, porque se tratou de uma celebração, uma ambição para o nosso futuro. (Cristo, 2011, p. 2)

Na impossibilidade de desenvolver uma monografia muito aprofundada, este texto procura conjugar alguma pesquisa empírica em torno da imprensa periódica com uma prévia contextualização histórica, sem a pretensão de uma exaustividade que esgote o tema ou sequer de uma originalidade incontestável. Este subcapítulo tenta efectuar uma síntese, de modo a situar o período histórico que decorreu em Portugal de 1910 a 1926. Parece indeclinável, ou pelo menos premente e ajustado, abordar a I República sob um prisma que salvaguarde a pluralidade e diversidade de acontecimentos políticos, económicos, sociais e culturais, como os expostos, sem esquecer as tensões, as interpenetrações e os cruzamentos que favorecem e propiciam, sublinhando convergências, divergências, compromissos e dissensos, que não obliterem singularidades e particularizações, mas com a preocupação de abarcar um quadro mais geral e abrangente, propiciador de uma panorâmica.

Assim, importa relevar o carácter provisório e parcelar dos acontecimentos da I República, das narrativas coevas e das que se produzem na actualidade, tendo em atenção que o mesmo raciocínio pode aplicar-se aos discursos histórico-historiográficos hodiernos e às formas e tonalidades que assumam, reversíveis e passíveis de revisão constante. (Silva, 2000, p.197)

Até 1910 a população portuguesa era essencialmente rural, vivendo nos campos cerca de 85% dos habitantes de Portugal. Dos restantes, 15% moravam em núcleos de mais de 10.000 pessoas. Destacavam-se, neste conspecto, Lisboa e Porto, que absorviam 68% da população urbana e possuíam mais de 100.000 habitantes. Numa faixa intermédia situavam-se Setúbal, Funchal, Braga, Coimbra e Évora. Entre 1910 e 1920 a população de nove dos 21 centros urbanos decresceu, devido ao aumento da emigração (mormente entre 1911 e 1913) e ao dinamismo das migrações internas. Todavia, em sentido inverso, Braga cresceu 61%, Matosinhos 39,5% e Setúbal 22%. Entre 1921 e 1930 assistiu-se a uma aceleração de todos os centros urbanos, nomeadamente Coimbra, Évora, Portimão, Aveiro e Braga. Nesta medida, o crescimento populacional fora contínuo entre 1861 e 1890, obtendo uma média de 1,2% ao ano. (Miranda, 1991, p.15 e ss)

Simultaneamente, sobretudo entre 1910-20 e, em menor grau na década seguinte, a mortalidade infantil diminuiu — apesar da excepção em 1918-19, quando grassaram os focos epidémicos —, aumentando a esperança de vida à nascença. No Porto, a esperança de vida era de 27,3 anos em 1890, 24,5 em 1900 e 35,2 no caso dos homens e 35,8 no das mulheres. Em 1930 verificou-se um crescimento notável no país, situando-se respectivamente nos 46,5 anos e nos 50,6. Este quadro foi consequência do aumento da taxa de natalidade, que até 1920-24 colocou-se acima dos 30%. Após 1935 o crescimento da produção agrícola associou-se à revolução dos transportes e à diminuição de excedentes, implicando a destruição paulatina do equilíbrio resultante da relação directa entre a natalidade e a nupcialidade. O aumento da emigração entre 1910 e 1929 deveu-se à agressividade dessas campanhas de angariação associada aos maus anos agrícolas motivados pela filoxera. Os distritos mais afectados foram os de Viseu (entre 1910-1919 perdeu 12% da população residente e 11,2% na década seguinte); Porto (que registou taxas de emigração de 9,4% entre 1910-1919 e de 11,2 % entre 1920-1929); Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra e Vila Real (sofreram perdas para a emigração de cerca de 8% entre 1910-1919). Por seu turno, em Braga e Vila Real houve entre 20.000 e 30.000 emigrantes na segunda década do século XX. A região norte registou índices mais elevados de emigração entre 1910 e 1919, havendo maior equilíbrio nas perdas na década seguinte em relação ao Sul do País. Porto e Aveiro continuaram a ser as localidades mais penalizadas. Simultaneamente, a emigração para África era residual e quase inexistente entre 1907 e 1918. No que respeita à caracterização dos emigrantes, em 1912, 2/3 eram homens, 53,6% deles solteiros e 30% menores de 14 anos. Contudo, a perda de homens para a emigração foi compensada pelo afluxo das remessas das suas poupanças a Portugal. (Miranda, 1991, p.15 e ss)

Analisada a base demográfica, convém perceber a estrutura da sociedade portuguesa entre 1910 e 1926. Assim, em 1911, no seio da esmagadora ruralidade anteriormente abordada, na agricultura trabalhava, como vimos, mais de 50% da população. Do ponto de vista das classes em presença viviam no mundo rural: o proletariado agrícola (totalmente dependente do patronato); o semi-proletariado (camponeses pobres e médios, estes últimos recorriam a assalariados, de forma mais ou menos irregular); camponeses ricos, latifundiários e médios capitalistas. Deste modo, 58% da população rural estava isenta de contribuição predial. Do ponto de vista de representatividade, em 1911, o proletariado agrícola constituía 7,3% e os camponeses pobres totalizavam 36,8% da população, situação que explica a percentagem de 53,5% de semi-proletariado agrícola. Os camponeses médios, ricos e latifundiários não excediam os 2,2%. Quanto ao rendimento, os 532.134 pequenos proprietários auferiam anualmente, em termos médios, entre 11 e 300 escudos, enquanto o salário diário dos trabalhadores era de 280 réis. No que tange à distribuição geográfica da população pertencente ao mundo rural, no Norte quase não havia camponeses sem terra, ao contrário da tendência dominante a Sul nesse sentido, para onde se dirigiam os camponeses nortenhos com o fito de completar o seu

rendimento nas ceifas, debulhas, mondas e na apanha da azeitona. A sociedade rural era, no início da I República, extremamente heterogénea.

Os levantamentos oficiais — concretizados pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e pela Repartição do Trabalho Industrial da Direcção Geral do Comércio e Indústria — demonstram que em 1907 havia, no que respeita ao mundo urbano, 85.600 proletários industriais, chegando o respectivo número a 100.686 e a cerca de 114.000 em 1913 e 120.000 em 1920.

Quanto às burguesias urbanas, à entrada da I República, comportavam cerca de 800.000 pessoas, havendo 210.000 em Lisboa e cerca de 100.000 no Porto, no ano de 1911. No entender de David Pereira: “Os pensionistas, os juristas, os funcionários públicos, os oficiais do exército, os professores, muitos empregados comerciais e alguns operários menos favorecidos constituíram o foco de alteração social no sentido depreciativo dos seus rendimentos após 1914”. (Pereira, 2009, p. 90)

Por seu turno, a aristocracia decaiu em 1910, mas recompôs-se em seguida no meio rural. O clero foi mais afectado devido à Lei da Separação do Estado e da Igreja, implicando expulsões de bispos do Porto, Évora, Algarve, Lamego, Braga, Portalegre e Guarda. No que concerne às Forças Armadas, o número de efectivos da Guarda Nacional Republicana e da Guarda Fiscal era difícil de determinar para o ano de 1911, não ultrapassando, provavelmente, 140 a 150 mil efectivos. Nos primeiros quatro anos da República, a pequena burguesia comercial e sectores intermédios viveram um período de relativo bem-estar, mas que não se estendeu à generalidade da população, sobretudo após a I Guerra Mundial, diminuindo o poder de compra de amplas camadas sociais. A propaganda republicana, forte ao nível da simbologia e da representação nacional, não conseguiu implementar, com a profundidade desejada, políticas sociais consentâneas com os seus desígnios propagandísticos. (Pereira, 2009, p. 90)

4.1.2. O 5 de Outubro de 1910

O 5 de Outubro de 1910 foi um ponto de chegada, de ruptura e de partida. Constituiu, no entender de João Bonifácio Serra, um movimento insurreccional lisboeta, que não esgotou o processo revolucionário que a ele não se resumiu. Tinha um passado e um futuro contraditório pela frente. Resumamos, sucintamente, o que se passou nesses primeiros dias do mês de Outubro de 1910. O Almirante Cândido dos Reis foi o comandante-chefe das operações. Do dia 1 ao dia 4 iniciaram-se as operações navais. As unidades navais, estacionadas no Tejo, recolheram a Cascais. No segundo dia do mês, Cândido dos Reis marcou a revolução para a noite e madrugada seguintes. (Serra, 2010, p. 55-56) Conforme assinala Ernesto Rodrigues:

O Directório do Partido Republicano defende, a partir de 1909, a Revolução pelas armas. O Almirante Cândido do Reis é o elo da ligação às tropas e o seu chefe. O professor Miguel Bombarda coordena as estruturas civis, que deverão apoiar os soldados. (Rodrigues, 2010, p.80)

Ernesto Rodrigues narra a seu modo todas estas movimentações: “Quarta-feira, 5 de Outubro. São 8 horas, nesta manhã luminosa: a bandeira da República foi arvorada no castelo de S. Jorge, substituindo a azul e branca”. (Rodrigues, 1910, p.80)

Como lembrou Álvaro Costa de Matos, para o êxito da revolução de 5 de Outubro de 1910 importa não esquecer o contributo da imprensa,

nomeadamente da imprensa republicana. De duas formas, sobretudo: por um lado, na doutrinação republicana, na divulgação dos programas, propostas e protagonistas republicanos; por outro, funcionando como contrapoder, na crítica política, na denúncia da iniquidade ou na recusa do *status quo*, criando assim o tal “ambiente” que também aqui acabou por asfixiar a Monarquia Constitucional. Este “ambiente” foi determinante na formação de uma opinião pública hostil ao regime, que se acentuou sobretudo na primeira década do século XX. (Matos, 2017, p. 233)



Figura 1

A proclamação da República na varanda principal dos Paços do Concelho de Lisboa, a 5 de Outubro de 1910, logo após o triunfo da revolução.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

4.1.3. Os primeiros anos da República (1910-1917)

Após a proclamação da República, o Directório do Partido Republicano Português perdeu preponderância em sentido estrito, ou seja, em termos exclusivamente partidários. Mas,

num plano genérico, o seu poder aumentou, transferindo-se para o Primeiro Governo Provisório. Todavia, a primeira grande questão com implicações político-sociais do novo regime estendeu-se do 5 de Outubro de 1910 até ao Primeiro Governo Constitucional de Setembro de 1911. Trata-se de uma temática de natureza religiosa mas que nela não se extingue e pode ser denominada como *A separação do Estado e da Igreja*. Esta designação qualifica a abordagem recente desta matéria empreendida por Luís Salgado de Matos, que a ela se dedicou por três razões, das quais destacamos no imediato a seguinte, que constitui, em nosso entender, a principal novidade desta perspectiva:

A separação é um tema complexo. É diferente da Lei da Separação; a separação foi executada em numerosas medidas anteriores à lei, inscrevendo-se numa mentalidade laicizadora diferente da actual; a longa e complexa lei é uma parte, decisiva embora, da separação. (Matos, 2010, p.80)

Luís Salgado de Matos confere grande relevância à lei de 20 de Abril de 1911, mas torna-a parte activa de um conjunto mais vasto, eximindo-se a atribuir-lhe o lugar central da problemática em análise. A sua prioridade historiográfica situa-se a outro nível, conforme reconhece o sociólogo:

O presente trabalho defende a tese de que a separação não foi querida nem pela Igreja Católica nem pelo Estado. Uma vez iniciada, ultrapassou-os, obrigou-os a aplicarem estratégias de luta, dividiu-os a ambos, e reformulou-os em termos que, à partida, nem um nem outro tinham imaginado. (Matos, 2010, p.80)

Alternativamente, João Seabra estudou a peça legislativa portuguesa sob o ponto de vista do direito canónico comparado, relacionando-a com a lei americana, a brasileira (de Janeiro de 1890), e a francesa (de 5 de Dezembro de 1905). O autor conclui que o clausulado americano respeita as isenções e deduções fiscais das igrejas e a sua personalidade histórica e jurídica, enquanto do lado de lá do atlântico também se encontra registada preocupação análoga, salvaguardando-se as hierarquias, a propriedade e a liberdade na administração dos bens eclesiásticos. Nessa medida, a lei em vigor em Portugal a partir de 20 de Abril de 1911 é mais dura, segue o modelo francês, de modo alegadamente ainda mais restritivo: “Não foi nestas experiências de separação porém, que se inspirou Afonso Costa: a sua *Lei de Separação* depende directa e exclusivamente da lei francesa”. (Seabra, 2009, p.16)

Entretanto, no ano anterior tinham começado as Constituintes que promoveram reuniões que conduziram à aprovação a 19 de Agosto de 1911 da Constituição, que congregou na sua origem o contributo de diversas personalidades, portadoras de opiniões nem sempre coincidentes. Foi realizado um esforço de convergência na procura de um denominador comum, que passou pela consagração de um regime parlamentar e bicameralista. Paulo Ferreira

Figura 2

Desenho humorístico de Stuart Carvalhaes tendo como protagonista o Zé Povinho, numa alusão ao “divórcio” com a Monarquia, à “separação” da Igreja Católica e, por fim, à “união” com a República, in *O Zé*, de 9 de Maio de 1911. Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.



da Cunha resume do seguinte modo o cerne do documento constitucional: “A Constituição é, assim, parlamentarista (de um parlamentarismo bastante puro — salvo os resíduos do projecto presidencialista, embora de um presidencialismo *sui generis*, designadamente sem eleição directa do Presidente”. (Cunha, 2011, p. 51-52)

Resulta claro que a própria Constituição de 1911 materializa as contradições da I República, uma vez que o documento não concretiza a aspiração de soberania popular que parecia constituir a sua base teórica fundamental. Na prática, Afonso Costa e os seus pares protegeram os interesses da elite à qual pertenciam, evitando uma democracia plena, mais consentânea com o respectivo ideário e perfil doutrinário, mas entendida como perigosa para as suas ambições políticas, com as quais colidia. Simultaneamente, na segunda metade de 1911, realizaram-se as eleições para a Presidência da República, que tornaram patentes as divisões crescentes e a instabilidade delas decorrentes no interior do Partido Republicano Português. Concorreram dois candidatos: Bernardino Machado, apoiado por Afonso Costa, e Manuel de Arriaga, suportado por António José de Almeida e Brito Camacho, que formavam um *bloco*. Manuel de Arriaga ganhou as eleições e nomeou Duarte Leite primeiro-ministro, almejando o consenso entre as partes. Não o conseguiu de modo duradouro, até porque ele próprio era tudo menos consensual, conforme sublinha Joana Gaspar de Freitas: “A escolha de Manuel

de Arriaga para primeiro presidente da nova República deixou desde logo a opinião dividida”. (Freitas, 2011, p. 119-120)

Entre meados de 1911 e inícios do ano seguinte, as contradições internas no Partido Republicano Português agudizaram-se, atingindo um ponto de saturação que culminou com a criação a 24 de Fevereiro de 1912 do Partido Evolucionista, liderado por António José de Almeida e, dois dias depois, nasceu a União Republicana de Brito Camacho. Em Novembro Augusto de Vasconcelos demitiu-se, voltando Duarte Leite ao Governo, por pouco tempo, apenas até Janeiro de 1913. (Serra, 2010, p. 93-128) Sucedeu-o Afonso Costa que saneou despesas e angariou receitas. Todavia, o seu estilo não era consensual. A 9 de Junho de 1914 tomou posse Bernardino Machado, que preparou terreno para a realização de eleições. Procurou consensos mínimos e convergências, mas teve que enfrentar uma grande dificuldade, que acentuou a instabilidade partidária e governamental na qual se vivia. Em Agosto de 1914 principiou a I Guerra Mundial, que, conforme nota Ana Paula Pires:

envolveu todos os países europeus, com excepção da Espanha, dos Países Baixos, da Escandinávia e da Suíça. (...) A chegada do mês de Agosto de 1914 determinou por isso o fecho de um capítulo na História mundial; com ele sobreveio a insegurança, a angústia e o sacrifício. (Pires, 2010, p.250)

Entretanto, eclodiu a polémica entre intervencionistas e não intervencionistas. Bernardino Machado congregou sensibilidades diversas em torno do primeiro grupo, evidenciando, num primeiro momento, cautelas tendentes a aproveitar até ao limite a margem de não-beligerância portuguesa. Contudo essa margem era curta e convinha a alguns sectores da política portuguesa o apoio a Inglaterra, que tentou atrasar a participação efectiva de Portugal no conflito.

Filipe Ribeiro de Meneses traça um perfil dos intervencionistas e anti-intervencionistas portugueses: “começou assim mais um período agitado na vida da República. Do lado intervencionista estavam parte do Partido Socialista Português (PSP), o Partido Democrático e o Partido Evolucionista”. (Meneses, 2010, p. 268-69) Ribeiro de Meneses explica que o que estava em jogo para os intervencionistas, não era apenas evitar que, excluído de um contexto e conseqüente esforço de guerra, Portugal contasse cada vez menos no conspecto político diplomático europeu. Contudo, segundo o autor, a população portuguesa, na sua maioria rural e a passar por dificuldades económicas, estava longe de ser sensível ao esforço de arregimentação e união em torno da salvação do país, através da sua entrada na guerra. Esse esforço não era sequer reconhecido e obrigava a uma tentativa, frustrada, de mobilização pela propaganda informativa e política que continha uma mensagem do foro interno, incitando os portugueses a conciliar esforços no sentido de consolidação da República, ainda muito jovem e bastante permeável a dificuldades e contradições:

O mais importante objectivo era, porém, a implantação definitiva do regime republicano em Portugal. Toda a população seria afectada pela guerra e, esperavam os partidários da intervenção militar, tornar-se-ia por isso mais sensível aos ideais pelos quais Portugal, junto à Grã-Bretanha e à França, se bateria. (Fraga, 2010, p. 30-31)

A situação agravou-se em Portugal entre finais de 1914 e inícios de 1915, fruto do impasse instalado pelas divergências entre intervencionistas e não intervencionistas. Este clima de desconfiança mútua foi propício ao surgimento, em Fevereiro de 1915, da Ditadura de Pimenta de Castro — defendida por Fidelino de Figueiredo — a qual foi derrubada dois meses volvidos. Fernando Rosas vai mesmo mais longe declarando que I Guerra Mundial matou a I República.



Figura 3

As tropas do Corpo Expedicionário Português a caminho de França, com honras de primeira página na *Ilustração Portuguesa* de 12 de Fevereiro de 1917. Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Ainda antes de enviado o contingente para a Flandres, a situação política, económica e social da República estava a tornar-se cada vez mais instável e periclitante:

A constituição do *Governo da União Sagrada* (15 de Março de 1916 a 25 de Abril de 1917) fez-se com base na aliança política entre os democráticos e os evolucionistas para a intervenção imediata na frente europeia da Grande Guerra. (Leal, 2008, p. 62)

Terminada esta experiência, Afonso Costa voltou a chefiar o governo a 25 de Abril de 1917 e assumiu a pasta das Finanças, mas começou a ser crescentemente contestado. O Partido Democrático, que governava sozinho, mas com o apoio do Partido Evolucionista, criou uma situação que desagradava aos mais radicais daquele partido. No entanto, Afonso Costa conseguiu derrotar Norton de Matos no Congresso de 3 de Julho. Entre 8 e 25 de Outubro de 1917 visitou as tropas do Corpo Expedicionário Português na Flandres, que tinham sofrido pesada derrota em La Lys a 9 de Abril. No regresso foi preso no Porto a 8 de Dezembro, aquando do golpe de Sidónio Pais.

4.1.4. O Sidonismo (1917-1918)

Não foi surpreendente o golpe que a Lisboa política já esperava e foi liderado por Sidónio Pais que, a 5 de Dezembro de 1917, tomou a Rotunda num gesto de grande simbolismo, dado que este fora o lugar mais emblemático das operações que levaram à implantação da República, sete anos antes. Ora, Sidónio Pais entendia que *aquela república* estava a passar por um esgotamento, sendo necessário capitalizar o verdadeiro espírito republicano que vinha sendo alegada e progressivamente traído, mormente pelos grupos ligados ao *Afonsismo* e ao próprio Afonso Costa. Sidónio Pais não agiu sozinho, nem actuou isoladamente. Tinha consigo algumas facções da direita republicana, mormente os Unionistas de Brito Camacho, mas também Machado dos Santos, inimigo declarado de Afonso Costa, ou ainda e, em primeira linha, os Centristas que agiam mais por um desiderato individual do que colectivo ou grupal e eram, alguns deles, íntimos de Egas Moniz, como era o caso de Tamagnini Barbosa. Por outro lado, também os monárquicos mais conservadores ligados ao Integralismo Lusitano se juntaram ao movimento e consideravam que Sidónio Pais era uma esperança legítima para alcançarem os seus objectivos. (Samara, 2010, p. 371)

O próprio perfil biográfico desta personalidade republicana constituía um garante das suas capacidades. Oriundo de uma família tradicional bracarense, era um militar e conhecia o meio, embora durante alguns anos tivesse deixado o exercício dessa carreira em segundo plano, tornando-se Professor de Matemática em Coimbra, onde se doutorara, e membro da Assembleia Constituinte em 1911. Chegou a ocupar a pasta do Fomento, antes de partir para a Legação Portuguesa em Berlim, cargo diplomático que ocupou até ao regresso a Portugal em 1916. Desconhecia as vicissitudes mais intrincadas da política interna portuguesa, mas essa circunstância jogou, por isso mesmo, a seu favor, dado que não estava exclusivamente

comprometido com nenhuma das tendências anti-afonsistas que se juntaram em seu redor pelo facto de reconhecerem que Sidónio Pais podia ser o denominador comum a todas. O golpe iniciado a 5 de Dezembro de 1917 ocorreu não só porque tinha um líder mas também devido ao facto de as várias direitas não conseguirem de outro modo chegar ao poder, nem por via legal, uma vez que perdiam as eleições, nem através da gorada dissolução parlamentar em favor de um desejado presidencialismo nunca alcançado.



Figura 4
Ecos do golpe sidonista de 5 de Dezembro de 1917 na revista *Ilustração Portuguesa*, de 17 de Dezembro de 1917.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Maria Alice Samara descreve o golpe. Acompanhemos apenas alguns momentos dessa descrição, para, em seguida, caracterizar a República Nova:

Pelas cinco horas da tarde [do dia 5], Sidónio Pais vestiu a farda (...) que não usava havia quase uma vida (...). Chegara a sua hora. Os sidonistas dispunham ainda da sua artilharia civil, homens que pertenciam a centros e/ou grupos republicanos ligados a Machado dos Santos. (...) Machado dos Santos saiu de Viseu, mas ao marchar sobre Coimbra, a caminho de Lisboa, recebeu a notícia de que Sidónio Pais já era vencedor. O ódio de boa parte do povo republicano ao *afonsismo e à política*

de Guerra contribuiu decisivamente para o sucesso do golpe liderado por Sidónio Pais no dia 8 de Dezembro. (Samara, 2010, p. 371)

Afonso Costa e Augusto Soares foram presos e, no dia 12 de Dezembro, Bernardino Machado foi destituído do cargo de Presidente da República. Entretanto, o executivo sidonista começou a formar-se, com a preocupação de reunir várias direitas, estabelecendo um equilíbrio de representação entre elas, incorporando, progressivamente, membros do Integralismo Lusitano. Dentro dos republicanos mais moderados, Brito Camacho não integrou o elenco governativo para poder melhor manobrar à distância.

Para melhor entender o ambiente no qual essas críticas ocorreram convém perceber que o Sidonismo passou por duas fases centrais na sua organização governativa. A primeira ocorreu logo após o golpe e foi caracterizada pelo equilíbrio das direitas. A segunda teve lugar após Abril de 1918 e caracterizou-se por um crescente bonapartismo, ou seja, um presidencialismo, que se queria democrático, mas efectivamente baseado na autoridade do chefe.

Sobre o bonapartismo evidenciado pelo *Presidente Rei* pronuncia-se Armando Malheiro da Silva, acompanhando o desenho indiciário do perfil correspondente desde a fase Decebrista: “A acidental vitória da força armada em Dezembro de 1917, as entusiásticas manifestações populares de Janeiro/Fevereiro de 1918 dirigidas ao homem, ao responsável por essa vitória e ao governante que detinha as rédeas do Poder.” (Silva, 2006, p. 131)



Figura 5
Retrato de Sidónio Pais, o “Presidente Rei”, na capa da *Ilustração Portuguesa* de 11 de Fevereiro de 1918.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Para fazer face ao empobrecimento do país, Sidónio Pais apostou na agricultura e no fortalecimento paralelo das burguesias e oligarquias rurais. Por outro lado, foi criada uma polícia política e efectivou-se a restrição de algumas liberdades. A partir de Outubro de 1918, devido ao insucesso de algumas destas medidas, Sidónio Pais começou a sentir o peso do descontentamento, patente na pressão crescente das oposições. Principiava assim o sentimento de solidão do poder, que conduziu a um endurecimento do regime sem retorno. Exemplo disso, a greve de Novembro de 1918, declarada pela União Operária Nacional, que tinha apoiado anteriormente o Dezembrismo.

Conforme afirma António José Telo:

Em 1918 assiste-se à primeira tentativa consciente do movimento operário, dominado por uma corrente anarquista radical e influenciado pela revolução russa para derrubar o poder do Estado burguês. É uma tentativa falhada como não podia deixar de ser dado a fraqueza e o isolamento do movimento operário na altura, marcada pela ingenuidade da ideologia que o dirige mas igualmente pela sua “pureza” de princípios. (Telo, 1977, p. 8)

Em 14 de Dezembro de 1918 as tensões políticas e sociais e o descontentamento atingiram um limite que conduziu ao assassinato de Sidónio Pais.

4.1.5. Os últimos anos da República (1919-1926)

Os monárquicos liderados por Paiva Couceiro tomaram o poder em Janeiro de 1919, instaurando a Monarquia do Norte, que teve curta duração e antecedentes ainda em vida do *Presidente Rei*. Conforme descreve Fernando J. Almeida:

Morto Sidónio Pais, em 14 de Dezembro de 1918, logo se agravaram as fundas contradições que separavam os seus apoiantes. Em 10 de Janeiro de 1919 rebentou uma revolta em Santarém, a fim de restabelecer a Constituição Republicana. Este acontecimento levou ao fortalecimento da Junta Militar do Norte, que em 19 de Janeiro de 1919 restaurava, no Porto, a Monarquia em Portugal. (Almeida, 1999, p34-35)

Os derradeiros anos da República foram agitados devido às divisões no seio do Partido Democrático e do bloco nacionalista, dominando a incerteza e o paradoxo resultantes da hesitação entre a via revolucionária e os impasses de reconstitucionalização do regime. Luís Farinha traça uma sucinta e incisiva panorâmica das forças em confronto, e confirma a agonia republicana até ao estertor final:

De solução, o regime convertera-se em mais um problema a resolver no país. Chegados a 1921, os dois grandes campos políticos republicanos e democráticos eram, de facto, frágeis, e incapazes de constituírem, cada um por si, uma alternativa política. (Farinha, 2009, p.106)

A República carregava no seu seio o gérmen de um regime ditatorial, transitoriamente encarado como necessário para a regeneração republicana. O ano de 1926 foi decisivo e clarificador:

Chegados a 1926, um último obstáculo — o governo constitucional de António Maria da Silva — seria removido por uma conjugação de golpe militar e de “transmissão legal” de poderes constitucionais pela parte do presidente da República Bernardino Machado ao comandante Mendes Cabeçadas. Forçados por formidáveis constrangimentos económicos e sociais, os homens abdicavam da liberdade em nome de uma República ordeira e ditatorial. (Farinha, 2009, p. 106)

Apesar das fragilidades, dos impasses e das contradições políticas, a I República desenvolveu, ao longo do tempo, um conjunto de medidas educativas, culturais e científicas, condicionadas pela instabilidade partidária e governamental, mas que importa considerar brevemente.

4.1.6. Educação, cultura e meio sócio-cultural lisboeta durante a I República (1910-1926)

Desde o primeiro governo provisório, foram realizadas reformas relevantes nos diversos graus de ensino. O infantil ganhou autonomia, enquanto o primário se tornou gratuito e obrigatório entre os 7 e os 10 anos, revelando a preocupação de se tornar acessível a todos e universal, massificando-se. O ensino primário dividiu-se em elementar, complementar e superior, embora este último nunca se tenha generalizado, evidenciando avanços e recuos, devido à escassez de meios materiais, generalizada a todo o projecto educacional que, embora nem sempre tenha conseguido a implantação almejada, registou progressos assinaláveis, mormente a nível da configuração legislativa inovadora. O ensino primário era descentralizado, cabendo aos municípios, concertados com os governos, a sua gestão e administração. O número de escolas e professores não deixou de aumentar ao longo de todo o período republicano. Ao nível da instrução secundária tentou-se aproveitar as infra-estruturas e o espírito da reforma de Jaime Moniz, levada a cabo entre 1894 e 1895, ainda durante a Monarquia Constitucional. O ensino superior, por seu turno, sofreu um grande impulso. Foram criadas novas universidades em Lisboa e Porto, acabando assim o monopólio de Coimbra nesta matéria. Acresce que também se assistiu ao surgimento de diversas faculdades, nomeadamente as de Letras de Lisboa e Porto, aquela na

sequência da extinção do Curso Superior de Letras que aí existira, onde Fidelino de Figueiredo e alguns colaboradores da *Revista de História* se formaram. Note-se que uma das primeiras notícias da Secção de Factos e Notas da *Revista de História*, no ano de estreia, respeita à criação recente das Faculdades de Letras, às quais são opostas resistências, subtis e discretas mas efectivas, colocando-se em causa a novidade constituída pelas escolas normais e a massificação no acesso ao processo de ensino-aprendizagem.

Num plano mais informal e menos institucionalizado, mas ainda na senda da contestada democratização cultural, convém assinalar a criação das Universidades Livres (1912) e Populares (1913). A publicação dirigida por Fidelino de Figueiredo regista, de modo fugaz, as primeiras, mas omite as segundas, por ser adversário da massificação.

Passamos agora a analisar sumariamente o meio sócio-cultural de Lisboa entre 1910 e 1926, muito concentrado em torno do Chiado e da Academia de Ciências de Lisboa, por onde tinham que passar aqueles que quisessem deter um poder cultural e político assente numa base literária. No entender de Luís Trindade, durante a década de 10, a “coincidência entre o literário e o político deu à forma como o jovem Fidelino (de Figueiredo) entrou no campo (literário) uma posição (política). Em 1910 publicara uma *História da Crítica Literária em Portugal*.”

Entre 1919 e 1926, assiste-se, no meio cultural constituído pelo Chiado lisboeta, a uma progressiva substituição da liderança de Júlio Dantas pela crescente influência do idealismo racionalista de António Sérgio e, noutro sentido, do Modernismo de António Ferro. (Trindade, 2008, p. 152) No entanto, este era olhado com desconfiança e algum medo pelos cultores do Neo-garrettismo, que até 1923 tinham bastante poder. Acontece que Sérgio começou a entrar no espaço cultural que lhe era hostil através de uma revista que dirigiu, denominada *Homens Livres*, onde também colaboravam integralistas. Entre 1926 e 1933, o Chiado já não era, definitivamente, controlado por Júlio Dantas: “O momento da transição política para o autoritarismo corresponde a uma profunda redefinição do campo literário.” (Trindade, 2008, p. 227)

Contudo, através da História, da tradicional político-literária, à dos Descobrimentos, a Historiografia praticada na *Revista de História* (1912-1928), dirigida por Fidelino de Figueiredo, órgão de informação e comunicação da Sociedade Nacional de História/Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, mantém certas ressonâncias do contacto com alguns dos ideais sócio-culturais presentes nalgumas correntes literárias neo-românticas vigentes entre 1910 e 1926, estudadas por José Carlos Seabra Pereira: “Ao arrepio da herança anterioriana [De Antero de Quental] e da paideia sergiana, como o Neo-Romantismo e as suas três correntes (vitalista, saudosista e lusitanista)”. (Pereira, 2010, p. 3)

4.1.7. A Ditadura Militar

O regime ditatorial, inaugurado a 28 de Maio de 1926, quando o General Gomes da Costa ordenou a descida dos militares até à capital, consagrava uma série de princípios conjugados, como o reforço do poder executivo e, por consequência, o fim do parlamentarismo. Todavia, segundo Luís Bigotte Chorão, a existência isolada destes pressupostos teria sido insuficiente para a sustentabilidade do golpe militar, dependente, em seu entender, da gestão que o regime fez das suas contradições internas. Prova disso, a escolha para Presidente da República do General Óscar Carmona que se comprometeu, em nome dos interesses que o colocaram no poder, a honrar os valores da Ditadura e pugnar por uma nova ordem constitucional e jurídica:

Tendo sido recorrente na história contemporânea portuguesa o fenómeno da interrupção da normalidade constitucional, o Movimento de 28 de Maio bem poderia ter passado o registo dos anais pátrios como mais um momento caracterizado pelo reforço da autoridade dos executivos. António de Oliveira Salazar, que veio a ser convidado para a pasta das finanças e a ter um papel decisivo no conspecto da Ditadura Militar não foi o autor do princípio orientador desta, que congregou não apenas forças militares, mas também civis à sua volta. Salazar teve precursores que tornaram possível a sua acção. Diga-se que o movimento no qual ela se enquadrou estruturou-se em torno de uma combinação da competência técnica dos governantes, com um perfil político não despiciendo. O general Carmona contribuiu para a construção de uma imagem de Oliveira Salazar como o salvador da pátria, mas houve momentos em que aquele reconheceu que os seus antecessores se eximiram a cuidar apenas da ordem pública, preparando terreno em matérias como a justiça. (Chorão, 2010, p. 9)

4.2. Os jornais noticiosos e de informação geral

4.2.1. Antecedentes, linhas de força, constantes e rupturas

Os jornais noticiosos e de informação geral tiveram uma gestação que remonta à segunda metade do século XIX e que torna a sua classificação densa e difícil, estudada por Jorge Pedro Sousa. O primeiro entre eles a ser fundado foi o *Diário de Notícias* no ano de 1864. Procuravam os jornais pertencentes a esta tipologia distanciar-se dos da primeira metade do século, que eram essencialmente políticos, combativos e opinativos, possuindo, não raro, um tom ou pendor literários, que lhes condicionava a matriz e imprimia um estilo por ela influenciado, onde a subjetividade irrompia amiúde e era por vezes dominante. O *Diário de*

Notícias e outros periódicos primavam por um esforço crescente de procura da objetividade e da verdade, sem comprometimento político explícito. No entender de Sousa:

A Regeneração, a partir de 1851, influiu nesta mudança, bem como a Industrialização. Se bem que a imprensa opinativa e combativa continuasse, portanto, a ter um lugar relevante no campo jornalístico português, até porque, apesar do rotativismo dos principais partidos no governo, a situação política se manteve instável, rapidamente alguns empresários portugueses se aperceberam do lucrativo negócio que constituía a imprensa popular noticiosa, neutral, de baixo preço e difusão massiva já existente noutros países. Por mão da iniciativa privada, Portugal viu, assim, transfigurar-se o cenário jornalístico. Começaram, então, a aparecer em Portugal jornais populares noticiosos, direcionados para toda a sociedade, com meios técnicos e financeiros que propiciavam grandes tiragens (à escala do Portugal de então), baixo preço por exemplar (custos sustentados pela publicidade), linguagem clara e acessível, que não discutiam nem polemizavam, que não seguiam aparentemente qualquer linha política, antes procuravam relatar factos importantes ou simplesmente interessantes, com a verdade e a objetividade possíveis. Com esses jornais, de que o *Diário de Notícias*, de 1864, que ainda hoje se publica, ostentando o orgulhoso título de decano dos diários portugueses, é o primeiro expoente, inaugurou-se, em Portugal, a fase do jornalismo industrial. A imprensa passava, também em Portugal, a ser perspectivada como um negócio, como uma *indústria* semelhante às demais. Este novo entendimento da *imprensa como negócio* proporcionaria a matriz em que se sustentaria o desenvolvimento do jornalismo nos tempos vindouros. Com o jornalismo industrial, porém, a política, razão de ser e matriz dos jornais combativos e partidários que dominavam hegemonicamente a paisagem jornalística de então, passaria a ser relegada para segundo plano ou, pelo menos, para um plano em tudo semelhante ao dos restantes assuntos do quotidiano, como os casos de polícia, os assuntos sociais e similares. (Sousa, 2016, pp. 142-143)

Isto não significa que a novidade tenha imposto apenas uma ruptura, coexistindo, de modo complexo e ambíguo, com aquilo que vinha substituir. Fundado pelo empresário Eduardo Coelho e pelo seu amigo Tomás Quintino, o *Diário de Notícias* era diferente na estrutura, dado que tinha redação e repórteres, no estilo (conciso, preciso, claro e simples), mas também na forma (com paginação a 4 colunas), aproximando-se de um tablóide, apresentando preços acessíveis, 10 réis. Dirigia-se a um público abrangente e popular e encarava a sua missão como um negócio. Sousa sintetiza bem estas características do *Diário de Notícias*:

O primeiro número do *Diário de Notícias*, lançado pelo jornalista e empresário Eduardo Coelho e pelo seu sócio Tomás Quintino, empresário de tipografia, surgiu a 29 de Dezembro de 1864 (número de apresentação), tendo a sua venda em banca começado no início de 1865. Era um jornal diferente dos restantes jornais portugueses de então, nos conteúdos (noticiosos), no estilo (claro, conciso, preciso e simples), na forma, nomeadamente no aspeto (paginação a quatro colunas), na

dimensão (que já era *de jornal*, sensivelmente semelhante aos atuais tablóides), e ainda no preço (dez réis por exemplar, menor ainda quando vendido por assinatura). A sua concepção era empresarial, buscando lucro nas vendas e na publicidade (logo no primeiro número, o jornal anunciava que se recebiam anúncios a vinte réis a linha). Esta renovada e contemporânea perspectiva do jornalismo noticioso, generalista, que se propunha ser neutro, ético (separando o público do privado), independente e o mais verdadeiro possível (consciência dos limites), dirigido a toda a população, encarado essencialmente como negócio. (Sousa, 2016, pp. 148-149)

Também em Lisboa, começou a publicar-se em 1881 *O Século*, com precioso contributo de Magalhães Lima, que o fundou e dirigiu desde a primeira hora. Quinze anos volvidos, a direcção passou para Silva Graça, que lhe imprimiu novas características. O jornal deixou de ter uma natureza iminentemente política para se basear na informação de cariz generalista, com implantação local, através do recurso a correspondentes e afirmando uma vocação empresarial, impulsionada pelo facto de exibir o maior número de tiragens entre os seus congéneres, chegando a atingir, em 1908, 160.000 exemplares, situação que lhe permitiu congregar projectos editoriais como *A Ilustração Portuguesa* ou a *Modas e Bordados*.

Por seu turno, o *Jornal de Notícias*, nascido em 1888, aprofundou algumas das linhas de orientação e actuação do *Diário de Notícias*, ainda que tenha surgido como apoiante do Partido Regenerador. Preocupava-se com um jornalismo objectivo, mas atento às necessidades das populações mais carenciadas. Tinha uma secção com anúncios para suprir as necessidades de trabalho dos desempregados e, em 1889, manifestou-se contra as restrições impostas à cidade do Porto aquando da Peste Bubónica e a favor dos mais carenciados, através da iniciativa *O Natal dos Pobres*. Por outro lado, apoiava o principal clube da invicta, desde o início do século XX, e conquistava a atenção do público feminino.

Respectivamente anterior ao *Diário de Notícias* e pouco posterior a este jornal, *O Comércio do Porto* e *O Primeiro de Janeiro* transformaram-se gradualmente, forçados pelo sucesso dos jornais generalistas. *O Comércio do Porto*, surgido em 1854, dedicado desde sempre a assuntos de natureza comercial e industrial, manifestou-se atento a novas notícias, enquanto *O Primeiro de Janeiro*, de 1868, que começou por ter teor noticioso e político, tornou-se generalista comercial e devotou-se a questões da intelectualidade no dealbar do século XX, como confirma Sousa:

O sucesso dos jornais noticiosos generalistas “industriais” obrigou alguma imprensa a adaptar-se à nova situação, reorientando a sua linha editorial. Dois casos sintomáticos ocorreram no Porto. *O Comércio do Porto*, que tinha nascido, em 1854, essencialmente para veiculação de informação comercial e industrial, abriu-se a novos conteúdos noticiosos, transformando-se, gradualmente, num jornal de informação geral. Por seu turno, *O Primeiro de Janeiro*, fundado em 1868, nasceu como órgão simultaneamente político e noticioso, mas também evoluiu para um diário generalista comercial e, já no século XX, tornou-se o grande jornal de referência da intelectualidade do Norte de Portugal. (Sousa, 2016, p. 159)



Figura 6
Primeiro número do *Diário de Notícias*, de 29 de Dezembro de 1864, título que funda em Portugal o jornalismo popular, sem filiação partidária.
Fonte: Col. Álvaro Costa de Matos.



Figura 7
Silva Graça retratado na *Ilustração Portuguesa* de 19 de Julho de 1915, um dos suplementos do "seu" jornal *O Século*.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

A ideia segundo a qual a imprensa periódica na e da I República, mormente através dos jornais, se limitou a fazer eco da conjuntura, ou a ser dela instrumento, desempenhando face aos acontecimentos políticos, económicos, sociais e culturais um papel secundário e subsidiário, acrítico ou subalterno, resulta no mínimo apressada, não possuindo, as mais das vezes, qualquer adesão às realidades históricas multímodas. Mesmo se e quando tal subjugação aconteceu pode ter ocorrido por razões de sobrevivência, de estratégia transitória, ou outras.

Muito antes do 5 de Outubro de 1910, nas últimas décadas do século XIX, mas também após 1910, parte da imprensa foi não só solidária com o ideário republicano, como ajudou a construí-lo e a propagá-lo, contribuindo de forma determinante e determinada para a sua disseminação, apesar desta se ter centrado mais fortemente nos principais centros urbanos. Acresce que a imprensa funcionava como contrapoder relativamente à Monarquia, auxiliando o Partido Republicano a implantar-se gradualmente no terreno, mau grado as dificuldades sentidas, contribuindo decisivamente para a implementação da I República, conforme comprova Álvaro Costa de Matos (2017, pp. 233-309), cuja argumentação se aplica, de formas diversas, aos jornais de informação geral, como o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* e o *Primeiro de Janeiro*. Também se destaca *A Capital: diário republicano da noite*, periódico que servirá de plataforma privilegiada de análise neste estudo. Matos explica as razões do sucesso da imprensa durante esse período histórico, assente em vários factores e diversas linhas de força. Cumpre destacar cada um deles:

1.º Desde logo, a elevação do nível de cultura das populações, quer nos grandes centros urbanos, quer na província, corolário dos progressos verificados na luta contra o analfabetismo. Apesar de Portugal possuir uma das mais altas taxas de analfabetismo da Europa, a rondar os 80%, no fim do século XIX, a massa de leitores não deixou de aumentar por todo o país, concretamente nas cidades. Consequentemente, o hábito de ler jornais espalhava-se e radicava-se no público, embora ainda continuasse a ser frequente a sua leitura em voz alta em pequenas vilas e aldeias, perante assistências heterogéneas de povo analfabeto, que ouvia e comentava. (Matos, 2017, p. 236)

No entender de Matos, o primeiro factor foi a elevação do nível de cultura das populações, destacando, em segundo lugar, a crescente politização da opinião pública:

2.º Não menos importante foi a crescente politização da opinião pública, fenómeno que vinha de trás e que resultou do novo entendimento que os diferentes partidos políticos actuates tinham do papel da imprensa. Esta transformou-se no mais importante instrumento de acção e no principal veículo de afirmação dos partidos políticos. Eram os jornais, portanto, quem marcava a agenda política e pressionava ou defendia os governos. Eram eles os grandes formadores da opinião pública. E era neles que se formavam os futuros quadros políticos do país, criando “a nova e importante classe dos jornalistas, na qual entraram, ou nela se formaram, poetas, historiadores, críticos,

filósofos e homens de grande valia nas ciências e nas letras e dela saíram para as cadeiras das câmaras ou dos ministérios e para os mais altos lugares do Estado.” (Vasconcelos, 1859) A criação de jornais como órgãos dos partidos ou movimentos políticos, fossem eles republicanos ou monárquicos, católicos ou operários, continuou a ser uma constante na I República. Tal como as tentativas de controlo da imprensa, evidentes nos períodos de censura prévia, como na I Guerra Mundial, mas igualmente presentes naqueles períodos em que a República não suprime a liberdade de imprensa, de direito, mas vai atentar contra ela, de facto, seja através da repressão das autoridades administrativas, judiciais ou policiais, seja através da repressão feita na rua contra os jornais, os jornalistas e as suas redacções, como iremos ver. Mas tais expedientes, embora colocassem graves problemas aos jornais, não impediram que estes continuassem a aparecer, fruto de várias estratégias de resistência, como o recurso ao subterfúgio, usual e legal, na época, de continuar o jornal censurado com outro título. (Matos, 2017, pp. 236-23)

A melhoria das vias de comunicação e das relações postais também deve ser ressaltada:

3.º A melhoria das vias de comunicação e das relações postais foi outro factor importante na expansão dos jornais durante a I República. Os jornais eram distribuídos com mais facilidade e rapidez, dos centros (Lisboa e Porto) para as periferias. O aparecimento do telégrafo e a sua utilização pela imprensa também deu uma importante ajuda, permitindo a colocação de correspondentes na província. Com isso, os jornais obtiveram uma informação mais alargada, o que era fundamental para conquistar leitores cada vez mais exigentes, com diferentes interesses, ávidos de novidades. (Matos, 2017, pp. 237-238)

Por outro lado, a tecnologia também se desenvolveu muito:

4.º O aumento da procura estimulou, em contrapartida, a importação de tecnologia, facilitando igualmente a fundação de periódicos. Os jornais equiparam-se com as melhores máquinas para satisfazer uma procura que não parava de crescer. Apareceram as máquinas rotativas de grande tiragem: primeiro as Marinoni, seguindo-se-lhes as potentes Augsburg, de duas bobinas. A composição mecanizou-se, com a introdução da máquina Linotype. Cada uma destas máquinas executava o trabalho de cinco compositores manuais. Consequentemente, as tiragens dispararam e os preços baixaram: em 1900, as máquinas do diário *Novidades*, de Lisboa, permitiam que se imprimisse um exemplar cada três segundos; a partir de 1903, o *Diário de Notícias* passou a ser impresso na grande máquina rotativa Augsburg, com uma tiragem de 24.000 exemplares por hora (4 ou 6 páginas); o preço dos grandes jornais desce de 20 a 30 réis para 10 réis. A imprensa entrava, assim, na sua fase industrial, acompanhando o crescimento geral da nossa indústria, que se acelerou no último quartel do século XIX. (Matos, 2017 p. 238)

Finalmente, Matos salvaguarda as mudanças de estilo jornalístico:

5.º Mas não foi só a organização da imprensa que mudou, começou a mudar também, ainda que lentamente, o seu estilo. Durante a segunda metade do século XIX, nomeadamente a partir de 1865, vimos desenvolver-se entre nós a imprensa popular, sem filiação partidária, por oposição à imprensa de opinião. Baixados os preços, importava agora dirigir o jornal a uma mais vasta camada de leitores, não como um jornal de opinião, mas meramente noticioso. Abandonou-se a discussão, a polémica, o combate, e privilegiou-se o entretenimento, a notícia, a informação — principal preocupação e objectivo do novo jornalismo. Um dos exemplos mais flagrantes deste novo jornalismo popular, ou talvez até seu fundador, foi o *Diário de Notícias*: fundado em 1 de Janeiro de 1865 por Eduardo Coelho, tinha como objectivo central “interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas [custava apenas 10 réis] e compreensível a todas as inteligências”, como anunciava o seu número-programa de 19 de Dezembro de 1864. (Matos, 2017, pp. 238-239)

Importa sublinhar que, desde o seu início, a I República tentou estabelecer uma cisão face à Monarquia, desde logo no que tange a dimensões fundamentais no plano simbólico, como são o hino, a bandeira e a moeda, mas também relativamente a dois esteios daquela que pretendia ser a nova arquitectura político-jurídica e religiosa, assente na Lei da Separação do Estado e da Igreja e na Constituição de 1911.

No entanto, vigoravam tempos de instabilidade política, sendo o parlamento e a rua os palcos preferenciais das contendidas e a imprensa um veículo fundamental desses combates e da situação vivida:

Resultou daqui uma grande instabilidade política que marcaria profundamente a I República, patente nos sucessivos governos e nas constantes insurreições, golpes e contragolpes, revoltas e conspirações que lhes punham termo: no curto espaço de 16 anos tivemos nada menos do que 45 ministérios! Só entre Janeiro de 1920 e Julho de 1921 houve 11 governos! Tudo isto formou um caldo cultural propício à proliferação de jornais. A luta política, feita na rua e no parlamento, tinha também como principal palco a imprensa, com destaque naquela que era mais facciosamente partidarista. A polémica fazia-se sobretudo no jornalismo ideológico: debater as questões políticas, culturais ou religiosas tornava-se uma rotina no quotidiano da imprensa escrita. Era, até, um sinal de prestígio intelectual: ao escritor ou jornalista que acreditasse na justeza dos seus ideais políticos competia “fazer do jornal uma arena e da palavra a farpa implacável que derrubasse a *tolice com cabeça de touro*”, como recordava Eça de Queirós, na advertência ao leitor de *Uma Campanha Alegre*, de 1890. (Matos, 2017, p. 243)

Em seguida, aborda-se o jornal *A Capital: diário republicano da noite*, que será encarado como estudo de caso, no conspecto dos jornais de informação geral.

4.2.2. O jornal *A Capital* (1910-1926)

N ‘*A Capital: diário republicano da noite*, vários acontecimentos são noticiados e analisados. Cumpre destacar alguns deles, de modo a ressaltar a importância das narrativas jornalísticas, não apenas no que respeita à descrição das situações, do que se passou, mas também para a construção da realidade que se relata. Nessa medida, o editorial do dia 5 de Outubro de 1910 demonstra as emoções vividas e o modo como interferem na percepção e na escrita que delas resulta, reconhecendo a magnitude e dificuldade da tarefa, patentes na forma interrogativa e nas incertezas relativas ao momento de comoção e ansiedade, que condicionam e perturbam o discurso jornalístico, consciente da complexidade do esforço intelectual requerido, da necessidade de se ser objectivo, proporcional aos constrangimentos impostos pela comoção, suficientes para suscitarem a explicitação de uma assumida auto-reflexão: “O que escrever quando os olhos ainda se enublaram de lágrimas de emoção, e o peito ainda palpita com a vibração de uma ansiedade enorme que o agitou durante estes dias de glória e tragédia?” (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)



Figura 8
Primeira página do 1.º número do jornal *A Capital* (1 de Julho de 1910).
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Convém notar, desde logo, que a visão é um dos sentidos que um jornalista não pode dispensar e ainda mais quando, como aqui, comparece enquanto testemunha ocular dos acontecimentos, sendo simultaneamente alguém que vive e descreve o que vê, numa dupla condição. Faz parte da informação, dela participa e dá conta, não se poupando a abundante adjectivação, que sublinha a singularidade do que se está a passar e a insuficiência sentida da transposição para palavras da realidade, sendo que aquelas revelam, dentro de possível, a ambiguidade do que se vive, descrito como algo situado entre a *glória* e a *tragédia*, afastando a ausência de conflitualidade ou qualquer ilusão de um ambiente plena ou essencialmente pacífico:

Quem viveu esses dias inolvidáveis, únicos de vida, não julga possível traduzi-los ainda na expressão mais bela e mais sentida da palavra humana. Em presença destas situações excepcionais reconhecemos que tudo quanto delas é miragem ténue que mal se descortina, ao pé da viva, esplêndida realidade. O que julgamos um sonho ideal do nosso espírito, não é mais do que a recordação de páginas históricas que o estilo em harmonia exprimiu, que a imaginação em beleza corporizou, mas que não passa duma literatura especial, sem dúvida apta a encantar-nos os sentidos, mas que não nos conquista profundamente a alma. Isto não! Isto é vida, com as suas ásperas lutas, as suas espirituais afirmações, as suas sentidas crenças, os seus emocionantes entusiasmos, as suas rudezas majestosas cujas arestas se recortam no granito. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

O discurso patente no editorial d'*A Capital* do dia 5 de Outubro de 1910 é particularmente sugestivo e complexo, resultando paradoxal. No plano das intenções, recusa idealizações, projecções efabulatórias, contrapondo-lhes a urgência de realidade. Contudo, esta bipolarização engendrada discursivamente, aparentemente assente na rejeição de uma *literatura especial*, cede e repõe aquilo a que se opõe e que critica, referindo-se, em linguagem metafórica, revestida de um pendor geométrico, ao *recorte das arestas de rudezas no granito*. Quem, imprudentemente, julgasse erradicada a incandescência de um jornalismo romântico, de reminiscência oitocentista, depressa se desiludiria diante de oximoros que se precipitam perante um fervor demonstrativo, mas que dispensa factos e pormenorizações dos acontecimentos. Acumulam-se as sinestesias e o vigor que delas emana:

Isto é a dor que purifica, o Martírio que exalta, o heroísmo que engrandece, e a alegria que ilumina. Isto são todas as crispações que podem torcer os nervos, e todas as comoções que podem fazer pulsar o coração. Isto é a história vivida; isto é a humanidade surpreendida no preciso momento em que galga uma das suas etapas. Isto é o que quer que seja de misterioso, formidável e enternecedor a um tempo em que julgamos entrever as verdades do destino a palpar as formas nebulosas do futuro. Perfila-se um discurso permeável a uma toada profética, que desenha uma teleologia na qual o destino parece desafiar as incertezas do futuro. O normal curso da história acelera, salta-se alegadamente uma etapa. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

Em seguida, a implantação da República é comparada a uma mulher em trabalho de parto, tal o fulgor genesíaco com que é descrita, sem se esquecer a cena bíblica:

Acabamos, como a bíblica mulher criadora, de sofrer e gozar as dores de um parto, e com o sangue que derramamos, entre as carnes dilaceradas, um prazer infinito nos delicia e entenece, ao contemplar o puro, gentil ser de formosura em que, depois de tanto sofrimento e angústia, vemos alvorecer um sorriso. A República brota das entranhas do povo. Gerámo-la na miséria e na servidão, na ignorância e na tristeza, no mistério e na luta, e cruzando-lhe sobre o berço as lâminas das espadas, vamos criá-la para as palmas da paz. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

Importa assinalar a utilização da palavra povo num sentido genérico, sem especificações ou indicações mais concretas, tanto ao nível social e económico, como também de um ponto de vista político. O mais importante, segundo o editorial d' *A Capital*, era salientar uma ligação sem cesuras, divisões ou hesitações, do povo à revolução republicana, situando-o nas origens do ímpeto revolucionário. Acresce que este impulso não esteve isento de manifestações de natureza bélica, ainda que com o intento de assegurar a paz. Defende-se um pacifismo que se não reveste de um cariz utópico, sendo necessário empregar os instrumentos da conflitualidade com pragmatismo para que, com esforço, aquele desígnio se cumpra, superando obstáculos.

Fernando Catroga sublinha as implicações do conceito de povo, desde a propaganda republicana, concretizando o substrato que não impediu a sua consideração genérica e sem pormenorizações no jornal *A Capital* do dia 5 de Outubro de 1910, num momento em que interessava captar energias e forças difusas, mais do que indagar caracterizações profundas, dado que o apelo mobilizador e a vontade de que a revolução surtisse efeito se tornavam mais urgentes naquela hora:

Neste modo de pensar, o “povo” era configurado como um corpo a que uma alma nacional, traduzida nos hábitos e costumes (Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, José Leite de Vasconcelos, etc.), dava conteúdo, o que lidava mal com as teses voluntaristas acerca da génese da nação (Herculano), ou sobre a nacionalidade (Antero). E esta característica é importante para se entender melhor os limites da fundamentação cívica da ideia de nação no republicanismo português. É que esse fundo positivista (e etnológico) obrigava a que a apreensão da sua índole devesse ser “deduzida da realidade das coisas”. Como se vê, estava-se bem longe da definição, predominantemente contratualista, que Renan (*Qu'est qu'une nation*, 1882) deu sobre a ideia de nação, ao caracterizá-la como um plebiscito de todos os dias. O povo feito nação seria, portanto, uma força colectiva e anímica, que moveria a história a caminho da democracia (sua vocação e destino secular), inevitabilidade a que se tinham oposto (ou estavam a opor-se) movimentos de vária origem. (Catroga, 2010, pp. 99-100)

Na sua edição de 5 de Outubro de 1910, *A Capital* apela ao sentimento patriótico, sem o designar como tal directamente. Todavia, convoca-o num plano simbólico como eixo decisivo da revolução em curso, alicerçando nele uma atitude pedagógica e educativa. No entender de Fraga:

A mudança política ocorrida em Outubro de 1910, em Portugal, pretendeu configurar, também, uma alteração no regime militar nacional. A ideia de Nação em armas implicava a reforma de mentalidades, especialmente as masculinas, de modo a gerar um sentimento geral de patriotismo, criando uma simbiose entre República e Pátria. O patriotismo seria o respaldo dos republicanos tal como o cidadão armado seria o defensor da Pátria: uma Pátria necessariamente republicana. Num país onde os alfabetizados não iam além de 25% da população impunha-se encontrar processos expeditos para conseguir adesão das massas mais ignaras às ideias de Pátria e, especialmente, de República e de Nação em armas. O republicanismo tinha de ser a continuação coerente de uma Pátria com quase oitocentos anos de Monarquia ao mesmo tempo que era a esperança num futuro diferente, moderno e esclarecido. (Fraga, 2012, p. 1)

A República é encarada como filha de um colectivo ao qual o editorial em análise não se refere explicitamente, mas substitui essa referência pela assunção de um pronome possessivo com valor vinculativo e de afirmação de pertença:

É nossa filha — é ao sentimento dos pais, reto como o dever, e ao sentimento das mães, doce como o amor —, que estas palavras se dirigem para que lhe apreendam bem o grau de dedicação de selvagem paixão, que ao ser, fruto do nosso ser, temos de consagrar a vida inteira, enquanto uma nova treva de energia nos alimentar o peito. É nossa filha, filha das horas austeras de sacrifício, dos sonhos gloriosos do ideal, da esperança num progresso contínuo, que gradualmente assegura a humanidade sofredora, a profícua e plena posse dos seus destinos e da sua filha. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

A expressão *treva de energia* parece remeter para o impasse vivido a 5 de Outubro de 1910, momento no qual se instalavam e dominavam a dúvida e a incerteza, contrariadas por um fervor revolucionário sem contemplanções ao nível retórico, tanto maior quanto era necessário enfrentar e disfarçar as inseguranças e reticências vigentes, sublimando-as e suturando-as através de um ímpeto expresso de modo enfático e hiperbólico.

Nesta perspectiva, exprime-se um desejo de progresso contínuo, na senda dos valores propugnados pela Revolução Francesa, e na busca da perfectibilidade humana, uma das bases do ideal republicano. Como diz Catroga:

Postulando a crença na perfectibilidade humana e no progresso indefinido, pode dizer-se que, com a fé na cientificidade da lei dos três estados, ou, pelo menos, com o convencimento de que só a ciência podia trazer conhecimentos emancipatórios (porque seriam os únicos que estariam em consonância com as exigências da evolução social), se visava afiançar o velho optimismo iluminista e a sua respectiva paideia, já presente na Revolução Francesa (Condorcet), mas agora reactualizada pela política escolar de Jules Ferry e da III República francesa, sob a divisa ensino obrigatório, gratuito e laico. (Catroga, 2010, pp. 99-100)

No entanto, no editorial d'*A Capital* não se fazem referências directas a um ensino a haver, certamente projectado, nem às suas fontes doutrinárias. Tal não impede, todavia, que um sentido ainda pouco nítido de afirmação da Paideia comece a esboçar-se nas palavras proferidas, dotadas de um tom apologético, pouco distante do panegírico em louvor de uma vontade de unidade e coesão, dando a sensação de que a 5 de outubro de 1910 a República está concretizada. As palavras que se seguem erigem o seu autor, em causa própria, como testemunha privilegiada da realidade, sobressaindo do seu discurso um povo que assoma unido por uma mesma vontade e aspiração, patentes na aclamação do regime nascente:

A República nasceu. A República está feita. No próprio momento em que escrevemos passam sob nossas janelas, soldados e civis, homens, mulheres e crianças entoando, como num coro, a mesma aclamação frenética ao régimen que alvorece. É a imagem nítida de um povo, irmanado numa mesma vontade, numa mesma aspiração, a que perpassa perante os nossos olhos. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

Sendo o jornalismo praticado no editorial d'*A Capital* contemporâneo dos acontecimentos sobre os quais se debruça e não se limitando, por isso, a fazer deles eco ou ressonância, participa da respectiva construção, resultando muitas vezes difícil discernir o sujeito da notícia ou o seu objecto, passíveis de coincidência, coabitação ou, pelo menos, paralelismo. Torna-se temerário considerar que nos encontramos perante casos de metajornalismo, circunstância difícil de comprovar quantitativa e qualitativamente, em profundidade e extensão. No entanto, existem casos curiosos, a coberto, todavia, de ambiguidade estatutária ou indistinção, mas, ainda assim, comprovativos de uma concomitância, denotando a presença de jornalistas nos momentos decisivos da revolução.

Convém evitar e não forçar anacronismos que lancem a confusão, reconhecendo que o facto do jornalismo se tornar notícia se alargou e aprofundou nas últimas décadas do século XX e inícios do século XXI. Ainda assim, as palavras de Madalena Oliveira, referentes à actualidade, podem favorecer um exercício comparativo que respeite e meça distâncias, mas alimente sem dogmas relações de cariz reflexivo:

Dizem os clássicos manuais de jornalismo que o jornalista nunca é notícia. Este princípio, que radica na concepção do jornalismo como um observador ou supervisor dos poderes constituídos (legislativo, executivo e judicial), manteve a imprensa afastada dos adágios de vigilância com que ela sempre se impôs aos mais diversos actores sociais. Ora, recusando encarar o próprio jornalista como agente de acontecimentos que deveriam ser notícia, o jornalismo descuidou, durante séculos, a hipótese que colocávamos atrás de ser ele próprio a manifestação de um poder tão ou mais proeminente que o dos legisladores, governantes ou juizes. (Oliveira, 2007, pp. 247-248)

A 5 de Outubro de 1910, o papel desempenhado pelo jornalista Carlos Calixto é noticiado em dois momentos, não se eximindo o redactor da informação de aludir à partilha de ofício:

O nosso colega Carlos Calixto anunciou a proclamação da República em Lisboa e em breves palavras pediu ao povo para que fosse ordeiro e tolerante, que não esquecesse que a República é um governo da ordem e da liberdade e que seria indigno de ser cidadão da República todo aquele que praticasse qualquer acto de desordem ou de intolerância (...). Em Paço d'Arcos houve novas e calorosas ovações, especialmente em frente a casa do nosso colega Carlos Calixto, cuja família espargiu (sic) muitas flores sobre a multidão. (*A Capital*, 5 de Outubro de 1910)

Importa salvaguardar que Carlos Calixto desenvolve uma actividade que conjuga amiúde, mas aqui de modo particularmente impressivo, o dever de informar e o imperativo ético da cidadania, sendo simultaneamente jornalista e cidadão, pelo que resulta natural que num momento revolucionário reproduza e duplique parcialmente a sua função profissional, anunciando uma proclamação. Pode observar-se um desvio semântico face ao mais comum acto de informar, fruto dos tempos turbulentos que estavam a ser vividos.

Ainda assim, Carlos Calixto comparece como cidadão e agente cívico, que veicula os valores republicanos, consubstanciados na defesa da ordem e da liberdade. Mais interessante se torna verificar que, conforme se refere na segunda notícia, o jornalista não se limitara a um acto isolado, repetindo-o perto de casa, desta vez com o envolvimento da família, demonstrativo de uma adesão ao regime republicano sem hesitações. Não se entra em pormenores da esfera privada, do foro pessoal ou íntimos, mas demonstra-se o comprometimento cúmplice da instância familiar.

Carlos Calixto não se transformou em objecto de crítica por ser sujeito da notícia, situação mais comum no jornalismo dos dias de hoje. No entanto, desenvolveu uma actividade jornalística que exerceu sob o signo da conciliação com a cidadania. O diagnóstico de Madalena Oliveira para os dias de hoje não se lhe aplica, mas deve ser ressaltado, de modo a sublinhar a natureza complexa e a importância da sua actuação e de outros jornalistas seus contemporâneos: “De sujeito a objecto de crítica, portanto, o jornalismo e, concomitantemente, os jornalistas descobrem-se então sob o olhar ajuizador de um público cada vez

mais exigente e menos condescendente às anomias da informação.” (Oliveira, 2007, p. 318)

Do ponto de vista da construção da narrativa, o editorial d'*A Capital* de 5 de Outubro de 1910 parece privilegiar um estilo apologetico e interpretativo face à República nascente. A tentativa de rasura do impasse e da incerteza vigentes passa por estratégias de apagamento de angústias e reticências que pudessem ser confirmadas por um discurso descritivo, maioritariamente preterido, já que, mesmo quando este pode irromper e insinuar-se, surge em função de uma agenda ideológica que cauciona e legitima a República, apagando hesitações, contradições, reveses, em função de uma marcha vitoriosa que cumpre destacar. Na parte noticiosa da edição de 5 de Outubro, o esforço informativo alinha por um diapasão mais descritivo, factual, em busca da verdade dos acontecimentos, mas desagua, apesar deste estilo, numa mais complexa e menos óbvia confirmação dos louvores à República.

Outro acontecimento importante a ter em conta pela sua complexidade político-militar, com repercussões sociais relevantes, foi a entrada de Portugal na I Guerra Mundial, primeiro em Angola e Moçambique, em 1914, e dois anos volvidos em cenário europeu. Este estudo debruça-se apenas sobre o primeiro país referido.

Luís Barroso salvaguarda que quando Alves Roçadas foi designado, por Pereira d'Eça, ministro da Guerra, comandante da expedição, ambos sabiam da inferioridade de meios portugueses relativamente à Alemanha, mas era preciso marcar posição do lado da Inglaterra no xadrez da guerra, apesar de resistências populares, e reforçar internamente o regime republicano:

Quando, em 18 de agosto de 1914, o tenente-coronel Alves Roçadas foi designado comandante da expedição pelo ministro da Guerra, o general Pereira D'Eça, ambos sabiam que o Exército não tinha capacidade de lidar com a ameaça alemã em Angola. Apesar disso, num curtíssimo espaço de tempo, foi preparada e enviada uma expedição com limitações de força e regras de empenhamento restritas, que amputavam a iniciativa do comandante, a fim de evitar qualquer incidente internacional. A ideia de entrar na guerra, com um pretexto conveniente, cresceu no seio do governo português mesmo sabendo que as manifestações em apoio dos aliados realizadas em Lisboa poderiam não corresponder à verdadeira vontade popular. O governo acreditava que estar ao lado da Grã-Bretanha na guerra lhe traria benefícios políticos essenciais. Estar ao lado dos vencedores adiava, pelo menos, o problema das pretensões alemãs e britânicas. Consolidava-se o reconhecimento da república, colocando o país em pé de igualdade com a Inglaterra. Também se cria que, estando o país em guerra, se atenuava o antagonismo entre os atores políticos internos, reforçava o Partido Democrático e reforçava o regime (...). Em geral, teriam sido estes os objetivos da ala “intervencionista”, dentro do Partido Democrático, contra os “não intervencionistas” no seio do governo e de outros partidos ou correntes (unionista, anarcossindicalista, monárquica), bem como dentro de alguns setores do Exército que consideravam a defesa das colónias o único motivo para mobilizar forças. (Barroso, 2018, s/n)

Figura 9
 Página d'*A Capital* de 11 de Setembro
 de 1914 alusiva à partida das
 “forças expedicionárias” para África.
 Fonte: Hemeroteca Municipal
 de Lisboa.



Ainda a 18 de Agosto, *A Capital* noticiou o regresso de compatriotas portugueses provenientes da Alemanha, tida por perigosa e comparada sugestivamente a um vulcão: “São os Portugueses que voltam da Alemanha. Alegres por verem de novo o céu da Pátria, tranquilos por terem escapado enfim da cratera esbraseada deste vulcão que ameaçava devorá-los”. (*A Capital*, 18 de Agosto de 1914)

Por causa da instabilidade vivida e devido eventualmente ao secretismo diplomático, o jornal não noticiou a designação de Alves Roçadas para comandar a expedição colonial. Entretanto, no palco europeu, a guerra avançou mais decisivamente a partir de 21 de Agosto e ficava cada vez mais claro o apoio a Inglaterra, afirmado no parlamento duas semanas antes, abandonando-se a neutralidade inicial.

Barroso explica circunstanciadamente o envio de tropas portuguesas para as colónias. Por um lado, internamente, através do apoio de outros partidos ao intervencionismo, o Partido Republicano consolidava o seu poder. Por outro lado, a França, consciente da reticência inglesa face à entrada de Portugal no espaço europeu, em território francês, apoiou a fixação em território colonial. Para além do mais, as sublevações dos autóctones eram uma constante. Era necessário acalmá-las e acabar com elas. Ora, Alves Roçadas já estivera anteriormente

no território em 1906-1907 e adquirira importante experiência do que lá se passava. Logo em 11 de setembro, o corpo expedicionário marchava para o cais efusivamente saudado por uma multidão, conforme noticiava o jornal diário *A Capital*:

Alves Roçadas era a escolha acertada para galvanizar a população no apoio ao esforço de guerra em África, devido ao reconhecimento do seu valor militar contra os Cuamatos em 1906-1907. Sendo também um reconhecido monárquico, valorizava-se a decisão do envio da expedição e minimizavam-se as críticas dos sectores do Exército em relação à opção pela beligerância. Por conseguinte, estava dado um passo importante para que a população se entrincheirasse em torno do governo, contribuindo decisivamente para a estratégia ‘intervencionista’. (*A Capital*, 18 de Agosto de 1914)

Explica Barroso:

Em certa medida, aquela situação explica o curto espaço de tempo entre a decisão política e o embarque das forças. Mas era também uma jogada do ministro da Guerra a caminho da beligerância, que nessa altura transmitiu ao ministro francês em Lisboa que Portugal não poderia ficar alheado da guerra na Europa e que dispunha de “sessenta mil homens em pé de guerra” prontos a serem enviados para a Europa. Não sendo de todo verdade, era um expediente para que a França convencesse os britânicos a aceitarem a beligerância portuguesa. Porém, a Grã-Bretanha sabia que os radicais pretendiam usar a participação na guerra para se consolidarem no poder através da aceitação internacional da República e do pedido de apoio financeiro e económico. Por essa razão, colocava sérias reservas ao envio de uma força expedicionária para França, que sabia ter de apoiar financeiramente sem qualquer vantagem militar. A França, por seu lado, pretendia a beligerância portuguesa para contrabalançar a ambiguidade britânica quanto ao entendimento com os alemães em relação às colónias portuguesas. Apoiava as posições radicais dos “intervencionistas” de forma a comprometer a Grã-Bretanha, que desejava inimiga da Alemanha. (Barroso, 2018, s/n.)

Acresce que, através do envio da expedição chefiada por Alves Roçadas para Angola, aumentando o efectivo da guarnição, tentava-se impedir o avanço dos alemães. Conforme sublinha Barroso:

Uma outra explicação, embora complementar, é baseada nas instruções dadas pelo ministro das Colónias a Alves Roçadas: posicionar forças em Angola e rapidamente aumentar o efetivo da guarnição a fim de evitar qualquer invasão por parte dos alemães; evitar que o território pudesse ser palco de combates entre alemães e britânicos; e dispor de forças que pudessem auxiliar a Grã-Bretanha em caso de necessidade. Impor a soberania portuguesa ao “gentio” que se sublevasse por vontade própria ou por influência alemã, e ainda mais num momento em que britânicos e alemães já combatiam na África Austral, era uma missão que vinha sendo executada desde o início

do século e era de amplo consenso nacional e militar. Havia também a hipótese de os alemães invadirem o planalto do Huíla, fosse devido a uma retirada forçada pelas forças anglo-sul-africanas ou para que o pudessem reclamar se a guerra na Europa se decidisse em breve. (Barroso, 2018, s/n)

Em Angola, Norton de Matos cumpria o estratagema “intervencionista”, minimizando a importância das instruções recebidas do ministro para não criar situações melindrosas com os alemães. Propôs a instauração do estado de sítio no distrito da Huíla, sabendo que essa decisão provocaria reacções embaraçosas devido ao movimento contínuo de entrada e saída de alemães em Angola por razões comerciais, que podia ser facilmente explorado como um acto de agressão. Em 16 de setembro de 1914, relatava ao ministro que os alemães poderiam chegar ao planalto central antes de a expedição liderada por Roçadas estar em condições de iniciar as operações militares, originando uma situação de confrontação directa desvantajosa para Portugal, dado o apoio que aqueles obteriam da população cuanhama. A 12 de Outubro, notificava o ministro que tinha informações de que a população europeia e os indígenas da colónia alemã tinham sido mobilizados por receio de que a expedição fosse uma atitude beligerante contra a Alemanha devido à aliança Luso-Britânica.

O mais grave desastre com as tropas portuguesas em Naulila, provocado pelo Alemães, ocorreu a 18 de Dezembro de 1914 e constituiu uma vingança face a um incidente anterior, que acontecera a 19 de Outubro e fora preparado de véspera.

Na manhã de 19 de Outubro, conforme combinado, a liderança da expedição alemã acompanhou o pelotão português a Naulila, enquanto os restantes membros do grupo permaneceram no local do acampamento. O grupo alemão que chegou a Naulila era composto pelo Dr. Hans Schultze-Jena, pelo Oberleutnant Alexander Lösch, pelo tenente miliciano Kurt Röder, pelo intérprete Carl Jensen e pelos ordenanças nativos Andreas e Hugo. (Barroso, 2018, s/n)

Apesar do intérprete informar Schultze-Jena que Sereno, oficial português, está a agir de acordo com instruções que recebeu, o alemão duvida e acredita ser vítima de uma armadilha para o separar do grupo e o desarmar. (Barroso, 2018, s/n)

O incidente visto do lado alemão assumiu gravidade extrema: não se tratava de uma qualquer expedição, mas sim de uma delegação de alto nível, enviada por ordem expressa do governador da colónia para negociar com os portugueses. Na realidade, em Setembro de 1914, Hans Schultze-Jena fora encarregado pelo governo de Windhoek, ao tempo presidido por Theodor Seitz, de iniciar negociações com a administração colonial portuguesa em Angola sobre o transporte do correio alemão, bloqueado pelos britânicos, e sobre a aquisição de víveres. Portugal ainda não tinha entrado na I Guerra Mundial, sendo por isso encarado como neutral, e as comunicações entre a colónia e a Alemanha, que antes se faziam recorrendo ao cabo submarino britânico via Cidade do Cabo, tinham sido cortadas. Também as aquisições de víveres na União Sul-Africana tinham sido proibidas pelos britânicos. A solução parecia ser o estabelecimento de um acordo com as autoridades portuguesas em Angola para criar

vias de comunicação e de abastecimento alternativas. Para complicar ainda mais a situação, o Dr. Hans Schultze-Jena (1874-1914) era uma das figuras mais prestigiadas da colónia.

No lado alemão, o incidente deu brado, sendo notícia nacional na Alemanha dada a importância social de um dos falecidos, os quais passaram a ser conhecidos pelos «*cinco assassinados de Naulila*». O incidente foi referido pela imprensa alemã como «*o assassinato de Naulila*», correndo a informação que as fardas, armas e pertences pessoais teriam sido roubados e os corpos enterrados sem cerimónia em lugar desconhecido. A indignação na colónia era enorme e os apelos à vingança sucederam-se. (Barroso, 2018, s/n)

O incidente de Naulila deu-se a 19 outubro de 1914 e ocorreu porque um administrador alemão do território de Outjo, Hans Schultz-Jena, chegou a um local a escassos quilómetros da referida região sob o pretexto de capturar um desertor e foi surpreendido pelo alferes Sereno, que o recebeu. Apesar das hostilidades mútuas iniciais, ficou combinada a viagem até Naulila, ao encontro do capitão-mor Álvaro Fernandes Varão. Quando chegaram ao local do encontro, este último não se encontrava no forte. A intenção dos alemães era mais vasta do que o que revelaram, dado que se prendia com a tentativa de expedição para a Europa do correio germânico. (Barroso, 2018, s/n)

Os alemães desconfiaram das intenções dos portugueses e insistiram em voltar, armados, ao acampamento. O alferes Sereno terá solicitado entrega das armas, mas, encontrando-se ele próprio desarmado, terá sido ameaçado pelo tenente Alexander Lösh, ordenando que os seus homens abrissem fogo sobre os germânicos. Morreram os três oficiais e dois ordenanças alemães.

Nesse mesmo dia 19 de Outubro de 1919, o jornal *A Capital*, não sabendo ainda o que concretamente se passava quanto ao episódio, reiterou em editorial, nunca nomeado como tal, a urgência da entrada efectiva de Portugal na Guerra, servindo-se de um discurso inflamado de Alexandre Braga no mesmo sentido, considerando-se insuficiente o apoio ao aliados sem envio de homens, apenas baseado na entrega de armas e materiais de guerra:

Para onde forem os canhões, as armas dos nossos soldados, irão esses soldados hasteando a bandeira de Portugal. O contrário seria uma ignomínia sem nome. Um dia, iriam as peças da nossa artilharia; outro dia iriam as espingardas dos nossos soldados; outro dia ainda as espadas dos nossos oficiais e mais tarde, porventura, as suas fardas, as suas dragonas, as suas divisas. O exército português converter-se-ia num cabido de exercícios que se bate. Esta hipótese é tão inadmissível que só enunciá-la faz gelar o sangue nas veias. Não! Portugal não deu nunca a ninguém o direito a duvidar do brio dos seus filhos, da intrepidez dos seus soldados. (*A Capital*, 19 de Outubro de 1914)

Na notícia seguinte, *A Capital* faz eco de um artigo do filósofo Emil Boutroux, apresentando-o enquanto crítico do germanismo. Este é definido e recusado como a defesa de uma civilização assente na força e não na *bondade e na doçura*. O pensador francês repudia os

alegados orgulho e egoísmo germânicos, que se apropriaram, segundo o autor, do misticismo propugnado em 1807 por Fichte como motor de uma suposta superioridade divina deste povo e da respectiva civilização. (*A Capital*, 19 de Outubro de 1914)

Com este alinhamento das notícias, *A Capital* parece defender uma posição de resposta pragmática ao poderio alemão, colocado no centro de uma guerra de civilizações que situa o antagonista do lado dos *maus*, que se servem da ciência para destruir a humanidade, obrigado a civilização de matriz greco-romana a responder por razões de sobrevivência. Numa primeira notícia, uma decisão político-militar de natureza estratégica pelo envio não só de armas e materiais de guerra, mas também de homens, serve de mote para um activismo patriótico inevitável. Na segunda notícia são as ideias que se sobrepõem aos acontecimentos, ditando e interpretando a sua marcha e denunciando a alegada manipulação dos conhecimentos em favor de ímpetus belicistas e de uma doutrina que os sustenta, denunciada pelo jornal, apoiado na autoridade científica de Boutroux.

Barroso refere que os alemães atacaram o posto de Cougar a 31 de Outubro de 1914, para vingar o que se passara em Naulila, e a 18 de Dezembro os alemães atacaram violentamente as tropas portuguesas nesta localidade, causando muitas mortes e destruição:

A 31 de outubro, os alemães adiantaram-se e vingaram Naulila, atacando o posto do Cuangar e outros postos de fronteira. A 18 de dezembro de 1914, os alemães atacaram as forças de Alves Roçadas ancoradas no forte de Naulila, para onde se haviam deslocado para impedir a tão temida “invasão”. A surpresa veio da violência, dos meios empregues e da incapacidade portuguesa em manter a posição, que teve de retrair o dispositivo cerca de 300 quilómetros (até ao Lubango). Roçadas tinha planeado uma campanha baseado na premissa de que a imposição de soberania no Cuanhama era suficiente para precaver qualquer tentativa alemã no sul de Angola. A sua missão era ambígua e não respondia à situação que poderia encontrar em Angola, dando oportunidade à crítica em setores “não intervencionistas” no Exército. (Barroso, 2018)

Entre estas duas datas, a do ataque a Cougar e o desastre de Naulila, a 18 de Dezembro de 1914, *A Capital* confirma o desaire Português de 31 de Outubro no Cougar, com a morte de dois oficiais e muitas incertezas quanto a outros infortúnios semelhantes. Destaca o falecimento do tenente Ferreira Durão, louva-lhe a valentia e traça-lhe uma breve biografia, fazendo o mesmo relativamente ao tenente Henrique José de Sousa Machado. O que aconteceu no Cougar é descrito como um triste acontecimento e, segundo *A Capital*, constituiu forte agravamento das más relações com a Alemanha e não se teria dado se não tivesse ocorrido de noite, circunstância que aumentou o grau de surpresa e apanhou desprevenidas as tropas portuguesas. (*A Capital*, 18 de Novembro de 1914)

Nota-se no jornal em análise o emprego de uma linguagem cuidadosa, com criteriosa escolha de palavras, de pendor essencialmente estratégico e calculista, que mimetiza as

preocupações dos operacionais em cenário de guerra e a escassez de informações mais precisas, aconselhando a prudência e o recato, sem deixar de expressar uma confiança nas nossas tropas, mediada e matizada por um tom ponderado. Os receios confirmaram-se e o processo desenrolou-se durante um mês, culminando com a vitória alemã, a 18 de Dezembro.

Confirma-se que, na data coincidente com o epicentro do ataque germânico e nos dias subsequentes, *A Capital*, pela dificuldade natural em obter informações em cima dos acontecimentos, mas também para evitar alarmar com notícias desfavoráveis, recorreu a cartas mais antigas, do mês de Novembro de 1914, desviando eventualmente atenções da real situação desfavorável no cenário dos confrontos no sul de Angola, mas aumentou a contundência das adjectivações, invectivando os germânicos, na edição de 21 de Dezembro de 1914, e chamando atenção para o *estado de sítio*:

Trechos de uma carta expedida de Luanda a 29 do mês passado. No Sul as nossas tropas já tiveram confrontos com os cães dos Alemães e Angola está toda em estado de sítio e com suspensão de garantias. Muitos boatos correm na Província, alguns manifestamente inverosímeis. Parece, no entanto, que estão tomadas todas as medidas com o fim de assegurar uma acção enérgica por parte das nossas tropas, na campanha contra os Alemães no sudoeste africano. (*A Capital*, 21 de Dezembro de 1914)



Figura 10

As notícias das “agressões germânicas” no Sul de Angola, n.º 4 *Capital* de 18 de Novembro de 1914.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Estrategicamente, a notícia d’*A Capital* não especifica os boatos, tratando dessa forma os avanços decisivos alemães, de modo a não os publicitar nem insistir na resposta portuguesa. Finalmente, a 27 de Dezembro, *A Capital* noticia a inevitabilidade da invasão alemã a Angola num texto assinado por Mayer Garção, que aproveita para atacar a ideia de neutralidade portuguesa e respectiva prática, reforçando a posição oficial e maioritária do jornal ao longo do tempo. No dia 28 de Dezembro de 1914, *A Capital* denuncia sem tibiezas o seguinte: “Ambicionando o planalto. A cobiça teutónica desmascarada finalmente com as agressões do sul de Angola”. (*A Capital*, 28 de Dezembro de 1914) Este título não deixa dúvidas, uma vez que surge como um desvelamento e uma revelação, ainda que anteriormente esboçada e quase anunciada, o que demonstra que a pressão dos factos obrigava a engendrar como epifania, mas paradoxalmente despida do necessário efeito de surpresa, algo que o desgaste do tempo perfilava já. O tom é teatral, *cai a máscara à Alemanha*. Todavia, o trecho jornalístico não especifica, nem desenvolve, os efectivos procedimentos germânicos em Naulila, talvez para não desmoralizar as tropas portuguesas, ou por eventualmente desconhecer a extensão das perdas e dos estragos.

O texto que se segue ao título, apesar de entusiasmado e mobilizador, é mais pedagógico e didático, dotado de um pendor histórico-geográfico. Começa por explicar as razões da cobiça alemã face ao território do planalto português e aos respectivos portos. Enquanto as localidades da colónia alemã eram secas, áridas, pouco propícias à agricultura, algumas das localidades na posse de Portugal eram ricas em cereais, gado e algodão. Por outro lado, o autor da notícia enfatiza que Guilherme II era *inconsequente e pouco de fiar*, situação que impedia negociações e acordos. Em suma, a notícia recorre aos meios e discurso similares aos de um geógrafo, analisando a posição da Alemanha no mapa geográfico, sem perder de vista a perspectiva de um estratega, ao identificar geoestrategicamente os alvos teutónicos. No dia 30 de Dezembro de 1914, *A Capital* informa da retirada das tropas comandadas por Alves Roçadas, desvalorizando este acontecimento de enorme importância, que não pormenoriza, mas apoia e dá coragem aos portugueses que ficaram a combater:

A retirada das forças expedicionárias do comando do Tenente-Coronel Roçadas, que em virtude de razões estratégicas abriu aos Alemães o passo para avançarem um pouco mais no nosso território, não é de forma alguma de natureza a provocar sequer a mínima apreensão quanto ao resultado final das operações militares. Morreram, no primeiro combate travado com as nossas forças, alguns dos nossos heróicos soldados. Mas o sangue vertido é mais uma garantia de que a tradicional bravura dos portugueses há de em breve triunfar da infamíssima agressão que contra nós dirigiram os soldados de um país irremediavelmente condenado. (*A Capital*, 30 de Dezembro de 1914)

No dia 31 de Dezembro de 1914, *A Capital* noticia que o governo reuniu nesse dia e manifestou a intenção de revelar o nome e o número dos soldados mortos, como fez com os

oficiais, mas estes eram alegadamente poucos, o que facilitava a tarefa, se comparada com as necessidades de organização quanto àqueles. (*A Capital*, 31 de Dezembro de 1914) Ficou prometido um reforço do envio de tropas para 15 de Janeiro de 1915. No dia 9 de Março de 1916, a Alemanha declarou guerra a Portugal, mas *A Capital* só confirmou essa declaração no dia 10. O jornal não se publicara a 8 e, quando regressou, noticiou que a declaração alemã estava iminente, na sequência do desagrado face a um apresamento de um navio germânico no cumprimento da aliança portuguesa com a Inglaterra.



Figura 11

Ecos da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em letras garrafais, na primeira página d'*A Capital*, de 10 de Março de 1916.

Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

De resto, *A Capital* agiu em estrita consonância com a posição oficial portuguesa, como se fizesse parte do Governo e da sua diplomacia. Adoptou um tom firme mas sem ser demasiado hiperbólico, resultando simultaneamente institucional e assertivo, sob o signo do cumprimento de compromissos e da inevitabilidade de reacção do antagonista teutónico, recusando qualquer piedade de outros, e reafirmando a não neutralidade, a aliança com a Inglaterra e as respectivas consequências, demonstrando assim lealdade e pragmatismo no cumprimento de tratados e na resposta a situações históricas:

Comunicada a apropriação dos navios Alemães ao gabinete de Berlim era inevitável que esse governo respondesse com um protesto. Já hoje ninguém pensa em negar que esse protesto foi formulado pelo Ministro Alemão em Lisboa junto do nosso governo como já também é sabido que

o nosso governo replicou mantendo o seu acto. (...) Chegamos a uma situação que era inevitável produzir-se e a sua verdadeira significação não é que sejamos vítimas inocentes de uma brutalidade alemã nem que a ela chegamos por uma opressiva imposição de Inglaterra. Como já é sabido, a Inglaterra logo que entrou na luta recomendou-nos, invocando a nossa velha aliança, que não declarássemos a neutralidade. Portugal aceitou esta recomendação e seguiu-a escrupulosamente, porque ela não representava só um dever dos seus velhos compromissos, mas também correspondia aos seus mais vivos sentimentos. Por isso mesmo a declaração ministerial que dela resultou, feita na célebre sessão de 7 de Agosto de 1914, foi acolhida com aplauso por todos os partidos nela representados. (*A Capital*, 9 de Março de 1916)

A 10 de Março de 1916, *A Capital* noticia a reunião do parlamento português na qual este reitera a aliança com a Inglaterra e assume os efeitos dessa atitude. O relato jornalístico assume uma solidariedade sem fissuras com esta posição e adopta um tom institucional e por vezes mais grave, mas permeável ao júbilo de um sentimento de dever patriótico consumado, bem patente desde o título, propagandístico, enfático e fervoroso, agregador de vontades: *Viva Portugal!*

O registo jornalístico deixa-se inflamar pelo pathos do discurso político e da sua agenda mobilizadora, pugnando pelo que entende como dever, passível de ser relacionado com um certo ethos retórico, que em nosso entender se liga ao desígnio tornado imperativo de um certo sentido de respeito pela história de Portugal, que simultaneamente promove um substrato racional relevante: o Corpo Expedicionário Português começou a preparar a ida para França em 1916. Todavia, esse processo ficou marcado por tensões entre guerristas e anti-guerristas, mas também entre oficiais e sargentos de um lado e milicianos do outro. Estes foram incorporados em cumprimento das leis da República, mas demonstravam debilidades e fragilidades decorrentes de falta de formação especializada de base, que aqueles notavam e queriam corrigir. Como bem nota Marquês de Sousa:

Após a vitória do Partido Democrático nas eleições de Agosto de 1915, com o Presidente da República Bernardino Machado, e o Chefe do Governo, Afonso Costa, a liderança política assumia a posição guerrista, reforçada mais tarde após a declaração de guerra da Alemanha (9 de Março 1916) com o governo da União Sagrada, chefiado por António José de Almeida (...). Mas entre a declaração de guerra da Alemanha, e a chegada a França das primeiras forças do CEP passou quase um ano repleto de tensões entre os políticos guerristas e muitos militares contrários ao envolvimento português, problemas que marcaram as profundas divisões internas no exército, não apenas entre guerristas e antiguerristas, mas também entre militares do quadro e milicianos. O modelo de exército miliciano criado com a reorganização militar republicana de 1911 formou este “tipo” de oficial das armas e serviços, com uma instrução militar muito reduzida, o que provocava a reação negativa, não só dos oficiais de carreira como também dos sargentos, que punham em causa a preparação

destes novos oficiais, como testemunha o artigo publicado na *Revista dos Sargentos Portugueses*, logo após as manobras de Tancos, em Agosto de 1916: “(...) foi-se buscar à escola indivíduos que nunca haviam transposto uma porta de armas, em cujas veias corre apenas o sangue da juventude (...).” (Marquês de Sousa, 2016, s/ n.)

Marquês de Sousa aponta o reduzido tempo de serviço militar promovido pelas leis da República e a isenção de licenciados, que tiveram que ser recrutados à pressa, como obstáculos à preparação do Corpo Expedicionário Português:

Para além do reduzido tempo de serviço militar obrigatório promovido pelas leis da República ter constituído um óbice à preparação do CEP, outro obstáculo resultou do facto de a lei permitir isenção de licenciados, que tiveram que ser recrutados à pressa, fazendo do processo de preparação uma atribulada corrida contra o tempo, com elevados custos financeiros para o erário público. A convocação de licenciados não foi bem aceite e deu origem a diversos casos de indisciplina e tensões, não apenas pelo inconveniente de ser mobilizado, mas também pelas situações de injustiça em resultado das “dispensas” de alguns rapazes de famílias influentes, mais sentida nas comunidades mais pequenas. (...) Durante o período tratado neste capítulo, basicamente no segundo semestre de 1915 e durante todo o ano de 1916, a Instituição Militar sofreu uma profunda transformação numa luta contra o tempo para mobilizar, preparar e equipar o Exército, implicando elevadas despesas (...). (Sousa, 2016, s/n.)

Torna-se curioso destacar o depoimento de Júlio Dantas, republicado n’*A Capital*, no início de Janeiro de 1917 (originalmente dado à estampa n’*O Primeiro de Janeiro*), mais pelo interesse simbólico do que pela relevância estratégica, precisamente porque provém de um intelectual, oriundo do mundo das letras, uma personalidade excêntrica ao circuito militar em toda a sua amplitude, naturalmente num sentido restrito, mas igualmente numa aceção mais lata.

Passa, como seria de esperar, ao largo de questões organizativas, disciplinares ou técnicas do foro militar, preferindo anichar-se numa comparação histórica com a Legião que em 1808 esteve ao lado de Napoleão:

Foi no dia 30 de Maio de 1808 que os primeiros soldados da Legião Portuguesa passaram a terra de França. Napoleão, em cujas mãos, Carlos IV acabava de depor, com uma jóia, a coroa das Espanhas, esperava os portugueses em Baiona, com toda a Corte Imperial. Pois bem. Sobre o dia 30 de Maio de 1808 um século passou. Sobre esse século, mais oito anos lentos, trágicos, dolorosos. De novo os nossos soldados entram, sorrindo em Paris; de novo as rosas de França vão florir em espinhargas portuguesas; de novo o mesmo clarão de epopeia envolve o nosso nome e hoje, cento e oito anos depois, é ainda o mesmo grito heróico que se ouve ao longe, como se o erguessem milhares de espectros: Portugal! Portugal! (*A Capital*, 5 de Janeiro de 1917)

A 30 de Janeiro de 1917 as primeiras tropas do Corpo Expedicionário Português foram enviadas para França. No entanto, menos de um ano e meio depois, a 9 de Abril de 1918, sofreram pesada derrota em *La Lys*. No dia 11, *A Capital* duvida dos dados que recebe, desvalorizando-os inicialmente, mas estes não deixam de ser, por isso mesmo, profundamente elucidativos: “Os telegramas de hoje desenvolvem o comunicado (...) no qual se referia que o sector português na linha de batalha ocidental fora alvo de uma furiosa investida alemã. (...) As forças portuguesas tiveram que recuar.” (*A Capital*, 11 de Abril de 1918)

Entretanto, antes disso, em território continental português entre 5 e 8 de Dezembro de 1917 ocorreram disputas entre o governo vigente e Sidónio Pais, que saiu vitorioso (Silva, 2006; Samara, 2009). Nos primeiros dias, *A Capital* não foi publicada, mas no dia 8 fez um primeiro balanço do confronto, apontando, genericamente, sem especificá-los, erros aos democráticos e dando o benefício da dúvida ao novo governo que daqui resultaria e aproveitando para deixar em suspenso eventuais críticas a Sidónio, embora se perceba nas entrelinhas que a linha editorial não lhe era de todo favorável, mas convinha não hostilizá-lo à partida, para não se ser acusado de precipitação ou preconceito. O bom senso aconselhava que se esperasse para ver, propondo-se a correção de alguns radicalismos democráticos que tinham ditado as lutas pelo poder e as mudanças subsequentes

Sidónio Pais foi assassinado cerca de um ano depois, no decurso dos minutos finais do dia 14 de Dezembro, por José Júlio da Costa. *A Capital* reagiu no dia seguinte de forma institucional, publicando decretos do governo, o primeiro sobre o rumo da situação política, o segundo acerca das cerimónias fúnebres do infausto presidente. (*A Capital*, 15 de Dezembro de 1918) O caudal noticioso impôs-se de modo avassalador, dando-se à estampa documentação oficial do governo, corporizando a urgência e solenidade necessárias. Informar passava, em primeira instância, por dar voz aos principais decisores políticos, sem escamotear impasses, mas refreando ímpetos de exposição muito pormenorizada de clivagens, que contribuiria para acirrar ânimos, alimentar feridas abertas entre os detentores do poder, que começavam a perfilar-se. Essas notícias das movimentações foram dadas num tom sóbrio, mais descritivo do que interpretativo. Essa postura relativamente discreta e expectante ficou ainda mais acentuadamente patente no facto d’*A Capital* não ter procurado no imediato afrontar a ordem instituída periclitante, através de depoimentos de vários sectores da oposição.

No entanto, o vespertino não deixou de noticiar as hipóteses que se afiguravam para a sucessão presidencial, e que passavam por uma destas soluções: o plebiscito nacional directo ou a eleição por maioria absoluta no Congresso. Nas ruas, o clima era instável, a violência podia ter e nalguns casos teve efeito multiplicador, gerando insegurança, que *A Capital* queria refrear, parar ou, na pior das hipóteses, impedir que se alargasse, tomando proporções impossíveis de controlar. Houve divisões internas no Conselho de Gabinete do Governo.

No dia 15 de Dezembro de 1918, *A Capital* foi vítima de um assalto e, em virtude dessa circunstância, deixou de se publicar durante um período de tempo, cerca de quinze dias,

no nosso entender bastante para a imprensa diária, que não se compadece com esse tipo de quebras, tantas vezes irreversíveis, porque interrompem o livre curso do fluxo informativo. Todavia, no caso do *diário republicano da noite*, a paragem forçada não significou o fim de um percurso e o jornal começou a reerguer-se, ciente das dificuldades e perdas, bem como dos esforços gigantescos de reorganização necessária, para mais numa conjuntura política sob o signo da urgência. O assalto ao vespertino *não foi descrito pormenorizadamente no que concerne às incidências e implicações políticas, sociais e culturais, mas em função* de um símbolo, a bandeira da República, pela qual o jornal pugnara desde a sua fundação em vários momentos, como relembra o autor da notícia, Hermano Neves. A bandeira republicana d'*A Capital* foi dilacerada por mãos humanas. (*A Capital*, 30 de Dezembro de 1918)

O recurso retórico ao momento de implantação da República parece uma evocação nostálgica, que denuncia os alegados perigos do presente, e não deixa de funcionar desse modo, mas também actua com esperança no futuro e vontade de afirmação na actualidade do sentimento republicano, de modo a voltar a fortalecê-lo. Como se vê, Hermano Neves tem consciência que o episódio da bandeira é um epifenómeno e aproveita-o simbolicamente, de forma a chamar a atenção para a necessidade de pugnar pelo sentimento republicano e dar a entender que o assalto ao *diário republicano da noite* foi muito importante porque o jornal corporizava, no seu ponto de vista, esse espírito e terá sido vítima disso. Contudo, do ponto de vista do alinhamento das peças jornalísticas, o referido episódio da bandeira surge quase no final da primeira página da edição de regresso de 30 de Dezembro de 1918. A iniciar a edição desse dia, comparece um texto doutrinário e ideológico. Antes de analisá-lo detidamente do ponto de vista retórico importa sublinhar que *A Capital* fora solidária com o governo de Tamagnini, que entretanto estava no poder, e saberia que os republicanos mais radicais, os democráticos, não concordariam com isso, nem com alguma alegada abertura anterior do jornal ao governo de Sidónio Pais, descrita como necessária no momento em que se afirmou.

Desse modo, o argumento central dessa peça opinativa d'*A Capital* pode resumir-se nos seguintes termos, que são, a certa altura, os do referido investimento intelectual. A República não pode morrer e só uma observação atenta do que se está a passar é passível de evitar esse desenlace. O texto inaugural da edição de 30 de Dezembro de 1918 continua com a evocação da história oitocentista, lembrando que a Revolução Liberal tivera períodos de luta e violência, entendidos como relevantes e necessários, até chegar à pacificação da Regeneração. Por outro lado, o jornal considera que a revolução de 5 de Dezembro de 1917 também chegou por não haver alternativa.

Por outro lado, a *Monarquia do Norte* foi instaurada a 19 de Janeiro de 1919 em Portugal sob a liderança de Paiva Couceiro, num processo enquadrado por uma série de acontecimentos prévios, iniciado a 9 de Janeiro de 1919. Nessa data, ocorreu a apresentação do governo saído da crise política e presidido por Tamagnini Barbosa ao parlamento. *A Capital* publicou a declaração, que nem sequer foi votada, do deputado do Partido Socialista minoritário, João

de Castro, na qual alega que fora dado crédito às Juntas Militares para a resolução da crise, em vez de se atender a problemas económicos, sociais e outros. No dia 10, o vespertino sentia já, talvez, de modo algo difuso, a iminência do perigo de concretização de ameaças nesse sentido e receava esse cenário, mas sem se expressar directamente sobre o que pudesse estar a acontecer porque não teria disso notícia ainda. No entanto, é sintomática a informação sobre o recrudesimento da violência, patente reconhecidamente desde o início da República e, neste caso concreto, na linguagem e nas posturas evidenciadas no parlamento, sendo disso exemplo Machado dos Santos, que acabou por reconhecer ter incorrido em excessos, cujos comportamentos poderiam derivar da tensão provocada por correligionários, por defensores de outros partidos, mas também por defensores do regime monárquico, apesar d'*A Capital* pouco dizer sobre isto nesta circunstância, enveredando por um diagnóstico mais genérico: “Não duvidamos acreditá-lo. Mas, nem por isso, deixa de nos dar o aspecto de uma sociedade truculenta, onde só as paixões têm voz e a razão não consegue senão raramente fazer-se ouvir com a sua sonora limpidez.” (*A Capital*, 10 de Janeiro de 1919).

Em seguida, analisa-se a revolta monárquica de 1919, tendo em consideração que esta fora antecedida, desde 1911, por outros momentos muito importantes e interessantes, sintetizados por Artur Coimbra:

A contra-revolução monárquica sucedeu quase de imediato à proclamação da República, em 5 de Outubro de 1910 e teve como objectivo primordial organizar um movimento político-militar capaz de derrubar as instituições do novo regime e restaurar a situação vigente até àquela data. A história da I República é pontuada, desde os seus alvores, por um esforço contra-revolucionário levado a cabo por sectores descontentes com as medidas decretadas pelos governos republicanos e que, incluindo o clero e forças políticas conservadoras e radicais, tinham nos monárquicos de diversas tendências (dos integralistas aos monárquico-constitucionais) os seus mentores mais salientes e inconformados. O chefe carismático da contra-revolução monárquica foi sem dúvida Henrique de Paiva Couceiro, um dos poucos realistas que resistiu em armas à revolução republicana e que, refugiado político na Galiza, comandou duas frustradas incursões no norte do País, em 1911 e 1912. (Coimbra, 2000, p. 2)

A 11 de Janeiro de 1919, *A Capital* noticia que se iniciara na noite e madrugada anteriores um movimento insurreccional das Juntas Militares e das forças monárquicas, alegadamente prestes a findar, como se diz no primeiro parágrafo, certamente com o intuito de acalmar ânimos, atitude reforçada ao longo da peça jornalística, percorrida por um tom calmo. Todavia, percebe-se a incerteza que as palavras procuram relativizar, ao sublinharem que o Governo recebeu um telegrama do coronel Figueiredo, comandante militar de Santarém, a oferecer-se para libertar o presidente do governo, que estaria coagido pelos *revoltosos*.

Simultaneamente, a confirmar a situação de impasse que se pretendia normalizar e

relativizar, o Governo deliberou que não circulassem comboios de Vila Franca para Lisboa e vice-versa, de modo a isolar aquela localidade. Segundo o vespertino, *Álvaro de Castro e Cunha Leal já se encontravam em Coimbra, como revoltosos, desconhecendo-se alegadamente o paradeiro de Machado Santos*. Acrescenta o jornal que no Norte do país tudo se encontrava mais calmo, segundo informações do governo relativas a Porto, Peso da Régua e Vila Real, localidade onde ocorrera suposto conflito inexpressivo.

No dia 12 de Janeiro de 1919, *A Capital* destaca os seguintes título e subtítulo: *Os Acontecimentos. Como se procura realizar o cerco de Santarém*. Informações oficiosas dizem que o Governo pretende evitar a efusão de sangue, nas quais se percebe que o golpe das Juntas Militares apoiado pelos monárquicos já está em marcha, ainda que seja tratada como um boato a informação segundo a qual os combates já tinham começado às 11 horas, sendo que, segundo indicação recebida pelo jornal às 14 horas, o governo controlaria a situação, tendo mais armamento.

Todavia, nessa mesma edição noticia-se a publicação do manifesto dos *revoltosos*, entre os quais se contam os monárquicos. Para reforçar a urgência da situação e o carácter fundado dos seus medos, *A Capital* elogiou instrumentalmente os alegados esforços dos adversários do regime republicano no sentido de se unirem para conseguirem os respectivos desígnios, actuando em conformidade, defendendo que os republicanos deveriam seguir caminho análogo. Miguel Santos sublinha a importância da imprensa monárquica na sua heterogeneidade:

Efectivamente, foi a imprensa um dos meios privilegiados de combate político em campo monárquico. Inicialmente proibidos de se organizar em partidos, segundo a lógica de defesa das instituições da República, os adeptos do trono viram a sua acção confinada aos jornais. Fora os períodos em que censura foi rigorosa com os excessos, ou que as autoridades se viram obrigadas ao seu encerramento, os jornais são um inestimável contributo para compreender o posicionamento dos monárquicos em cada uma das conjunturas republicanas. No caso em apreço, a seu contributo reside no facto de à volta de cada periódico se formar um determinado grupo de opinião realista e de combate político. Em certa medida, a imprensa monárquica assumia, claramente, determinada estratégia política e ideológica, para além de contemplar, ainda que de forma superficial, considerando de natureza doutrinária. Os editoriais dos diferentes jornais assumiam determinada linha política e ideológica, não apenas nas relações com o regime que combatiam, mas nas relações entre si. Foi por isso a imprensa monárquica a base da tese que apresentamos, na medida em que nos apercebemos da sua importância para definir, sem equívocos, a evolução e o estado psicológico de um movimento bastante heterogéneo. (Santos, 1998, p. 10)

Ora, no entender d'*A Capital* urgia fazer o mesmo. Primeiro na sensibilização e mobilização dos correligionários em direcção à união em torno da causa comum, materializando-a depois em políticas concretas. Havia o receio de que os monárquicos estivessem muito adiantados nesse caminho, e de facto estavam.

Por outro lado, *A Capital* de 19 de Janeiro de 1919 começa a peça noticiosa na qual expõe o tema do reforço do regime republicano, face a ameaças tangíveis e rigorosas, criticando as tentativas de deposição do regime instaurado a 5 de Outubro de 1910 pelas Juntas Militares, que supostamente não queriam esse quadro institucional. Em seguida, resulta evidente o elogio à clareza dos *Monárquicos do Norte* na expressão e materialização dos seus intentos, sem artifícios ou subtilezas, exortando os republicanos a fazer o mesmo, impedindo o sucesso da iniciativa daqueles. O *diário republicano da noite* colheu parte das informações que servem de base ao seu argumentário no jornal monárquico *A Pátria*, que intensificara as suas posições e iniciativas na edição de dia 16 de Janeiro.



Figura 12
O fim da *Monarquia da Norte* estampado na primeira página d'*A Capital*, de 20 de Janeiro de 1919.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Os periódicos podem construir acontecimentos, parcialmente na medida em que estiverem atentos a movimentações ideológicas de diversa natureza, mormente as mais perigosas de sentido oposto, insuflando uma reacção a partir desse trabalho de pesquisa conducente ao conhecimento aprofundado do adversário. Os responsáveis e jornalistas d'*A Capital* estavam tão atentos que viram com preocupação o modo como *A Pátria* tratou Sidónio Pais e a sua memória. Para estes monárquicos, eram dúbias as propostas que aquele fizera no início do seu mandato presidencial no sentido de estar aberto à Monarquia, tendo-se depois revelado e demonstrado republicano, querendo fazer o inverso do que prometera inicialmente. Este suposto desmascaramento de Sidónio, com cujo conteúdo *A Capital não concordava, demonstrava uma atitude combativa por parte d'A Pátria*, que aquele jornal republicano queria

replicar, alertando para o perigo que a mudança de regime poderia configurar num momento delicado da conjuntura internacional, desgastada por uma guerra longa e desastrosa. *A Capital* termina o seu arrazoado sobre o perigo monárquico, apelando ao presidente do governo Tamagnini Barbosa para que não ignore essa realidade e aja em conformidade.

Com o passar do tempo, circunscrita a *revolta* monárquica a uma região, e sem bases materiais nem contingente e armas para fazer face aos republicanos, estes, entretanto mobilizados, organizados e coordenados, foram-se encaminhando para a vitória, sendo que os *órgãos de informação*, como *A Capital*, contribuíram para o fortalecimento do espírito de grupo junto da opinião pública.

Ao longo de todo este período, *A Capital* acompanhou pormenorizadamente o evoluir dos acontecimentos. Entretanto, os pontos de apoio da *Monarquia do Norte*, Lamego ou Estarreja, foram perdendo força até à derrota final, a 23 de Fevereiro. A 25 de Fevereiro de 1919, *A Capital* noticia o seguinte, de modo sarcástico: “O Regresso à normalidade. Notas para História. A cólera Popular. O Eden do Porto está hoje reduzido a um montão de escombros”.

Alguns anos depois, no decurso de uma conjuntura política também bastante complexa, mas assaz diversa, assistiu-se ao final do regime republicano, que vivera um longo estertor nos seus últimos tempos. A 28 de Maio de 1926, *A Capital* noticiou as movimentações de um golpe militar que partira de Braga, liderado pelo General Gomes da Costa, demonstrando-se seriamente preocupada com o rumo dos acontecimentos, considerando ditatorial essa tentativa, cabendo ao Governo, alegadamente, impedir a concretização deste cenário, apesar de poder não ter condições para fazer face ao contexto histórico adverso:

Na leitura dos jornais da manhã temos conhecimento de que tinha eclodido a revolta militar de que há tanto tempo se falava. A divisão militar de Braga insurreccionou-se sob o comando do General Gomes da Costa. Segundo uma informação oficial, contra os revoltosos estão marchando forças militares pertencentes à divisão do Porto. O Senhor General Gomes da Costa lançou uma proclamação às tropas revoltadas. A análise desse decreto não permite dúvidas quanto aos objectivos dos insubmissos. Condena-se, nesse escrito, a República. Estamos, portanto, em frente de quê? Manifesta e iniludivelmente, o movimento revolucionário tem por fim a implantação de um régimen ditatorial. Mas todo o exército comunga dessas ideias? É evidente que não. Nem todas as tropas foram atrás da espada do General Gomes da Costa. Nem foram, nem irão. Nas próprias regiões onde agora operam os revoltosos, existem forças militares que não aderiram ao movimento de insubordinação das tropas bracarenses. (*A Capital*, 28 de Maio de 1926, p.1)



Figura 13

O relato das movimentações militares oriundas de Braga e que culminaram no derrube da I República aparece logo n' *A Capital* de 28 de Maio de 1926. O apelo para "salvar a República e a Liberdade" cairia em saco roto!

Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Interessante se torna verificar que *A Capital* nota divisões no seio dos ditos *revoltosos*, apontando que se trata de um movimento avaliado como restrito. Reconhece o jornal que o problema dos tabacos era uma das razões que levava ao golpe em curso:

Sendo assim, como realmente é, a revolta é parcial, restrita e, por conseguinte, fraca de origem. Qualquer, porém, que seja a sua amplitude, compete ao Governo restringi-la ao mínimo para bem da pátria e da República. É o seu dever primário. *Não há revolta que não tenha fundamento num qualquer mal social, grande ou pequeno. A revolta presente não foge a essa regra geral. A população portuguesa excitou-se por causa do mal-aventurado problema dos Tabacos. É de boa lógica e de excelente prudência destruir a origem do mal.* (...) Tem o Governo os elementos indispensáveis para reduzir à obediência os militares que se colocaram ou vierem a postar-se numa posição adversa à ordem e à disciplina? Um Governo que é partidário, que não pode deixar de ser partidário, é o mais apto a reestabelecer a ordem nos espíritos? (...) Temos o dever de responder com firmeza e sinceridade. Cremos que não! (*A Capital*, 28 de Maio de 1926)

O movimento militar *revoltoso* acabou por impor-se, mas na edição de 29 de Maio *A Capital* noticia ainda que, segundo diz o Governo, as forças *insubordinadas* estão sendo cercadas

e duas colunas de Infantaria 7 renderam-se. O vespertino exhibe no título o tom assertivo e exaltado da defesa da República, contra qualquer ditadura, a dos *insubmissos* e a governamental e não deixou de noticiar possíveis divisões no seio daqueles entre Gomes da Costa e Mendes Cabeçadas:

Pela República! Pela Liberdade! Republicanos, é preciso vencer quer a ditadura do governo quer outra que se esboce em nome dos altos interesses da Pátria! (...) Mas não há dúvida que a Proclamação do Sr. General Gomes da Costa tem a densidade das trevas. É uma antítese perfeita e completa da doutrina da carta do Sr. Comandante Cabeçadas. (*A Capital*, 29 de Maio de 1926)

A *Capital* declarou que necessitava de ver se os dois se entendiam. Isso aconteceu e o complexo 28 de Maio de 1926 saiu vitorioso (Chorão, 2009; Farinha, 2009). No *diário republicano da noite*, como de resto na maioria dos periódicos de informação geral, existiu a defesa do regime republicano entre 1910 e 1926.

4.3. Os *lock-outs* patronais e as greves do operariado da imprensa: o caso da suspensão dos jornais diários de Lisboa em Junho de 1919

A análise da imprensa entre 1910 e 1926 comporta vários desafios e alguns riscos. Uns e outros aliciantes e prometedores, mas não isentos de incertezas, zonas de sombra e ambiguidades. Desde logo, a I República, apesar de não ter sido particularmente longa, alberga, eventualmente, uma temporalidade conjuntural. Todavia, esta taxinomia, de ressonância e ascendência Braudeliana, revela-se problemática se for cumprido o desafio segundo o qual urge atentar na complexidade acontecimental da I República percorrida, pelo menos, por três fases: de 1910 a 1914, de 1914 a 1918 e de 1919 a 1926. O primeiro lapso temporal corresponderia, grosso modo, à implementação do regime republicano com cisões partidárias no seu dealbar e várias medidas reformadoras. Por outro lado, a I Guerra Mundial suscitou alinhamentos pró e anti-belicistas, sem esquecer, a partir de Dezembro de 1917, o governo de Sidónio Pais e o seu significado político. Após 1919, houve tentativas goradas de regressar, uma vez mais, à Monarquia e o xadrez político tornou-se mais denso, promovendo uma celebrada sucessão de governos até culminar no golpe estado de 28 de Maio de 1926.

Neste ponto interessa-nos testar a validade conceptual daquela periodização, mas sobretudo perceber se a imprensa periódica se limita à reconstituição dos acontecimentos enquanto observadora externa ou se, a par desta atitude ou função, assume ela própria um papel fulcral na produção de acontecimentos históricos. Para o efeito, recorreremos a um estudo de caso: a suspensão dos jornais diários de Lisboa em Junho de 1919, sob a forma de *lock-out* patronal devido às acções de protesto do operariado gráfico contra o encerramento do jornal

A Batalha. Abordaremos as formas em como este *lock-out* se manifestou, o seu desenlace e significado na história da imprensa portuguesa. Pela singularidade do acontecimento, merecerá especial cuidado a análise do diário *A Imprensa*, criado pelas empresas jornalísticas como resposta à greve geral dos seus trabalhadores, bem como a cobertura noticiosa e política do jornal *A Capital*, dirigido por Manuel Guimarães.

4.3.1. As condicionantes específicas

Tivemos algumas condicionantes específicas que levaram à greve geral de solidariedade, de 48 horas, a 17 e 18 de Junho, que, por sua vez, levou ao *lock-out* patronal. Ou seja, à suspensão dos jornais diários de Lisboa. A saber:

- 1.^a Esta não era uma greve isolada, pelo contrário, era mais uma a juntar a tantas outras que marcaram o ano de 1919 e que não podem ter uma leitura estritamente económica. Por outras palavras, eram o resultado prático da influência cada vez maior da Revolução Russa de 1917 no movimento operário português;
- 2.^a Quanto à leitura económica, a greve reflectia o contexto do pós-guerra, marcado pelo aumento do preço dos géneros essenciais, fenómeno associado à crise da produção agrícola e industrial, à fuga de capitais ou ao açambarcamento e especulação. A desvalorização dos salários por parte de uma inflação galopante conduziria a uma resposta sindical. A greve geral de 1918 daria o mote para o alargamento e organização das lutas operárias, visível na criação da Confederação Geral do Trabalho (CGT) em 1919. (Matos, 2018, 194)
- 3.^a Do ponto de vista político, a greve traduzia a hostilidade crescente entre o poder político e o movimento sindical;
- 4.^a A par da agitação política e social, temos uma crise sanitária: o país experimentava uma terceira onda de pneumónica, que só terminaria no final do Verão de 1919. Em Portugal, o número oficial de vítimas foi superior a 60 mil!

4.3.2. Os passos do *lock-out* patronal de Junho de 1919

Telegraficamente, os passos que levaram ao *lock-out* patronal de Junho de 1919 foram os seguintes:

1.º A greve geral de 48 horas (17 e 18 de Junho) convocada pela União Operária Nacional, como “demonstração de solidariedade” para com os trabalhadores da Companhia União Fabril (CUF), em greve desde 25 de Maio, por motivo do despedimento dos trabalhadores mais empenhados na organização do respectivo sindicato — a greve geral contou com a adesão da Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, associada da União Operária Nacional (UON)², pelo que durante esses dois dias não saíram jornais diários na capital, com excepção de *O Século*, que terá sido o único que chegou às bancas (o que nos diz que os seus trabalhadores ou parte deles não concordaram com a greve geral);

2.º O encerramento pelo Governo das instalações da UON e do seu órgão informativo, o jornal *A Batalha*, que funcionava no mesmo edifício, a 18 de Junho;

3.º A acção de protesto da classe gráfica contra as medidas repressivas do poder político, protesto que se expressou na recusa em trabalhar enquanto o Governo não desbloqueasse a situação — a Federação do Livro e do Jornal, à altura em pleno processo negocial com as empresas em torno de um novo convénio de trabalho, anunciou que os gráficos se recusariam a compor e a imprimir sempre que *A Batalha* estivesse sob ameaça estatal;

4.º O *lock-out*, como resposta, das empresas jornalísticas: entre 19 de Junho e 3 de Julho, os principais jornais diários com sede em Lisboa foram suspensos por iniciativa concertada entre as respectivas empresas, que romperam as negociações laborais com a Federação do Livro e do Jornal — nesta acção ofensiva participaram as empresas de 14 jornais diários, matutinos e vespertinos: *A Capital*, o *Diário de Notícias*, *A Época*, o *Jornal do Comércio*, o *Jornal da Tarde*, *A Luta*, *A Manhã*, *O Mundo*, *A Opinião*, o *Portugal*, a *República*, *O Século*, *A Vanguarda* e a *Vitória*;

5.º A edição, igualmente como resposta ao protesto dos operários gráficos, do *Boletim da Imprensa* e do jornal *A Imprensa*, publicações que, como iremos ver, foram um canal de uma campanha contra o “sindicalismo revolucionário”, que vinha ganhando terreno nas organizações operárias desde a Revolução Russa de 1917 — o *lock-out* propriamente dito foi anunciado no *Boletim da Imprensa* (não datado, mas que segundo as notícias foi distribuído no dia seguinte, a 20 de Junho), e justificado no diário *A Imprensa*, iniciado a 21 de Junho.

2 A União Operária Nacional (UON) foi a primeira organização sindical, de âmbito nacional, criada pelos trabalhadores portugueses. Foi criada a 17 de Março de 1914, durante o Congresso Nacional Operário de Tomar, representando 103 sindicatos, 7 federações e 90.000 trabalhadores.

4.3.3. *A Imprensa* e o “sindicalismo revolucionário”

O novo diário *A Imprensa* publicou-se entre 21 de Junho e 3 de Julho de 1919. No total, saíram 13 números. O jornal tinha cinco edições diárias, mercê do trabalho realizado por tipógrafos d’*O Século* que não aderiram à greve e, mais tarde, por técnicos cedidos pelas autoridades policial e militar.

Proclama-se, portanto, como “o jornal de maior circulação em Portugal”. Os dois primeiros números saíram das tipografias de *O Século* e os restantes das do *Diário de Notícias*, alteração que se reflecte no grafismo, desde logo no tipo usado no cabeçalho do jornal.

Figura 14
Primeira página do 1.º número do jornal
A Imprensa (21 de Junho de 1919).
Fonte: Hemeroteca Municipal
de Lisboa.



A responsabilidade editorial competia a uma “Comissão Directora” composta por Augusto de Castro (*Diário de Notícias*), Hermano Neves (*A Vitória*), João Pereira da Rosa (*O Século*) e Manuel Guimarães (*A Capital*). Isto é, era assegurada pelos mais reputados e experientes jornalistas da época. Quanto ao cargo de editor, coube a António Maria Lopes (*O Século*), nos dois primeiros números, passando o terceiro para Acúrsio das Neves (*Diário de Notícias*), quando a administração, redacção e oficinas transitaram para as instalações deste jornal, no Bairro Alto.

Como vimos, a par do *lock-out*, *A Imprensa* foi criada pelas empresas de jornais como retaliação à greve geral dos seus trabalhadores. Mas qual era o seu principal fim ou fins? Que estratégia discursiva vai adoptar? Começando pelo fim ou fins d'*A Imprensa*. O jornal surgia para que o público, face ao *lock-out*, não ficasse sem notícias do que se passava no país e no estrangeiro. Assim era dito em editorial, no primeiro número, de 21 de Junho, que funcionou também como uma espécie de programa do novo jornal:

Os jornais diários de Lisboa, suspensos por acordo comum, em face da singular ameaça que lhes foi feita, e enquanto as circunstâncias lhes não permitam reaparecer, deliberaram, por unânime consenso, iniciar a publicação de *A Imprensa*, a fim de que o público, neste momento supremo em que tão grandes acontecimentos se produzem, dentro e fora do país, não fique privado do conhecimento desses factos. (*A Imprensa*, 21 de Junho de 1919)

A Imprensa posicionou-se como “um jornal de vasta informação”, na linha, portanto, dos jornais suspensos que lhe davam origem, na sua larga maioria caracterizados por um jornalismo mais popular e noticioso. Mas lendo aquele editorial com atenção, bem como os que se seguiram, percebe-se claramente que *A Imprensa* teria dois objectivos, não menos importantes: por um lado, seria como que um órgão de defesa das posições políticas das empresas jornalísticas na luta contra a classe gráfica — os jornais suspensos estariam, assim, “unidos para a luta como um só jornal”; por outro lado, o novo jornal procuraria garantir que a cobertura noticiosa dos acontecimentos não fosse apenas realizada pel'*A Batalha*, jornal cada vez mais importante no panorama da imprensa nacional, *libertado* desde 19 de Junho.

Com uma tiragem entre os 20 mil e os 25 mil exemplares, contando com uma vasta rede de distribuição e financiamento militante, o diário operário rivalizava com os mais relevantes jornais da altura. Criado cinco meses antes do *lock-out* patronal, a 23 de Fevereiro de 1919, *A Batalha* alcançou imediatamente uma grande receptividade entre o operariado (urbano e agrícola), cumprindo com grande eficácia a sua missão de informar, mas também de doutrinar, organizar e mobilizar as classes profissionais. Daí que tenha sido percebido como uma ameaça pelo patronato e pelo poder político e governativo (republicano), e por isso mesmo, alvo de medidas repressivas.

A Batalha, a par dos jornais monárquicos e católicos, foi um dos jornais mais visados pela censura republicana no pós-guerra.



Figura 15
Exemplar de 1 de Maio de 1920
d'*A Batalha*, órgão da Organização
Operária Portuguesa e o mais
importante jornal operário publicado
durante a I República.
Fonte: Hemeroteca Municipal
de Lisboa.

Voltando ao diário *A Imprensa* e às suas estratégias discursivas; destas importa reter as seguintes ideias:

- 1.^a A moção da Federação do Livro e do Jornal, apresentada numa reunião entre as empresas de jornais e os representantes da organização sindical, pela qual a “classe gráfica se comprometia a não compor, nem imprimir qualquer jornal sempre que *A Batalha* fosse por qualquer forma impedida de circular”, é vista pelos jornais de Lisboa como “uma humilhante imposição operária”, uma “coação revoltante” e uma inaceitável pressão de “orientações desorientadas” contra a imprensa portuguesa;
- 2.^a A ser aceite, “tão inaudita intromissão da classe tipográfica”, abriria um precedente que poria em causa a sua própria sobrevivência: o “pessoal tipográfico” como o árbitro por excelência dos deveres de solidariedade entre os jornais. Era isto que estava em causa e era isto que as empresas de jornais não podiam admitir, sob pena de caírem no arbítrio do operariado gráfico ou na “tirania” ou naquilo que designavam pela “ditadura do proletariado sobre a imprensa”;
- 3.^a Consequentemente, não lhes restava outra alternativa que não fosse a luta, uma espécie de greve à greve, daí a suspensão dos jornais de Lisboa e, ao mesmo tempo, a publicação do jornal *A*

Imprensa. Sem surpresa, temos uma leitura maniqueísta do conflito em causa: “dum lado, os que têm por fito a subversão de todo o existente, arrastados por obsessão idealista ou malevolência doentia”, o operariado gráfico; “do outro, aqueles que no restabelecimento, ainda possível, do justo equilíbrio das forças sociais põem as suas patrióticas esperanças num futuro melhor”, as empresas jornalísticas;

4.^a Assim se compreende porque estas vão colocar a luta contra a classe operária num plano moral, pois o que estava em causa era a liberdade de “poder livremente dispor dos seus destinos” e, mais grave, a “liberdade de pensamento e consciência”, agora ameaçadas. A luta ganhava, portanto, foros de “causa justa” e, como tal, o desenlace não podia deixar de ser favorável às empresas dos jornais diários de Lisboa, como em parte foi, como iremos ver;

5.^a Por último, a separação entre as reclamações apresentadas pelo operariado gráfico às empresas jornalísticas — as negociações com vista a um novo convénio de trabalho decorriam desde finais de Maio — e o novo conflito aberto com a classe gráfica por causa da sua recusa em publicar qualquer jornal sempre que *A Batalha* fosse por qualquer forma impedida de circular. Para as empresas de jornais as duas situações eram distintas, por consequência teriam que ser tratadas separadamente: só depois de resolvida a segunda, que expurgavam de qualquer natureza económica (era moral, como vimos), se poderia voltar a retomar as negociações da primeira, vista como um “incidente”.

4.3.4. A cobertura jornalística d’*A Capital*

Neste ponto a atenção centra-se n’*A Capital*, procurando responder de forma aproximada, indiciária e lacunar a algumas questões que percorrem este estudo de modo transversal, mais ou menos destacado, e que decorrem da seguinte problemática, condicionando-a e sendo por ela afectadas: o *lock-out*, suas origens, características, implicações e efeitos. Podem ser colocadas diversas interrogações: qual a relevância da temática no jornal, quantitativa e qualitativamente? Que motivações e objectivos presidiram às escolhas efetuadas? Quais os ângulos de abordagem escolhidos? A que público se dirigem as notícias sobre o *lock-out*?

As hipóteses a testar no que concerne à presença, natureza e impacto do *lock-out* n’*A Capital* contemplam as vias descritas no imediato: o assunto em pauta patenteia escassez no plano numérico, que não impede riqueza de significações, repercute as orientações gerais do periódico fundado em 1910, confirmando a importância do director n’*A Capital*, no *lock-out* e no processo negocial que se lhe seguiu, construindo as realidades político-culturais, sociais, económicas de que faz parte, não sendo delas reflexo inexpressivo. Por outro lado, de um modo bem distinto, uma segunda hipótese, entre outras, ganha corpo. O *lock-out* foi apenas um episódio que passou quase despercebido no *diário republicano da noite*, não

deixando quase sequer rasto, imperando a publicação anódina do acordo que se seguiu ao acontecimento, que pode não ter passado a fronteira de facto para se tornar facto histórico e muito menos jornalístico, sendo destituído da espessura deste, ou de um entendimento do acontecimento que não o restrinja àquilo que se manifesta num dado momento ou lugar com vários actores, comportando ocorrências, instâncias e existências várias correlacionáveis.

No entanto, torna-se imperativo romper com chaves dicotómicas consignadas como algo absoluto, defendendo outrossim a sua validade relativa, instrumental e hermenêutica. Isabel Babo diferencia acontecimentos jornalísticos e históricos, ressaltando a ênfase concedida a duas dimensões temporais, respectivamente o passado e o presente, deixando espaço na sua reflexão para a possibilidade de interligar temporalidades, entrelaçando-as, sendo útil a diferenciação mormente a nível heurístico:

O acontecimento é uma entidade histórica e jornalística por excelência e a sua temporalidade é o presente. Ora, o presente é o objeto da narrativa jornalística, enquanto a história se ocupa do passado. Por isso, o dispositivo compreensivo e explicativo da história, suportado pela dimensão empírica e documental, distingue-se da lógica jornalística que vive ao ritmo do acontecimento e que se subordina ao presente. (Babo, 2018, p. 85)

Isabel Babo define acontecimento como irrupção do novo, que não oblitera nem subsume as reacções que provoque, no que tange à sua valorização enquanto recepção, incorporando descontinuidade, narrativa e sentido como elementos fulcrais na construção de efeitos, entre a experiência e o horizonte de expectativas, numa linha devedora a Koselleck:

Único, singular e inesperado, o acontecimento é a irrupção da novidade — é o aparecimento (o princípio, o advento) de qualquer coisa de novo — e, nesse sentido, introduz a descontinuidade. O acontecimento afecta alguém ou uma comunidade, precisamente porque surpreende, atinge, perturba e porque tem consequências. Serão estas últimas que em termos retrospectivos e narrativos marcarão o seu sentido. (...) Todo o acontecimento é uma unidade de tempo delimitada à qual se pode dar um passado e um futuro, enquadrados num “campo de experiência” e num “horizonte de expectativas”. (Babo, 2011, pp. 74-75)

Importa entender, desde logo, que do ponto de vista metodológico parece proveitoso um travejamento que percorre este estudo, afigurando-se como basilar também no tratamento deste jornal, sem apagar a sua especificidade, mas enquadrando-a num conspecto mais lato: os jornais são produto e reflexo das épocas em que surgem, é certo, repercutindo as respectivas peculiaridades, expressas num plano diacrónico, mas também sincrónico. Todavia, esta perspectiva é, do nosso ponto de vista, insuficiente e compaginável com outra, igualmente relevante, e que pode configurar uma inversão, transformação e até subversão da exposta.

Aos periódicos cabe, muitas vezes, um papel activo e importante na construção de modos de ser e de estar, assumindo-se enquanto constructos culturais complexos e multiformes, formando mentalidades e a opinião pública e contribuindo decisivamente para a constituição de uma plataforma densa que envolve formas de pensar o indivíduo e a sociedade, conceptualizações assistemáticas e incipientes, ou então estruturadas e expressivas, integrando estratégias, táticas e catapultando a tomada de decisões, que não raro extrapolam o ideal de objectividade associado ao dever de informar, albergando possibilidades de doutrinação mais ou menos explícitas ou conscientes.

Este andamento sobre o tratamento noticioso do *lock-out* n'A *Capital* estrutura-se do seguinte modo: inicialmente procede-se a uma descrição breve do percurso biográfico do director do jornal, e do primeiro editorial, correspondente ao número inaugural, de 1 de Julho de 1910, de forma a enquadrar e contextualizar a temática em apreço, que constitui o fulcro deste tópico. Em trabalhos futuros é fundamental aprofundar o estudo do trajecto de Manuel Guimarães, que merece uma investigação autónoma, ou pelo menos alargada, que não se circunscreva a um conjunto de dados esparsos que por ora se enunciam.

O director d'A *Capital* terá nascido em S. Tomé, em 1868, e faleceu na capital portuguesa a 12 de Agosto de 1938. Ficou órfão de pai aos quatro anos, situação que obrigou a sua mãe a vir com ele e os irmãos para Lisboa, onde frequentou o liceu. No entanto, teve que interromper esta experiência para fazer face às dificuldades económicas enfrentadas. Começou por trabalhar na Companhia dos Caminhos de Ferro:

Para ganhar a vida foi-lhe preciso começar muito cedo a trabalhar e empregou-se num modesto lugar dos Caminhos de Ferro Portugueses, onde chegou ao lugar de inspector. Conseguiu fazer-se informador de *O Século*, dando-lhe noticiário dos serviços da Companhia, que mais podia interessar ao jornal e ao público (...). De repórter noticioso e político, passou a redactor e a escrever artigos "suetos" e foi orientador de campanhas populares e de educação. (*Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, 1998, pp. 897-898)

A entrada no universo dos jornais deu-se por via indirecta, tendo começado por dar informações ao jornal *O Século* sobre a companhia onde trabalhava. Essas informações permitiram-lhe transitar plenamente para o universo jornalístico exercendo, n'*O Século*, várias tarefas e ocupando diversos postos, até se tornar numa personalidade na qual Silva Graça, o director do jornal, muito confiava:

Rapidamente conquistou a amizade e absoluta confiança de Silva Graça, de quem foi o braço direito. Quando Silva Graça se ausentava para o estrangeiro, Manuel Guimarães ficava a substituí-lo, por bastantes meses e até em situações particularmente difíceis da vida portuguesa. Quando *O Século* organizou uma campanha de protecção às crianças pobres de Lisboa, Manuel Guimarães

colaborou nesse empreendimento, do qual também foram seus auxiliares os médicos Drs. Samuel Maia, José Pontes, Tovar de Lemos e Jorge Cid e mostrou o seu grande amor a essa obra, que mais tarde tomaria maior amplitude, a Colónia Balnear. Entretanto, Manuel Guimarães saiu de *O Século* e fundou *A Capital*, periódico vespertino, a 1 de Julho de 1910, cerca de três meses antes da proclamação da República, com outras personalidades como o jornalista Tito Martins e Jorge Abreu. (*Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, 1998, pp. 897-898)

No editorial do primeiro número d'*A Capital*, de 1 de Julho de 1910, estão ausentes informações detalhadas sobre as origens de Manuel Guimarães. Também primam pela ausência reflexões pormenorizadas acerca da natureza do periódico, destacando-se a luta contra a situação política de grande impasse, que corresponde ao estertor da Monarquia Constitucional onde o rotativismo continua a imperar, sendo crescente o incómodo sentido.

O editorial inaugural critica o governo de esquerda e o bloco de direita por alegadamente consubstanciarem ambos etiquetas vazias de sentido. O texto em consideração é sobretudo político, antimonárquico e republicano, dirigindo-se em termos genéricos à população, engendrando um discurso que é mais um manifesto do que uma circunstanciada declaração de intenções ou princípios, que comparecem de modo pouco ou nada sistemático. Questões e dinâmicas processuais internas relativas aos estatutos do jornal não marcam presença, em detrimento da exortação à luta:

Governo de Esquerda! Bloco de direita! Rótulos vazios de sentido, etiquetas falsas! (...). É no meio desses o nosso posto e combate. Procuraremos inspirar-nos no exemplo admirável de abnegação e sacrifício desse exército de generosos combatentes: robustecer a nossa fé na sua fé ardente e patriótica, fortificar o ânimo, quando porventura experimentado pela amargura dos revezes, na sua heróica dedicação, exemplarmente inquebrável, por um ideal que enche as almas de luz e os corações de ternura; reflectir as suas raras alegrias, sofrer as suas grandes dores, bradar as suas justas cóleras, chamar à verdade e ao dever as populações ainda adormecidas na ignorância que é a força do regime monárquico, ou caídas pelos desenganos de tantos anos de luta estéril e pelas promessas sempre mentidas dos partidos monárquicos (...); lutar, combater, doutrinar, influir por todos os meios ao alcance da nossa mediania, mas com a intensa dedicação das nossas convicções ardentes, para que o povo, rompendo com o prejuízo histórico que faz dele o mais atrasado e o mais miserável dos povos da velha Europa, sem direitos e sem regalias, sujeito aos caprichos do poder, relegado à condição ínfima de servo, ganhe com o estabelecimento de um governo de todos, por todos e para todos que é o governo da República, a consciência da soberania e adquira as virtudes políticas que são a base e o fundamento da dignidade cívica. (*A Capital*, 1 de Julho de 1910)

Apesar deste apelo moral, ético e cívico, a I República, instaurada a 5 de Outubro de 1910, passou por diversas contradições internas, instabilidades várias, momentos diversos e

fases distintas. A I Guerra Mundial constitui um marco a nível externo e interno. O assassinato de Sidónio Pais, Presidente da República, também, no plano nacional, a 14 de Dezembro de 1918, situação que tornou patente e agravou a instabilidade e acelerou mudanças de governo e de orientação assaz profundas. Desde logo, assomou uma guerra civil, que conduziu à restauração da Monarquia no Norte, a 19 de Janeiro de 1919, na sequência de um movimento liderado por Paiva Couceiro e que 4 dias depois chegou a Lisboa. No entanto, esta tentativa saiu frustrada, sendo gorada a 13 de Fevereiro, com a vitória militar do Partido Republicano Português e a expulsão das tropas monárquicas do Porto. A *Capital* acompanhou este processo de forma muito presente e extremamente detalhada, através de editoriais e notícias diversas, colocando-se do lado dos republicanos, mas alinhando por uma postura mais moderada e conservadora do que a defendida pelo Partido Democrático, não deixando, todavia, de reafirmar o apoio à República, tal como o fizera desde a sua criação, ainda que de formas diversas, decorridos que estavam 9 anos de tantas transformações.

Não é, pois, de estranhar que este clima de profundas incertezas tenha atraído a atenção noticiosa d'A *Capital*. A conferência de Paris, ocorrida a 18 de Janeiro, e sobretudo as consequências que acarretou, desencadearam preocupação e apreensões, com eco considerável no vespertino durante vários meses, transmitindo os respectivos impasses, mas também esperanças e desilusões.

A 27 de Janeiro de 1919 tomou posse o décimo nono governo, liderado por José Relvas e exonerado a 30 de Março. A 23 de Fevereiro fora fundado A *Batalha*, órgão da União Operária Nacional, que foi fundamental na organização das classes trabalhadoras. Desde então e até 29 de Junho existiu um novo governo presidido por Domingos Pereira, mas teve duração também muito curta. Não resistiu a uma conflitualidade social crescente, com várias greves sectoriais a acontecer, culminando na Greve Geral de 16 de Junho e dois dias depois deu-se o protesto da classe gráfica contra o encerramento da União Operária Nacional e do seu jornal A *Batalha*, que implicava a paralisação da actividade laboral enquanto não fosse reposta a normalidade. Contra esta tomada de decisão, as principais empresas do sector impuseram um *lock-out*, que vigorou até 3 de Julho. Entretanto, a 29 de Junho, tomara posse Alfredo de Sá Cardoso, presidente do vigésimo primeiro governo, que se manteve em funções até 21 de Janeiro do ano seguinte.

N'A *Capital*, a temática do *lock-out* surge de modo central apenas em três momentos e em função do acordo entre as partes. Todas as informações sobre situações de conflitualidade anteriores à negociação e respectivo desfecho são apresentadas no quadro exposto, sem terem merecido destaque autónomo anterior, mas a publicação noticiara a greve geral, os seus antecedentes e as greves sectoriais que a precederam. Este quadro pode ter decorrido de diversos factores. Por um lado, revela-se operativo sublinhar que A *Capital* foi parte activa no processo do *lock-out* e tinha uma posição difícil, dado que poderia potencialmente produzir notícias sobre algo em que estava directamente envolvida como participante, sendo simultaneamente

sujeito e objecto do ofício noticioso, situação caricata, dado que por razões laborais o jornalismo poderia estar a ser alvo de informação, algo a que hoje se chama metajornalismo. Sem incorrer num anacronismo nem forçar a aplicação deste conceito a uma época em que não estava formalizado nem desenvolvido ou sistematizado deste modo é, contudo, útil assinalar que *A Capital* procurou contornar o constrangimento exposto, de modo a não violar a objectividade e a busca pela verdade que alegadamente procuraria desde a sua fundação, mas sem reflectir teoricamente sobre ética.

Num primeiro momento, a 4 de Julho, exactamente quando os vários jornais envolvidos no *lock-out* voltaram a laborar autonomamente, dado que tinham tido um órgão oficial conjunto, *A Imprensa*, enquanto durou a suspensão, *A Capital* publicou na íntegra o documento do acordo do dia 3 entre as empresas jornalísticas que o promoveram e os operários, precedido de uma breve introdução, de natureza preambular, na qual se explica como se chegou a este desiderato, sendo conveniente destacar que os eventos que conduziram ao *lock-out* não são descritos pormenorizadamente. Este texto introdutório foi assinado por todas as empresas jornalísticas envolvidas na questão e é relevante porque revela, desde o título, uma preocupação ética, consubstanciada num viés pedagógico-didáctico, de forma a materializar a posição que defende, concretizando:

A Explicação duma atitude. O conflito existente entre as empresas jornalísticas e a classe gráfica ficou ontem resolvido pelos termos do acordo que abaixo publicamos. Este conflito causou consideráveis prejuízos de ordem material e moral à imprensa de Lisboa, aos tipógrafos também. Ao público que, como era natural, por esta questão se interessou — pela questão em si e pelos aspectos que ela comporta — devemos explicações. O incidente é conhecido. Bom é, porém, referir que nele não houve qualquer divergência sobre questões materiais — pois que disso não se tratava — nem qualquer intuito por parte das empresas jornalísticas de prejudicar ou hostilizar a classe gráfica. Houve apenas a necessidade de afirmar um indispensável princípio de ordem. A necessidade de afirmar esse princípio traduziu-se desde o começo numa atitude que foi comunicada ao público no *Boletim* de 20 de Junho passado e confirmada na nota oficiosa da reunião realizada pelos directores e representantes dos diversos jornais em 23 do mesmo mês na Associação Industrial. (*A Capital*, 4 de Julho de 1919)

É importante assinalar o modo como *A Capital* e as outras empresas jornalísticas adjetivam o processo que conduziu ao *lock-out*, denominando-o por esta ordem: *conflito, questão, incidente*. Note-se que começam pela dimensão relacional, prosseguem pela via reflexiva da contenda e, por fim, destacam uma vertente temporal, que demonstra o *clímax*, o ponto mais alto da tramitação em curso.

O *lock-out* como acontecimento implica um conjunto de episódios e eventos, historicamente situáveis. Não deixa de ser curioso que a introdução ao acordo que põe fim ao *lock-out* é ambígua e de árdua circunscrição e classificação taxonómica, dado que pretende ser jornalística

e objectiva, enquanto se assume como explicação, mas envolve, conscientemente ou não, a historicidade da situação e o testemunho de um dos participantes na contenda, que demonstra isso mesmo ao insistir, de modo assertivo e alegadamente insuscetível de contraditório, que não foram razões de natureza material a ditar o conflito, mas a necessidade de cumprir um imperativo tido como ético e que constitui, eventualmente, um eufemismo para matizar interpretações deceptivas que entendessem o *lock-out* como imposição de autoridade.

Deste modo, confirma-se que, enquanto protagonistas do *lock-out*, as empresas jornalísticas pretendem ser descritivas na explicação de eventos e episódios, mas acabaram por revelar os condicionamentos inerentes ao seu protagonismo.

O *lock-out*, enquanto acontecimento, é irrupção, reflexo de contextos e construção. O texto introdutório em análise demonstra como os efeitos de um processo o transformam e alteram, sob a forma testemunhal, que visa aparentemente a imparcialidade, mas serve-se desse fito para extrapolar esse alegado intento.

Veja-se como instrumentalmente se força essa objectividade, através da referência a dois momentos apresentados como inevitáveis e que reforçaram o *lock-out*, entendido pelos responsáveis das empresas jornalísticas como algo alheio à sua vontade e nunca enquanto ampliação de um gesto eventual e tendencialmente autoritário: a comunicação ao público no boletim das empresas jornalísticas e a nota oficiosa da reunião destas, três dias volvidos. Sobre esta nota diz-se o seguinte na introdução ao acordo que pôs fim ao *lock-out*:

A assembleia geral das empresas dos jornais de Lisboa, editores de *A Imprensa*, resolveu ontem esclarecer o público, declarando mais uma vez que o conflito existente com a classe gráfica se limitou a uma questão moral, sem qualquer carácter económico. As empresas notificaram por unanimidade a sua deliberação de não recommençar a publicação dos seus jornais sem que fique assente o princípio que a classe gráfica não imporá a essas empresas a suspensão da sua publicidade sempre que qualquer jornal, seja ele qual for, seja impedido de circular. (...) As Empresas Jornalísticas não duvidam reconhecer, como sempre reconheceram, à Federação [do Livro e do Jornal] o seu direito e o seu dever de defender os seus interesses de classe (...). Em virtude deste acordo cessa hoje a publicação de *A Imprensa*, jornal editado por todos os jornais de Lisboa e que estavam normalmente saindo nos últimos dias cinco edições diárias. (*A Capital*, 4 de Julho de 1919)

A Capital e as outras empresas jornalísticas que assinaram a introdução ao acordo que pôs fim ao *lock-out* comprometeram-se a respeitar a defesa dos direitos de classe por parte da Federação do Livro e do Jornal, representante dos gráficos. Esta, em contrapartida, foi instada a aceitar não suspender a publicidade por parte das empresas quando os jornais fossem impedidos de circular. Essa aceitação ficou plasmada na primeira cláusula do acordo propriamente dito, enquanto a questão da defesa dos direitos de classe foi salvaguardada na alínea b) do referido documento, comprometendo-se a Federação do Livro e do Jornal “a não

prejudicar as empresas jornalísticas que sejam alheias ao conflito”. Documento que apresenta como terceira decisão conjunta a seguinte:

Ambas as partes entendem que as empresas jornalísticas não são obrigadas a pagar aos operários gráficos os dias em que estes se conservem em greve, mas levantando-se dúvidas sobre se num determinado momento houve greve ou *lock-out*, ambas as partes entregam a resolução dessas dúvidas à decisão de um árbitro que não pertença a nenhuma das classes interessadas, mas da confiança dos litigantes. (...) A decisão do árbitro será respeitada em absoluto por ambas as partes; d) As empresas aceitam o reatamento imediato das relações com a Comissão da Federação do Livro e do Jornal para ultimar as negociações entabuladas acerca das reclamações pendentes. Aceite este acordo dá-se como imediatamente terminada a suspensão dos jornais, não exercendo as empresas represálias sobre o seu pessoal nem retaliações sobre os seus colegas que não aderiram ao movimento. (*A Capital*, 4 de Julho de 1919)



Figura 16
Edição com o “Acordo entre as Empresas Jornalísticas e a Federação do Livro e do Jornal”, in *A Capital* (4 de Julho de 1919).
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

No dia 5 de Julho, A Capital publicou um editorial no qual detalhou livre e autonomamente a sua posição, que retoma, desde o título, *a questão dos jornais*. Neste texto ficou claro algo que não estava explícito na tomada de posição conjunta das empresas jornalísticas no proémio ao acordo com a *Federação do Livro e do Jornal* e a classe dos gráficos, talvez porque o proémio e termos do clausulado que postulam e confirmam o fim do *lock-out* assumem um carácter respectivamente institucional e jurídico, situação que não se verifica no editorial em questão. Neste mantem-se a preocupação de esclarecer o público acerca do seguinte:

A atitude de resistência das empresas jornalísticas à resolução da classe gráfica que motivou o seu protesto, não foi talvez bem compreendida pela maior parte do público. Para muitos ter-se-ia, porventura, tratado apenas de uma questão absolutamente circunscrita aos interesses do operariado e do patronato, nos domínios da publicidade jornalística. A verdade, porém, é que a questão teve um âmbito e um significado muito maiores. (...) A imprensa de Lisboa, esta é que é a verdade, não defendeu apenas a sua existência e a sua dignidade. Com a sua atitude levantou um dique a reivindicações excessivas de carácter social, reivindicações baseadas nos exemplos mais intoleráveis e mais delirantes lá de fora. (*A Capital*, 5 de Julho de 1919)

O editorial d'A Capital transcreve criticamente um documento publicado em pleno conflito n'A Batalha do dia 26 de Junho. Trata-se de uma exposição que precedeu a apresentação de uma moção da autoria de Clemente Vieira dos Santos, pertencente à classe operária, e que se expressou no decurso de uma sessão ocorrida no Porto, de apoio ao comício de Lisboa. O editorial considera essa exposição *reaccionária* e antes de sobre ela se pronunciar detidamente procede à transcrição do documento ao qual se opõe, mas permitindo aos leitores o cotejo entre posições e o exercício do contraditório:

Nesse documento, cujas conclusões foram aprovadas por unanimidade, dizia o seu autor o seguinte, que é verdadeiramente sugestivo: É então que se afirma a consciência colectiva de uma classe a que tenho a honra de pertencer. (...) E num país onde o jornalismo não existe e os jornalistas são aves raras, não é de estranhar que os tipógrafos, à semelhança dos de Barcelona, estabeleçam a «censura vermelha». (*A Capital*, 5 de Julho de 1919)

O comentário do editorial é profundamente negativo para com esta *censura vermelha*, defendida por um representante dos tipógrafos, e chama *ditadura do proletariado* à consciência de classe que Clemente José Vieira parece incentivar. Estamos perante um conflito ideológico grave, e o jornal não deixa dúvidas da sua posição:

Como se vê caminhava-se resolutamente para reduzir a imprensa a um estado de verdadeira escravidão em presença da chamada «ditadura do proletariado». (...) Em todo o caso, o autor do

documento preconiza o emprego violento da Censura Vermelha contra os jornais. (*A Capital*, 5 de Julho de 1919)

O editorial d’*A Capital* faz questão de distinguir os radicais da classe operária, mormente os gráficos, da maioria que, no entender do vespertino, não alinha pelo mesmo diapasão e condena esse radicalismo:

Fácil seria demonstrar que os próprios operários são vítimas dessa propaganda dissolvente de todos os princípios de ordem e harmonia social, uma minoria ambiciosa procura impor-se a todas as classes, não duvidando coagir e até aterrorizar a classe operária. Não é nessa classe que se encontra o menor número de vítimas cometidas por essa minoria alucinada. (*A Capital*, 5 de Julho de 1919)

Sublinhe-se, igualmente, o pendor conservador da perspectiva propugnada pelo editorial em análise, que defende a manutenção da *ordem* e da *harmonia social*. Precisamente um mês volvido após o acordo que cessou o *lock-out*, *A Capital* publica a decisão do árbitro Joaquim Alves Ferreira, proposto pela classe gráfica e aceite pelas empresas jornalísticas. A figura do árbitro estava prevista no acordo, nele ficando assente que seria chamada se surgissem dúvidas no que tange ao acordo. Elas manifestaram-se, sem colocar em causa a maioria das cláusulas expostas anteriormente e recaíram sobre a natureza do processo conflituoso que antecederá o entendimento. Tratar-se-ia de uma greve que o activara, de um *lock-out*, ambos ou nenhum deles?

Joaquim Alves Ferreira expressou-se do seguinte modo:

E sem divagações, nem redundâncias, pelo que fica sumariamente exposto, julgo ter havido a greve que, em economia social se denomina (...) somente até à manhã do dia 19 de Junho. A greve, como tal considerada, cessou pelas declarações constantes de ofício às empresas em que lhes foi comunicado que os quadros dos jornais retomavam a sua actividade profissional, por haverem cessado os seus motivos determinantes. Haveria depois o *lock-out*? É meu parecer que não houve “*lock-out*” no sentido genérico, e a coalizão de patrões que fecham oficinas para resistir às exigências dos operários. Ora, no caso vertente, não se deu precisamente isso. As oficinas fecharam por motivo de greve. E porque, quando os operários a deram por terminada, declarando retomar o trabalho, justificaram a sua atitude examinando a questão económica no mesmo passo que surgiu outra de carácter moral, não menos delicada e melindrosa, mais certamente por insuficiência de redacção do respectivo ofício, mas cuja procedência vieram afinal a reconhecer, desviaram evidentemente a hipótese de *lock-out* no período (...) de 19 de Junho a 3 de Julho, em que não houve propriamente greve nem *lock-out*, mas apenas incidentes resultantes de um conflito que terminou pela celebração de um acordo. (*A Capital*, 3 de Agosto de 1919)

4.4. A censura e as leis de imprensa³

Uma das primeiras prioridades da República foi a revogação da «lei repressiva da liberdade de imprensa de 11 de Abril de 1907», de João Franco. O que se fez num ápice, logo após a revolução republicana, a 10 de Outubro de 1910. Ainda neste mês, a 28, era

promulgada uma nova Lei de Imprensa que estabelecia «o direito de expressão do pensamento pela imprensa, cujo exercício é livre, independente de caução, censura ou autorização prévia» (Art. 1.^o), permitia a mais ampla liberdade de crítica aos actos do Governo (Art. 13.^o) e restituía ao júri o julgamento de todos os crimes de imprensa (Art. 28.^o). Será esta, até 1926, a única Lei de Imprensa, isto é, diploma com carácter global” (TENGARRINHA, 2006).



Figura 17

A nova Lei de Imprensa que define o “exercício do direito de liberdade de imprensa”, in *Diário do Governo*, 28 de Outubro de 1910.

Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

³ Este ponto reproduz, com algumas alterações e achegas, o ponto 2. A Censura e as leis de imprensa, do capítulo que Álvaro Costa de Matos publicou sobre a Imprensa na I República Portuguesa (Matos, 2017, pp. 233-306).

Por outro lado, a Constituição de 1911 acolheria no seu artigo 13.º o artigo 1.º acima referido da Lei de Imprensa, sem deixar de acrescentar que o “abuso deste direito [de expressão do pensamento] é punível nos casos e pela forma que a lei determinar”. Mas, durante a I República, foram publicadas várias disposições legais que acabaram por limitar drasticamente a aplicação das bases legais para uma situação de ampla liberdade de imprensa. A saber:

- i) as leis de 9 e 12 de Julho de 1912, como resposta às ameaças monárquicas e à intensa agitação operária, que ampliavam alguns dos fundamentos da apreensão de jornais pelas autoridades judiciais, administrativas ou policiais;
- ii) a Portaria de 29 de Agosto de 1913, que apertava a vigilância governamental, através dos governadores civis, incumbidos agora de elaborar novas listas de publicações periódicas dos seus distritos;
- iii) o Decreto de 12 de Março de 1916, já no contexto da entrada de Portugal na I Guerra Mundial, que concedia poderes às autoridades administrativas e judiciais para apreender, independentemente de julgamento, todos os escritos considerados prejudiciais ao esforço militar;
- iv) a Lei de 28 de Março de 1916, que impôs a censura prévia, «enquanto durar o estado de guerra», a exemplo do que já acontecia em todos os países aliados;
- v) o Decreto de 31 de Março de 1916, que regulamentava a censura prévia, concedendo novamente ao governador civil poderes para suspender as publicações que não cumprissem a lei: a primeira Comissão de Censura Distrital foi criada em Lisboa, no Governo Civil, e, no ano seguinte, as comissões de censura alargaram-se aos distritos do Porto, Braga, Évora e Viseu;
- vi) o Decreto de 31 de Julho de 1916, que tornou extensível às colónias portuguesas o articulado da lei de 28 de Março, “ou seja, a censura preventiva passava a vigorar em todo o território português e não apenas na Metrópole” (PINTO, 2011);
- vii) a Lei de 6 de Setembro de 1917, publicada para atender aos protestos cada vez mais recorrentes dos jornais, que vai restringir a acção das comissões de censura apenas às notícias que fossem efectivamente prejudiciais à «defesa militar ou económica e às operações de guerra» ou «envolvessem propaganda contra a guerra»;
- viii) o Decreto de 9 de Dezembro de 1917, apresentado pouco depois do golpe de Sidónio Pais, que colocou um ponto final na censura prévia à imprensa, ainda que provisoriamente;

ix) o Decreto de 13 de Abril de 1918, que repôs em vigor as leis de 9 de Julho de 1912 e de 28 de Março de 1916, restabelecendo, portanto, a censura prévia à imprensa: voltam a ser visadas, além das notícias de natureza militar relacionadas com o conflito, também as que diziam respeito à segurança interna e ordem pública — situação que se mantém até inícios de 1919, com a justificação da necessidade de enfrentar as incursões monárquicas;

x) a Lei de 28 de Fevereiro de 1919, publicada depois de vencidas as tentativas monárquicas, que volta a abolir censura prévia. Esta só regressaria oficialmente depois da revolução do 28 de Maio de 1926, que instaurou a Ditadura Militar, para dar lugar ao mais longo período de vigência da censura prévia à imprensa no Portugal contemporâneo. Dissemos oficialmente porque, pelo meio, entre 1919 e 1926, a censura informal, bem como as apreensões e suspensões de jornais continuaram a fazer parte do quotidiano jornalístico nacional. Consequentemente, não surpreendem o historiador as violentas reacções dos directores de jornais e dos seus jornalistas às tentativas de amordaçar a imprensa escrita.



Figura 18

O enterro da censura visto pelo lápis do caricaturista Rocha Vieira, numa alusão à Lei de 28 de Fevereiro de 1919, in *Século Cómico*, de Março de 1919.

Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

4.4.1. As reacções dos jornalistas

As leis de imprensa da República foram objecto dos mais violentos protestos vindos da classe dos jornalistas. Na sequência da Lei de 9 de Julho de 1912, que permitia a apreensão

de «periódicos, cartazes, anúncios, avisos e em geral quaisquer impressos, manuscritos, desenhos ou publicações que forem expostos à venda por qualquer modo distribuídos ou afixados ou expostos em quaisquer lugares públicos», que fossem «pornográficos ou redigidos em linguagem despejada e provocadora contra a segurança do estado, a ordem e a tranquilidade pública», ou que contivessem “ultraje às instituições republicanas”, vários jornais foram suspensos (Junho de 1914), como o *Diário da Manhã*, *O Dia* e o *Diário do Noite*.

O *Diário da Manhã*, em carta de 17 de Agosto enviada aos outros jornais, revelava que em seis dias o jornal fora apreendido quatro vezes, três das quais em dias seguidos, e, mais grave, que o seu redactor-chefe recebera ordem de prisão, o que o levava a concluir: «restamos duas soluções: ou ficarmos sujeitos a escrever apenas para a polícia e para o governo, ou suspendermos, até que volte a haver um balbucio de liberdade de imprensa neste país» (Cit. Lemos, 2006). Um dia depois, a 18 de Agosto, o diário socialista *Vanguarda* mostrava-se preocupado com as apreensões de jornais e consequente desemprego, pois «dezenas de famílias» ficavam «sem trabalho e sem pão».

Mais paradigmático foi o caso de Brito Camacho, na altura presidente do Partido da União Republicana, quando, a 23 de Dezembro de 1914, tentou publicar no seu jornal *A Luta* um artigo contra a participação de Portugal na guerra. O Governo, na altura presidido por Azevedo Coutinho com os democráticos de Afonso Costa, não permitiu a sua circulação sem prévia autorização do director da Polícia de Investigação (João Eloy), e, para evitar a saída do jornal, mandou cercar o edifício d’*A Luta*, por polícia fardada e à paisana. Como resposta, foi publicado um novo jornal, intitulado *A Notícia*, em tudo igual ao que seria *A Luta* (mas sem o artigo que causara o problema) — uma das estratégias usadas pelos jornais para contornar o controlo das autoridades judiciais, administrativas ou policiais. No artigo de fundo do *novo* jornal Brito Camacho afirmava: «o que a ditadura franquista não fez, sendo o rei o sr. D. Carlos, fê-lo agora um governo democrático, sendo chefe de Estado o dr. Manuel Arriaga». Mas a indignação não ficou por aqui: noutro artigo, intitulado “A censura prévia e a lei de imprensa”, Brito Camacho voltava à carga: «A lei de imprensa da lavra do sr. Afonso Costa ou da sua responsabilidade [Lei de 28 de Outubro de 1910] proíbe no seu artigo 1.º a censura prévia à imprensa. O governo democrático a que o sr. Afonso Costa não preside mas dirige, exerce a censura prévia como hoje se viu e como em outro lugar provamos».

As leis de 12 e 28 de Março de 1916 provocaram igualmente grande descontentamento nos jornais pelas divergências sobre a sua interpretação. A primeira,

que rejeitava a censura mas dava às autoridades policiais ou administrativas poderes que lhes permitiam a apreensão de publicações que contivessem «boato ou informação capaz de alarmar o espírito público ou de causar prejuízo ao Estado no que respeita, quer à sua segurança interna ou externa, quer aos seus interesses em relação a nações estrangeiras, ou ainda aos trabalhos de preparação ou execução de defesa militar», levantou numerosos protestos dos jornais. (Lemos, 2006)

No dia 22 de Março,

representantes da imprensa de Lisboa reuniram-se com o ministro do Interior, coronel António Pereira Reis, que os informou de que o Governo decidira levar ao Parlamento uma proposta de lei estabelecendo o regime de censura prévia, com o objectivo de reduzir, na medida do possível, os prejuízos eventualmente causados pela fiscalização rigorosa dos jornais já depois de impressos. Os jornalistas aceitaram a proposta, atendendo às circunstâncias e porque sempre era menos gravosa financeiramente do que a apreensão; a censura passaria a receber provas de página e o que os jornalistas solicitavam era que fosse rápida na apreciação, a fim de se não perderem os correios. (Lemos, 2006)



Figura 19
Lei n.º 495 que sujeitou “à censura preventiva os periódicos” enquanto durasse o “estado de guerra”, in *Diário do Governo*, 28 de Março de 1916.
Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Pouco depois, a 28, era instituída a censura prévia, embora garantindo que apenas seriam alvo da censura os assuntos relacionados com a guerra e a defesa nacional. A partir daqui a acção da censura tornou-se muito mais visível devido aos espaços em branco que surgiam nos jornais no lugar dos textos suprimidos, e que vão proliferando dada a forte tentação de cortar não apenas as notícias relativas à guerra ou à segurança nacional, mas também as que continham críticas políticas ao Governo. Brito Camacho, em coerência com as suas anteriores posições, voltou a ser um dos principais críticos da censura jornalística. Alinhou com

ele o jornal *O País* que, no dia 31 de Março, escrevia: «Sempre que o democratismo tem o poder não se esquece nunca de exercer a sua sanha contra a imprensa», lamentando-se ainda de que enquanto o seu jornal, ainda antes de instituída a censura prévia, era examinado antes de poder circular, outros, como o *República*, *O Mundo* ou *O Século*, jornais próximos de Afonso Costa (*O Mundo*, aliás, era o órgão do Partido Democrático), estavam dispensados desse exame. Alinharam também com Camacho os redactores do jornal *A Manhã*, que, em Setembro de 1917, apresentaram uma moção ao Parlamento, lida mais tarde por Luís Derouet (deputado e jornalista), e que vale a pena citar porque é reveladora das dificuldades vividas pelos jornais e na qual é patente o seu desagrado pela arbitrariedade praticada na aplicação da lei: “Os representantes dos jornais de Lisboa reunidos [a única excepção foi o *República*, que considerava a censura imprescindível, devido ao estado de guerra], a convite do *Jornal do Comércio e das Colónias*, para tratar do modo irregular por que está sendo exercida a censura prévia, determinada pelo estado de guerra; Considerando que essa censura, que apesar de lesiva dos seus direitos mais fundamentais, a imprensa aceitou por inspirações de sentimento patriótico, só deveria aplicar-se, nem se poderia julgar que assim deixasse de suceder, a quaisquer notícias ou apreciações de carácter prejudicial para as operações de guerra, e nunca servir aos governos para impedir o debate público, cujos excessos, a darem-se, só podem estar sob a alçada da lei de imprensa; declaram que reputam vexatória para a sua missão e ultrajante para o seu patriotismo a aplicação da censura fora dos casos taxativos da inconveniência da publicação das notícias ou apreciações de carácter militar, ou de propaganda com a guerra, em que todo o país está empenhado. E resolvem empregar todos os esforços no sentido de tornar devidamente respeitada em Portugal a instituição da imprensa que em todos os países é considerada como uma garantia indispensável dos direitos populares e do prestígio dos próprios regimes que neles vigoram» (Cit. Lemos, 2006)⁴.

A tomada de posição deu os seus frutos, pois os «representantes dos jornais de Lisboa» conseguiram que fosse votada uma nova lei, a 6 de Setembro de 1917, que, escrevia o jornal *Portugal*, se «executada de boa-fé, conciliará a liberdade de imprensa com a liberdade de acção de que o poder executivo necessita neste momento para revolver os problemas da guerra». Pelos vistos, não foi, como o testemunha o mesmo jornal, que acusa as autoridades de exercerem a censura «duma maneira revoltante, permitindo-se o próprio Ministério da Guerra intervir directamente neste assunto, como se as funções ministeriais e os serviços públicos não se achassem repartidos por dez departamentos especiais. Só faltou mobilizar a imprensa e colocar um major à frente de cada jornal! Houve jornais que ficaram reduzidos a pouco mais de metade em consequência dos cortes feitos abusivamente pela censura». Os jornais contra-atacaram, decretando a *pena do silêncio*, isto é, decidiram não publicar as

4 A moção seria publicada em *Diário do Governo*.

notas oficiais do governo, nem quaisquer outras comunicações de origem oficial. O Governo recuou, e numa nota enviada para as redacções dos jornais terminava com as restrições à «publicação de notícias referentes aos últimos acontecimentos», «entregado essas notícias ao bom critério e patriotismo da imprensa, confiando que ela se orientará no sentido dos superiores interesses do país, evitando informações que possam induzir em erro ou perturbar o espírito público e o sossego que tão necessário é a todos neste momento delicado da nossa nacionalidade». Mas este *estado de graça* não durou muito tempo, uma vez que em Novembro de 1917 regressavam as apreensões e as suspensões. O jornal *O Liberal* viu mesmo as suas instalações serem seladas e os seus directores, redactores e colaboradores serem presos e ameaçados de expulsão do país. Previsivelmente, a imprensa de Lisboa levantou-se em protesto contra uma medida considerada arbitrária. O *insuspeito* Egas Moniz não se conteve e, no jornal *Opinião*, desancou duramente o Governo, que acusava de «censura intolerante e inquisitorial». Num artigo intitulado “Liberdade de Imprensa”, escreveu: «Sem razão alguma justificativa da estranha e inqualificável violência, sem julgamento algum, arbitrariamente, como o acto audacioso de um rei absoluto, foram mandados para além das fronteiras o director e redactores d’*O Liberal*. Nem averiguaram de provas, nem julgaram os pseudo-delinquentes. O governo substituindo-se ao poder judicial contra o que expressamente determina a Constituição, julgou como entendeu e quis, condenando ao exílio um grupo de jornalistas pela forma mais arbitrária e mais violenta de que temos conhecimento. E hão-de querer dizer-nos que estamos em regímen liberal e que não pesa sobre nós o poder insuportável dum czarismo que à força do ridículo não deixa de ser violento».

Durante a ditadura de Sidónio Pais os protestos dos jornais continuaram. É certo que Sidónio aboliu a censura prévia (Decreto de 9 de Dezembro de 1917),

como corolário das críticas que o seu movimento preparatório havia feito contra o governo anterior do Partido Republicano Português (Partido Democrático). Em contrapartida, porém, desenvolveu forte repressão policial, não dependente de julgamento prévio, visando expressamente este partido (Portaria de 28 de Dezembro de 1917). (Tengarrinha, 2006)

Os governadores civis foram também obrigados a dissolver os centros políticos e a suspender as publicações periódicas que ameaçassem a ordem e a segurança públicas (Portaria de 9 de Janeiro de 1918). Uns meses depois, com o agudizar da oposição à ditadura, foi restabelecida a censura prévia, através do Decreto de 13 de Abril. Para a imprensa afecta ao regime, como *A Voz Pública*, do Porto, o governo ter-se-ia limitado, «brandamente, suavemente, a aplicar à imprensa demagógica as medidas repressivas da liberdade de imprensa que o demagogismo criara em 1916, quando a situação era incomparavelmente menos grave» Pelo contrário, os jornais da oposição protestaram, como *O Dia*, que recomendava: «A termos de voltar à censura, esta devia limitar-se ao que se continha na lei de 6 de Setembro de 1917

que vigorava à data de 5 de Dezembro. E nada mais». Mas não se ficaram pelos protestos, e criaram uma comissão de jornalistas que foi recebida por Sidónio (22 de Maio de 1918), a quem entregaram uma representação reclamando contra o regime de censura em vigor, que retomava as disposições de 1916 e não, ao menos, as de 6 de Setembro de 1917. A reunião foi profícua, e no dia 22 de Junho era publicado novo decreto, que revogava tanto a Lei de 28 de Março de 1916, como a de 6 de Setembro de 1917. No seu articulado, era estabelecido que «enquanto durar o estado de guerra ficam sujeitos a censura preventiva os periódicos e outros impressos», mas restringindo a acção das comissões de censura às notícias prejudiciais «à defesa nacional, militar ou económica ou às operações de guerra» ou com «propaganda contra a guerra». A situação acalmou um pouco e com o fim da guerra veio também o fim da censura prévia à imprensa, a 28 de Fevereiro de 1919.

Mas os jornais continuaram a enfrentar as mais diversas dificuldades para a sua regular publicação. A 4 de Agosto de 1919, o jornal operário *A Batalha* queixava-se

da presença da Polícia na casa de impressão à espera de que saísse o primeiro exemplar impresso para o levar ao Governo Civil, onde era lido com todos os vagares e só autorizado a publicar-se já muito depois da hora habitual de saída; em Abril de 1920, esteve suspenso por duas vezes porque «não se sujeitou aos caprichos despóticos do famigerado sr. Baptista» (o presidente do Governo, coronel António Maria Baptista). (Lemos, 2006)

Nos anos 20, o órgão da Confederação Geral do Trabalho foi constantemente submetido a censura prévia. A 26 de Maio de 1920, Pedro Muralha, num artigo de fundo publicado n' *A Vanguarda*, com o título de “Liberdade de Imprensa”, dava também conta da apreensão deste jornal: «*A Vanguarda* foi ontem apreendida. Porquê, não o sabemos. O que sabemos é que foi apreendida e, conseqüentemente, que os nossos prezados leitores ficaram sem a ler. Eu não sei por que lei o sr. António Maria Baptista [que também era ministro do Interior] se orienta para submeter este jornal ao regime vexatório da censura. *A Vanguarda* não pode circular sem que na Polícia de Segurança do Estado autorizem a sua publicação. (...) *A Vanguarda* quando não é proibida de circular, demora-se a ser censurada de maneira a perdermos toda a venda, correios e agentes».

Na sequência do episódio que ficou conhecido como a “Noite Sangrenta”, em que foram assassinados António Granjo, Machado Santos e José Carlos da Maia, em Outubro de 1921, o Governo, na altura presidido pelo coronel Manuel Maria Coelho, tentou novamente impor a censura prévia, ainda que circunscrita “à imprensa de Lisboa”. A reacção dos jornais não se fez esperar, com *A Vanguarda*, uma vez mais, o *Diário de Notícias* e *O Século*, a liderarem o protesto. *A Vanguarda* acusava o Governo de «enveredar pelo caminho das apreensões e suspensões», *O Século* achava a «medida inteiramente injustificada e desnecessária, tanto mais que toda a imprensa se tem limitado a publicar noticiário dos acontecimentos, sem o mínimo ataque ao

governo e ao actual estado de coisas», enquanto o *Diário de Notícias* optava por expor as consequências do estabelecimento da censura: «Entendeu o governo que devia estabelecer a censura prévia à imprensa, depois de várias entidades oficiais terem pedido a essa mesma imprensa o seu auxílio para se estabelecer a tranquilidade nos espíritos públicos e de terem recebido em resposta a manifestação de idênticos desejos. O governo presta a si próprio um mau serviço, e não presta melhor serviço ao país. De manhã por diante, o público sempre inclinado a ver os acontecimentos por um prisma de exagero, deixará de ter confiança nos seus jornais e, ainda que nada haja que possa alarmá-lo, terá sempre a suspeita de que se lhe ocultam factos graves. Não nos parece esse o melhor modo de se atingir o fim em vista, nem de se conseguir uma colaboração amistosa com a qual só o regime e o país teriam que aproveitar». Poucos dias depois, o Governo desistia das suas pretensões e a medida foi suspensa.

Entre Janeiro de 1922 e Novembro de 1923, durante os três ministérios de António Maria da Silva, então líder dos democráticos, os problemas com a liberdade de imprensa mantiveram-se, com as habituais apreensões de jornais, e os consequentes protestos dos jornalistas. A 6 de Outubro de 1922, *O Radical* afirmava que se vivia «num período de puro absolutismo governativo», e denunciava: «Anteontem foi arbitrariamente apreendido o nosso colega *A Palavra*. Nem circular pôde, porque lhe foi apreendida a primeira página ao entrar na casa da máquina. Ontem, igualmente foi apreendido e proibido de circular o nosso colega *O Correio da Manhã*. Excessos destes definem um governo de prepotências que caminha para uma próxima agonia, com a mania da perseguição. Exceda-se o sr. António Maria da Silva e verá o trambolhão que apanha». Devido a tais críticas, *O Radical* começou a ser objecto de uma apertada vigilância das autoridades policiais, como relatava a 9 de Outubro: «Desde quinta-feira parece que o nosso jornal ao entrar na máquina merece os maus olhares da Polícia. Quando sai o primeiro exemplar é levado por ordem superior ao governo civil onde sujeitam *O Radical* à censura prévia. Protestamos contra estas arbitrariedades que afrontam as leis». No dia seguinte voltava ao ataque, para escrever que os jornais viviam «pois em um regime de censura prévia e da lei da rolha adoptada pelo governo do sr. António Maria da Silva». Outro jornal que alinhou nas críticas foi *A Vanguarda*, que publicou um violentíssimo artigo contra a censura, denunciado que nos dias 4 e 5 de Outubro os jornais *Correio da Manhã*, *A Palavra* e a própria *A Vanguarda*, haviam sido impedidas de sair pela polícia «à ordem do miserável de cú coçado [António Maria da Silva] que no tempo da monarquia foi cacique a soldo e hoje é rico proprietário e presidente de ministério». Sem surpresa, *A Vanguarda* foi suspensa.

O jornal *A Época*, que, com muitos cortes, aguentou-se até 25 de Abril de 1925, registava no dia seguinte que, acabada a censura que até aí o impedira de dizer toda a verdade sobre a revolução, ia agora começar a levantar «as pontas desse véu, que encobre tanta nobreza e tanta traição, tanto heroísmo e tanta covardia». Não chegou a fazê-lo, pois as autoridades não tiveram para contemplações e suspenderam o jornal. E o último governo da I República, presidido por António Maria da Silva, instituiu, *de facto*, a censura prévia, sem revogação da

legislação vigente. Com excepção do *Novidades*, católico, e do jornal *O Rebate*, próximo do PRP, os jornais recusaram submeter-se ao arbítrio do governo. A 29 de Maio, *O Radical* escrevia que os lisboetas continuavam sem saber o que se passava no país, tudo porque «a censura não deixa passar nada que se refira aos graves acontecimentos. *O Radical* foi censurado ontem e, ao cabo, impressa a edição, cívicos postados à porta da oficina de impressão não deixaram que ele saísse para venda. Lavramos o nosso protesto contra a censura e, sobretudo, contra a forma como ela é feita, isto é, a censura quer que os cortes sejam substituídos por outra matéria, com o que não podemos concordar, não nos submetendo a essa ordem arbitrária e protestando energicamente contra ela».

Se, no início da censura prévia, determinada pela Lei de 28 de Março de 1916, as autoridades permitiram que as linhas eliminadas não fossem substituídas, mantendo-se os espaços em branco para não causar perturbações nos trabalhos tipográficos, nos últimos anos da I República, os governos começaram a exigir que os cortes de censura fossem preenchidos com outras notícias⁵. Procuravam, com isso, iludir os leitores de que não havia qualquer tipo de censura. O *Diário de Notícias* também nos dá testemunho dessas tentativas, na sua edição de 30 de Maio de 1926, numa nota intitulada “Ao País”: além de acusar o governo de exercer a censura prévia, «de facto» (o próprio *Diário de Notícias* teria sido objecto de «inúmeros cortes a informações por nós colhidas em todo o país»), acusa-o ainda de intimidar o jornal «a que os espaços correspondentes [aos cortes] não ficassem em branco». Mas vale a pena determo-nos um pouco mais nesta nota publicada na primeira página, porque ela é reveladora dos obstáculos que eram colocados aos jornais, situação que levou inclusivamente o diário lisboeta a preferir não sair a 29 de Maio, «para não iludir o público»: o jornal terá sido surpreendido, alta madrugada, por uma «intimação, mandada fazer por ordem de quem então era ainda o Presidente do Ministério [António Maria da Silva], para que as páginas do *Diário de Notícias* fossem à censura de não sabemos que empregado subalterno do governo civil, acrescentando-se que os cortes que essa censura entendesse dever fazer seriam preenchidos por originais que nada tivessem com os sucessos e arranjos *ad hoc* e por medida. (...) O ex-chefe do governo arrogava-se, já quase a despenhar-se do poder, de direitos que não lhe podíamos reconhecer, visto não estarem suspensas as garantias e acharem-se em vigor para todos os efeitos, os princípios da Constituição. E juntava à violência com que nos pretendia envolver a hipocrisia mais clara, porque queria ainda que o público acreditasse que nenhuns cortes se haviam feito, que a imprensa trabalhava em completa liberdade e que as informações que reproduzíssemos eram a expressão absoluta da verdade». Noutros casos, o desespero era tal, que não restava outro caminho senão a suspensão do jornal pelos próprios jornalistas: «Depois de três apreensões seguidas e duma tentativa de

5 Tentativas que não deixaram de inspirar o Estado Novo, que vai punir severamente a manutenção dos espaços em branco nos jornais.

assalto às nossas instalações, frustrada pela cavalaria da guarda republicana; convencidos de que a liberdade de pensamento foi suprimida e nem a propriedade nem a segurança individual encontram garantia nas leis, a *Vanguarda*, como protesto e por não estar disposta a sujeitar-se ao arbítrio da censura prévia, que a lei não faculta, suspende temporariamente a sua publicação». Provavelmente, terá sido por causa desta e doutras situações que Henrique Trindade Coelho, assíduo colaborador do diário republicano *A Manhã* [foi director de *O Século* no fim da I República], considerava que sob o regime republicano os jornais viviam «em completo e permanente regime de arbítrio», vítimas de «apreensão, censura prévia e impunidade de desmandos». (*A Manhã*, 29 de Abril de 1922)

Depois do golpe de 28 de Maio de 1926, a censura voltaria, *de direito*, e *de facto*, mas agora com uma nova estratégia: a censura não se limitava, “pela negativa, a pretender evitar a publicação de opiniões e informações consideradas perturbadoras da ordem política e social, mas, além disso, pela positiva, procurava fomentar uma opinião pública favorável” (a tese é de TENGARRINHA, 2006) ao novo regime, o Estado Novo.

4.4.2. A repressão da rua

A par da repressão administrativa, judicial ou policial, que levava à apreensão e suspensão dos jornais, tínhamos a repressão da rua, tão ou mais violenta que aquela. A repressão da rua era exercida por grupos de populares, que assaltavam jornais e as suas redacções, destruíam oficinas tipográficas e ameaçavam e espancavam os jornalistas. Ficaram

célebres as acções das «púrrias», das «carrapatas» [ou da «formiga branca»], bandos armados ao serviço dos partidos políticos, que exerciam o terror nos bairros sobre o seu controlo. Entre as vítimas destas quadrilhas políticas estavam naturalmente os jornais monárquicos, mas também republicanos, na sequência de revoltas ou pronunciamentos entre facções políticas rivais. (Matos, 2012)

Começando pelos primeiros, constatamos que não foi nada fácil a vida dos jornais monárquicos durante a I República. A maior parte dos jornais de opinião terminou logo após a revolução de 5 de Outubro de 1910, com o desaparecimento dos respectivos partidos políticos monárquicos. Os que ficaram e tentaram resistir, simplesmente como jornais monárquicos, foram regularmente assaltados e não raras vezes viram as suas redacções reduzidas a escombros. Três dias depois da revolução, a 8 de Outubro, o *Diário Ilustrado*, *O Liberal* e o *Correio da Manhã* foram assaltados e destruídos. O primeiro nunca mais voltou a aparecer. A redacção e a tipografia d’*O Liberal*, na Rua das Gáveas, em Lisboa, terão sido das primeiras a ser assaltadas, devido aos ataques de António Cabral, director do vespertino. Cabral foi obrigado a sair de Lisboa, depois de uma curta passagem pelas prisões republicanas, e o jornal acabou

por fechar portas (Janeiro de 1911). O *Correio da Manhã*, assaltado logo após a proclamação da República, viu novamente a sua sede ser assaltada, em Janeiro de 1911, e os seus principais redactores — “Aníbal Soares, escritor de categoria, Joaquim Leitão, cujas reportagens despertavam muito interesse, e D. José Paulo da Câmara, filho do notável dramaturgo D. João da Câmara” — (Martins, 1941), foram coagidos a abandonar Portugal. Isto aconteceu numa altura em que o jornal passava por um “êxito assombroso” (Martins, 1941).

O *Dia*, outro título monárquico, teve também uma vida bastante atribulada, com suspensões atrás de suspensões. Em Maio de 1911 foi alvo de uma tentativa de assalto. Interrompe a publicação e só reaparece seis meses depois, a 6 de Novembro. Seguem-se novamente várias interrupções, para voltar a aparecer a 24 de Fevereiro de 1915, com o seu director, Moreira de Almeida, a explicar que o jornal suspendera a publicação «forçado pelas acintosas perseguições que o impediram de circular». Voltaria a conhecer a sanha da censura, que o força a desaparecer por três anos, entre Janeiro de 1919 e 3 de Abril de 1922, continuando com muita dificuldade até 1927. O jornal *A Nação* não conheceu melhor sorte: em 21 de Outubro de 1913 foi assaltado e destruído, para só regressar ao convívio dos leitores um mês depois. O *Diário da Manhã* durou apenas 4 meses (Maio a Agosto de 1914) devido às várias suspensões que teve pelo meio. *A Restauração*, dirigida por Homem Cristo Filho, de 20 de Julho a 20 de Outubro de 1914, foi assaltado pela turba, “tendo os redactores defendido a sede como um baluarte, com agulhetas em jactos de água formidáveis” (Martins, 1941). O *Jornal da Noite* ainda durou mais de um ano (Julho de 1914 a Setembro de 1915), mas também acabou por desistir por causa das apreensões à ordem do Governo de Bernardino Machado e das depredações da “formiga branca”, «sob a vista complacente da autoridade». A sede e a tipografia do jornal, na Calçada dos Caetanos, em Lisboa, foram assaltadas e destruídas. O *Liberal* de 1916, continuador d’*O Liberal* destruído em 1911, e agora jornal monárquico legitimista, teve a mesma vida atribulada, durando até 1919, mas com muitas suspensões e prisões dos seus principais responsáveis. O seu director, António Teles de Vasconcelos, foi mesmo expulso para Espanha, em Dezembro de 1918, um mês antes de o jornal terminar. Em 1919, *A Monarquia*, ligada ao Integralismo Lusitano, interrompeu a sua publicação durante sete meses (Janeiro a Agosto), quando a proclamação da Monarquia no Norte de Portugal torna insustentável a vida dos jornais monárquicos. Quando recomeçou a sua actividade, o jornal continuou a ser vítima de apreensões, e,

quando a polícia o não fazia, as autoridades irregulares da República, instaladas na Brasileira do Rossio, chamavam o caso a si, arrancando violentamente aos ardinas os exemplares que estes tinham para a venda e com eles acendiam enormes fogueiras rituais em desagravo à República ofendida. (Ascensão, 1943)



Figura 20

Os resultados do assalto às instalações do jornal *A Nação* a 21 de Outubro de 1913. A fotografia é de Joshua Benoliel.

Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa.

A sede d'*A Palavra*, porta-voz da Causa Nacional da Monarquia, foi assaltada e parcialmente destruída uns meses depois da fundação do jornal, no dia 6 de Outubro de 1922. O *Correio da Manhã*, um dos mais importantes jornais realistas, órgão da Causa Monárquica, foi assaltado e em parte destruído durante o movimento republicano de Fevereiro de 1927. Não se publicou durante três dias, entre 8 e 10 de Fevereiro. Mas publicou uma circular onde “explicava que a destruição do jornal resultara do apoio dado ao Exército, «em consequência de determinações superiores mas sem abdicarmos dos nossos ideais» e referia que era necessário obter receitas que cobrissem o prejuízo sofrido de duzentos mil escudos para que o periódico continuasse a publicar-se «visto que o triunfo da nossa causa está próximo e agora o triunfo da causa do rei nos sorri como nunca»” (Cit. Lemos, 2006). O Governo é que não esteve para meias medidas, encerrou o jornal, suspendeu-o até 4 de Maio, e prendeu o director, Fernando Pizarro, autor da circular. O *Correio da Noite* foi igualmente assaltado e destruído durante a revolta republicana de Fevereiro de 1927.

Os jornais republicanos não tiveram uma vida tão atribulada, até porque com o triunfo da República os que vinham da Monarquia, como *O Século*, reforçaram a sua posição, enquanto as novas folhas contaram, quase sempre, com a benevolência do regime. Naturalmente, houve excepções, fruto sobretudo das rivalidades entre os diferentes partidos políticos na disputa pelo

poder ou de situações de poder político autoritário. Alguns exemplos: O *Diário do Porto* teve uma vida muito efémera porque foi assaltado no final de Abril de 1912 e porque o seu director, António Claro, recebeu ameaças de morte. A *Luta* foi impedida de circular em 23 de Dezembro de 1914, embora tenha surgido para substituí-la, nesse mesmo dia, A *Notícia*, designada como órgão provisório da União Republicana e em tudo igual ao jornal de Brito Camacho, que aparecia também como director — uma das estratégias frequentemente usadas pelos jornais para contornar a acção da censura ou a repressão das autoridades. O *Intransigente*, criado em 1910, teve uma existência dolorosa e sobressaltada: acabou a 14 de Maio de 1915, quando o seu director, Machado Santos, foi preso e deportado para os Açores. Durante os três dias de combate que culminaram na vitória das tropas afectas a Sidónio Pais (5 a 7 de Dezembro de 1917), e de que resultaram 100 mortos e uns 500 feridos, massas de populares destruíram os jornais e as sedes do PRP, em Lisboa. O *Portugal*, de Lisboa, que começou por ser o órgão do PRP, interrompeu a sua publicação entre Dezembro de 1917 (altura em que foi assaltado e destruído) e Janeiro de 1920. Quando recomeçou, o director, Artur Leitão, não só alude à sua prisão, como relaciona a destruição com o progressivo afastamento do jornal do PRP, com cuja orientação e processos estava em desacordo. A *Manhã*, fundada em 1917, suspendeu a sua saída entre 16 de Dezembro de 1918 e 30 de Novembro de 1919, devido ao assalto que as suas instalações sofreram e que Mayer Garção, seu director, condena em artigo de fundo publicado no dia 1 de Janeiro de 1920. Neste texto, Garção garante que o assalto não pode ter sido obra dos republicanos e que «em nenhum caso se admite os assaltos aos jornais; mas sobretudo, politicamente, eles são, não só ineficazes, como contraproducentes». O *Norte*, adversário da República Nova, foi alvo de uma tentativa de militares do Porto para o obrigar a mudar de orientação política. Como o jornal não cedeu, foi suspenso desde fins de Setembro de 1918 até 15 de Abril de 1919. Na ressaca do Sidonismo, O *Tempo*, que começara por ser republicano, foi assaltado e suspenso a 12 de Fevereiro de 1919, por ordem de José Relvas, então presidente do Ministério e ministro do Interior. A *Capital* esteve impedida de sair durante duas semanas por ter sido igualmente assaltada depois do assassinio de Sidónio Pais.

Nos anos 20, os assaltos e as destruições de jornais continuaram, e não foram um exclusivo da I República. Logo após o golpe de 28 de Maio, que abriu o caminho à Ditadura Militar, foram fechados vários jornais e sedes de partidos. Para se defender, a ditadura teve como um dos alvos preferenciais os jornais, um dos poucos poderes independentes que restavam. No dia 22 de Julho de 1926 todos os jornais davam à estampa uma carta assinada pelo comandante da Polícia, capitão Aníbal de Azevedo, comunicando que a «partir de hoje é estabelecida a censura prévia à imprensa, não sendo permitida a saída de qualquer jornal, sem que quatro exemplares do mesmo sejam presentes no Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, para aquele fim». Para a liberdade de imprensa os tempos que se seguiriam seriam ainda mais tenebrosos!

4.4.3. A censura do *Diário de Lisboa* (1921-1926)

Nascido após a restauração da “República Velha” o *Diário de Lisboa* conheceu cedo a acção da censura. É certo que com o fim da Grande Guerra (1914-1918) veio também o fim da censura militar. Mas os jornais e as revistas continuaram a enfrentar as mais diversas dificuldades para a sua regular publicação: os assaltos e a destruição de redacções, as apreensões dos exemplares, as tentativas de reimpor a censura prévia, as suspensões diárias ou semanárias dos jornais, a vigilância das autoridades policiais e as intervenções violentas das “autoridades irregulares da República”. Ao ponto de a 29 de Abril de 1922, no diário republicano *A Manhã*, o assíduo colaborador Trindade Coelho denunciar, como já se disse, que sob o regime republicano os jornais viviam “em completo e permanente regime de arbítrio”, vítimas de “apreensão, censura prévia e impunidade de desmandos”. As críticas eram contundentes e foram corroboradas e subscritas por vários directores e jornalistas de Lisboa.

Em 1925, no mês de Abril, o *Diário de Lisboa* e *O Século* não puderam circular durante vários dias. O que levou Joaquim Crisóstomo, no Senado, a criticar a censura e a suspensão destes dois jornais, afirmando que não foi para restringir a liberdade de imprensa que se implantou a República! Como pano de fundo temos a tentativa de golpe militar de 18 de Abril de 1925, também conhecido por “Golpe dos Generais”: organizada pelo capitão-de-fragata Filomeno da Câmara, pelo general João José Sinel de Cordes, pelo coronel Raul Augusto Esteves e pelo capitão Jaime Baptista, foi uma revolta de grande magnitude, envolvendo, pela primeira vez desde 1870, oficiais gerais no activo. Este movimento insurreccional é considerado como o primeiro ensaio do golpe de 28 de Maio de 1926, surgiu depois de boatos de uma tentativa de revolta monárquica publicados na imprensa a 5 de Março e contou com a colaboração de monárquicos e nacionalistas. A revolta militar foi sufocada pelo Governo, presidido por Vitorino Magalhães, do Partido Democrático, mas ela era o reflexo da simpatia crescente, no exército e mesmo na opinião pública, por soluções autoritárias e pelos regimes de tipo mussoliniano (em Itália) e riverista (em Espanha). Face aos ataques constantes dos anarquistas e da chamada Legião Vermelha (grupo parapolítico com filiação comunista), a burguesia, atemorizada, penderia para o lado de partidos e correntes de extrema-direita.

Como referido, a revolta militar foi sufocada pelo poder político republicano, que aproveitou a oportunidade para tentar asfixiar a imprensa, desde logo aquela que vinha denunciando ou criticando a acção do Governo. Ou seja, os jornais políticos mas também os noticiosos, como o *Diário de Lisboa*. A 18 de Abril o vespertino é censurado, com a sua primeira página fortemente mutilada: são notórios os espaços em branco que nesta altura ainda não tinham que ser substituídos por notícias avulsas. Todas as referências aos “graves acontecimentos” (revolta militar de 18 de Abril de 1925) foram suprimidas, quer no *Diário de Lisboa*, quer na restante imprensa. No dia seguinte, a 19 de Abril, o *Diário de Lisboa* é proibido de circular (tal como *O Século*) para só regressar a 24, com um editorial a denunciar “A suspensão”, a

sua perplexidade face ao teor das acusações (sedição) e a reafirmar a sua independência face a partidos e o seu género noticioso. O regresso vem com o rasto da censura, com abundantes cortes do “lápiz do censor” no interior e na última página. O que levou Joaquim Crisóstomo, no Senado, a criticar a censura e a suspensão do *Diário de Lisboa* e d’*O Século*, afirmando que não foi para enclausurar o pensamento e restringir a liberdade de imprensa que se implantou a República. E desafiou os restantes senadores: «Se a lei de imprensa é má e não corresponde aos fins para que foi promulgada, faça-se outra melhor».



Figura 21

A censura em acção no *Diário de Lisboa*: os desenvolvimentos das notícias relativas à revolta militar de 18 de Abril de 1925 foram fortemente cortados, resultando desses cortes enormes espaços em branco.

Fonte: Hemeroteca Municipal de Lisboa.

No acontecimento em causa, a revolta militar protagonizada por oficiais gerais no activo, monárquicos e nacionalistas contra o governo republicano, a censura não recai apenas sobre os jornais políticos, da oposição (“desafectos e hostis”), mas também sobre o *Diário de Lisboa*, um jornal eminentemente noticioso, “moderado” (como se classificava).

A perseguição de que eram alvo estes jornais testemunhava o seu poder. Nunca se compreenderá o que foi a imprensa desta altura se se julgar que os jornais eram apenas algo que

se acrescentara ao mundo tal como existia antes deles. A imprensa era o principal mecanismo de um universo em que os negócios públicos tinham saído do segredo do Parlamento para a praça pública por onde passava o povo soberano. A imprensa era a “democracia”, a nova medida de todas as coisas. Os jornais eram o “quinto poder” do Estado.

Conclusões

Apesar de o que a seguir se apresenta manter o título no singular, pela força expressiva que denota, pela assertividade que demanda, pela necessidade de cumprir um protocolo científico que salvguarde esta nomenclatura e a respectiva taxonomia, sem apelo imediato ao plural, certo é que este se insinua e impõe nos interstícios do estudo a que agora se coloca um ponto final, com a consciência de que transporta consigo reticências, dúvidas, apreensões e uma tão insanável quanto saudável incompletude, à espera de investidas futuras, sempre provisórias.

Resulta paradoxal e banal afirmar que a conclusão não conclui, se tivermos em conta o sentido apodítico e absoluto do vocábulo. Todavia, tal não nos desmobiliza, porque não foi esse o caminho trilhado nestas páginas, onde a crítica de fontes intentou evitar o relativismo, sem receio da relatividade que o conhecimento comporta e concita.

Neste andamento final esboça-se uma síntese dos principais conteúdos abordados no que tange à I República, período multimodo, percorrido por convergências, divergências, tensões, contradições, fruto da sua riqueza e diversidade. Para dela dar conta tentou-se evitar tomar os anos de 1910 a 1926 como um bloco estanque e homogéneo. Assim, no primeiro ponto fez-se um enquadramento mais genérico das características da I República. Pode objectar-se que este tipo de exercício propicia uma abordagem demasiado abrangente do contexto epocal, que acaba por instrumentalizar enquadramentos mais particulares, atinentes à dimensão jornalística, passível de surgir como subalterna e subsidiária face a uma panorâmica mais vasta. Para evitar *armadilhas* e certos percalços que uma metodologia de cariz parcialmente indutivo pode acarretar e comportar, sem perder algumas das suas virtudes, procurou-se, neste estudo, estabelecer relações não automáticas, nem mecânicas, nem hierarquicamente muito desiguais entre os enquadramentos genéricos da I República e breves contextos mais específicos de alguns jornais noticiosos e de informação geral, de modo a tecer paralelismos e comparações implícitas entre os vários momentos históricos, complexos no seu interior, as tramas de acontecimentos e as narrativas que concitaram a nível político, sobretudo, mas também demográfico, económico, social e cultural.

Escolheu-se, entre os jornais noticiosos, uma abordagem monográfica d’*A Capital: diário republicano da noite*, metodologia que permitiu uma pormenorização das características deste periódico, de modo a comprovar que pode funcionar como plataforma interessante de observação, dado que consigna um carácter permeável a certo hibridismo, uma vez que

sendo maioritariamente um jornal noticioso e de informação geral, abre-se a tensões de natureza política e ideológica que o condicionam e alteram, sendo por ele modificadas também.

A *Capital* pugna acerrimamente pela intervenção portuguesa na I Guerra Mundial. O vespertino era, nos primeiros anos, apoiante do Partido Evolucionista, fundado em 1912. Momentos antes da subida de Sidónio Pais ao poder, em Dezembro de 1917, o jornal manifestou-se muito crítico do governo de Afonso Costa, mas também tinha dúvidas relativamente ao que se passaria a seguir. Todavia, progressivamente aderiu ao Sidonismo. Um dos momentos mais tensos e controversos vividos nos jornais durante a I República foi o *lockout* patronal de Junho de 1919. Nele, A *Capital* tomou uma posição assertiva e de força no seio das empresas jornalísticas, apoiando-as muito claramente. Da suspensão dos jornais diários de Lisboa em Junho de 1919 importa reter as seguintes ideias:

1.^a A retaliação das empresas de jornais ao protesto do operariado gráfico insere-se numa espécie de reportório de acção. Este, como vimos com a publicação do jornal *A Imprensa*, não dispensava um órgão de informação próprio, reflectindo a centralidade que, já à época, a imprensa periódica ocupava na actividade política, independentemente do seu protagonista;

2.^a Embora favorecendo um dos lados da contenda, o Estado reconhece a relevância dos jornais na *res publica* ao assegurar, por via do “empréstimo” dos seus tipógrafos, que as empresas jornalísticas não se viam privadas da sua narrativa. Por outras palavras, a centralidade dos jornais na vida pública legitima a intervenção do poder político;

3.^a Assim se compreende melhor a dramatização que é feita pelo patronato: na forma como olham para a greve dos seus trabalhadores (“uma humilhante imposição operária”), para os seus objectivos políticos (o exercício da “ditadura do proletariado sobre a imprensa”) e resultados (a “negação da liberdade de pensamento e consciência”);

4.^o A estratégia discursiva adoptada pelo jornal *A Imprensa*, bem como a cobertura noticiosa feita pelo vespertino *A Capital*, mostram um jornalismo mais interventivo. Ou seja, perante determinados acontecimentos, neste caso a greve da classe gráfica por causa do encerramento do jornal *A Batalha*, em Junho de 1919, ambos os diários optam por um tipo de jornalismo mais parcial, mais politizado;

5.^a *Last but not least*, a produção jornalística do jornal *A Imprensa*, complementada pelo diário republicano da noite (entre outros jornais de Lisboa), insere-se numa estratégia de luta contra os grevistas, nomeadamente através da sua vinculação ao “sindicalismo revolucionário” (leia-se ao regime bolchevique), visando, portanto, o seu descrédito, e ao exercício de uma “censura vermelha”. A criação d’*A Imprensa* por parte das empresas de jornais como resposta à greve dos operários gráficos mostra como os jornais não se limitam a uma reconstituição dos acontecimentos enquanto

observadores externos, mas assumem uma posição fulcral na estratégia de luta desencadeada e, consequentemente, na produção de acontecimentos — o jornalismo como elemento mobilizador da política e não o contrário.

Em 1919, aquando da fugaz Monarquia do Norte, *A Capital* manifestou-se, de novo, fortemente contrária à Monarquia. Ao longo dos anos foi demonstrando posições republicanas moderadas, avessas a extremismos. Nessa medida, viveu com apreensão o 28 de Maio de 1926 e o que se lhe seguiu. N' *A Capital*, durante a I República, a escrita jornalística passou por vários momentos, oscilando entre a procura de objectividade e da verdade, assente nos acontecimentos, e um papel muito activo na construção destes. E, tal como os seus “colegas”, desde logo o *Diário de Lisboa*, analisado neste estudo, sofreu na pele a violência da rua e da acção da censura. Não há uma situação de “ampla liberdade de imprensa” na I República. Pelo contrário, o que temos, depois da experiência da censura militar durante a I Guerra Mundial, à semelhança do que se passou nos países beligerantes, é a continuação de uma censura informal e de rua que limitaram drasticamente a criação de uma efectiva situação de ampla liberdade de imprensa. Censura informal e de rua plasmada:

- 1) Nos assaltos e destruição das instalações dos jornais (redacções, administrações e tipografias): por exemplo, jornais católicos, monárquicos, operários e até republicanos, da oposição;
- 2) Nas prisões e expulsões dos directores e principais redactores de jornais para países estrangeiros, como, por exemplo, Espanha;
- 3) Nas apreensões feitas pela polícia ou pelas autoridades irregulares da República, instaladas, por exemplo, na Brasileira do Rossio, que destruíam e queimavam os jornais da oposição política ou que criticavam contundentemente o Governo;
- 4) Na suspensão dos jornais durante vários dias em vez da censura prévia, pois esta depois de 1919 deixou de estar regulamentada;
- 5) Nas ameaças de morte ou agressões físicas aos directores dos jornais, monárquicos sobretudo.

Em suma, verifica-se a constância de todos estes expedientes, combinados com a forte politização da opinião pública e publicada, a enorme instabilidade política, social e económica e a crescente desestabilização pela imprensa clandestina, muito relevante na formação de ideologia.

Em ocasiões futuras, importa analisar outros jornais noticiosos e de informação geral. A ausência de um empreendimento análogo constitui uma possível limitação a ser colmatada. Ainda assim, *A Capital* parece ser reflexo dos acontecimentos que narra e interpreta, mas também reflecte sobre eles e ajuda na sua construção. Mas convém efectuar uma investigação semelhante, em próximas ocasiões, nos casos do *Diário de Notícias*, do *Jornal de Notícias*, entre outros periódicos.

Bibliografia

- Almeida, F. J. (1999). Monárquicos em armas contra a República: o Reino da Traulitânia. *Revista História*, 21(10), 34-35.
- Amaral, L. (2009). Introdução. Que fazer com a República?, in L. Amaral (Org.), *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)* (pp. 13-91). Edições 70.
- Ascensão, L. R. (1943). *O Integralismo Lusitano*. Edições Gama.
- Babo, I. (2011). *Acontecimento e Média. Configuração Mediática dos acontecimentos do ano*. Caleidoscópio. Revista de Comunicação e Cultura, 10, 73-84.
- Babo I. (2018). *Média, tempo e memória*. Vista, 2, 77-95.
- Baião, M. (2004). Partidos e sistema partidário na crise do liberalismo em Portugal e Espanha nos anos vinte, in M. Baião (Org.), *Elites e poder. A crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* (pp. 55-60), Colibri.
- Barroso, L. (2018). A Grande Guerra em Angola: a expedição de Alves Roçadas e de Pereira D'Eça na estratégia intervencionista, *Ler História*, 72.
- Catoga, F. (2010). O republicanismo português. Cultura, história e política, *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, História, III série, 11, 95-119.
- Chorão, L. B. (2009). *A crise da República e a Ditadura Militar*. Sextante Editora.
- Coimbra, A. (2000). *Paiva Couceiro e a contra-revolução monárquica (1910-1919)*. Universidade do Minho.
- Cristo, A. H. (2011). *O conceito de 'República' na historiografia da I República portuguesa (1910- 1926) desde 1974*. Instituto de Ciências Sociais.
- Cunha, P. F. da (2011). *A I República e a Constituição de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Farinha, L. (2009). Ditadura ou revolução? A herança política e os caminhos incertos dos herdeiros da I República. *Comunicação e Cultura — Imagens da República*, 8, 103-124. <https://doi.org/10.34632/comunicacaoecultura.2009.487>
- Fraga, L. A. (2010). *Do Intervencionismo ao Sidonismo: os dois segmentos da política de guerra na 1.ª República: 1916-1918*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Freitas, J. G. (2011). *Manuel de Arriaga: percurso intelectual e político de um republicano histórico (1840 -1917)*.
- Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira (1998). Guimarães, Manuel. Página Editora, 12[GABAR- HEHA], 897.
- Lemos, M. M. (2066). *Jornais diários portugueses do século XX. Um dicionário*. Ariadne Editora/Ceis20.
- Macedo, J. B. (1986). A opinião pública na história e a história na opinião pública, *Estratégia — Revista de Estudos Internacionais*, 1, 47-59.
- Martins, R. (1941). *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Inquérito.
- Matos, A. C. (2012). Bairro Alto, capital da imprensa portuguesa, in I. M. Viegas & M. Gomes (Eds.), *Bairro Alto: mutações e convívências pacíficas* (pp. 111-133). CML/Arquivo Municipal.
- Matos, A. C. (2017). A imprensa na Primeira República: Constantes e linhas de força, in J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (orgs.), *Uma história da imprensa lusófona. Portugal* (pp. 233-309). Media XXI.
- Matos, L. S. (2010). *Concórdia e conflito entre a Primeira República e o catolicismo*. D. Quixote.
- Miranda, S. (1991). A base demográfica, in J. Serrão J. & A. H. O. Marques (Orgs.). *Nova história de Portugal* (pp.15-36). Editorial Presença.
- Moreira, N. B. (2012). *A Revista de História (1912-1928): uma proposta de análise histórico-historiográfica*. [Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/67315>
- Marques, A. H. O. (1981). *Guia de história da 1.ª República*. Estampa.
- Oliveira, M. M. (2007). *Metajornalismo... ou quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso*. Universidade do Minho.
- Pereira, D. (2009) A sociedade, in M. F. Rollo & F. Rosas (Orgs.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 79-92). Tinta-da-China.
- Pereira, J. C. S. (2010). O tempo republicano da literatura portuguesa. *Colóquio Letras*, 175. Separata 3. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Pinto, J. F. (2011). *Segredos do império da Lusitânia: A censura na Metrópole e em Angola*. Edições Almedina.
- Pires, A. P. (2010). O conflito mundial, in M. F. Rollo & F. Rosas (Orgs.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 55-60). Tinta-da-China.
- Ramos, R. (1994). A segunda fundação, 1890-1926, in J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. VI). Editorial Estampa.
- Rodrigues, E. (2010). *5 de Outubro Umareconstituição*. Gradiva.
- Rollo, M. F. & Rosas, F. (Orgs.). (2009). *História da Primeira República Portuguesa*. Tinta-da-China.
- Samara, M. A. (2009). Sidonismo e Restauração da República. Encruzilhada de paixões contraditórias na história da Primeira República Portuguesa, in M. F. Rollo & F. Rosas (Orgs.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 371-395). Tinta-da-China.
- Santos, M. A. D. (2003). *A contra-revolução monárquica. Do Sidonismo à Monarquia do Norte*. [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. <http://hdl.handle.net/10316/9793>
- Seabra, J. (2009). *O Estado e a Igreja em Portugal no início do século XX*. Principia.
- Serra, J. B. (2009). A evolução política (1910-1917), in M. F. Rollo & F. Rosas (Orgs.), *História da Primeira República Portuguesa* (pp. 55-60). Tinta-da-China.
- Silva, A. M. (2006). *Sidónio e o Sidonismo: história de um caso político*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Silva, A. M. (2000). A escrita (vária) da história da I República Portuguesa. *Ler História*, 38, 197-254.
- Sousa, J. P. (2017). A imprensa portuguesa durante a Monarquia: das origens a 1910, in J. P. Sousa, H. Lima, A. Hohlfeldt & M. Barbosa (Orgs.), *Uma história da imprensa lusófona. Vol. II. Portugal* (pp. 13-210). Media XXI.
- Sousa, P. M. (2016). 1916 — O ano da organização do CEP para França. O ano de mobilização militar. *Revista Militar*. <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1124>
- Telo, A. J. (1977). *O Sidonismo e o movimento operário português: luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Ulmeiro.
- Tengarrinha, J. (1984). Imprensa, in J. Serrão (Dir.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. 3, pp. 266-272). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa* (2ª ed.). Caminho.
- Tengarrinha, J. (1993). *Da liberdade mitificada à liberdade subvertida*. Edições Colibri.
- Tengarrinha, J. (1999). Imprensa, in A. Barreto & M. F. Mónica (Dirs.), *Dicionário de história de Portugal* (vol. VIII, pp. 245-247). Figueirinhas.
- Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. MinervaCoimbra.
- Trindade, L. (2008). *O estranho caso do nacionalismo português, o salazarismo entre a literatura e a política*. Instituto de Ciências Sociais.
- Vasconcelos, A. A. T. de (1859). *O Sampaio da Revolução de Setembro*. Tipografia Guiraudet.